

Aline Soleane Carmo Braga

**A POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO MUNICÍPIO
DE BELO HORIZONTE**

A inserção do nutricionista em uma política pública local

Belo Horizonte

2019

Aline Soleane Carmo Braga

**A POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO MUNICÍPIO
DE BELO HORIZONTE**

A inserção do nutricionista em uma política pública local

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Fundação João Pinheiro (FJP), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Administração Pública, Planejamento e Gestão Governamental.

Área específica: Administração Pública

Orientador: Carolina Portugal Gonçalves da Motta

Belo Horizonte

2019

B813p Braga, Aline Soleane Carmo.
A política de segurança alimentar e nutricional no município de Belo Horizonte [manuscrito] : a inserção do nutricionista em uma política pública local / Aline Soleane Carmo Braga. – 2019.
[13], 102 f. : il.

Monografia de conclusão de Curso (Especialização em Administração Pública Planejamento e Gestão Governamental) – Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, 2019.

Orientadora: Carolina Portugal Gonçalves da Motta

Bibliografia: f. 81-84

1. Segurança Alimentar – Belo Horizonte (MG). 2. Política Alimentar – Belo Horizonte (MG). 3. Direitos Humanos – Belo Horizonte (MG). 4. Nutrição – Belo Horizonte (MG). 5. Alimentos – Belo Horizonte (MG). I. Motta, Carolina Portugal Gonçalves da. II. Título.

CDU 641(815.11)

Autora: Aline Soleane Carmo Braga

Título: A Política de Segurança Alimentar e Nutricional no município de Belo Horizonte - A inserção do nutricionista em uma política pública local

Natureza: Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Administração Pública, Planejamento e Gestão Governamental (CEAPPGG)

Objetivo: Requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Administração Pública, Planejamento e Gestão Governamental.

Nome da Instituição: Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho - Fundação João Pinheiro

Área de concentração: Administração Pública

Aprovada na Banca Examinadora

Professora Doutora Carolina Portugal Gonçalves da Motta - Orientadora - Escola de Governo
Professor Paulo Neves de Carvalho, Fundação João Pinheiro

Professora Doutora Flávia de Paula Duque Brasil - Escola de Governo Professor Paulo Neves de
Carvalho, Fundação João Pinheiro

Belo Horizonte, 03 de Junho de 2019

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho é a finalização de um capítulo da minha história que remonta muito além de 2017, ano de início das aulas na especialização da Fundação João Pinheiro. Olhando para minha trajetória seria impossível “fugir” das Políticas Públicas, tema de debates acalorados desde os anos de adolescência no ensino fundamental, discussões que foram parte da base da minha formação pessoal, acadêmica e profissional. Hoje as Políticas Públicas são esfera de exercício profissional e de sonho. Diante disso, a finalização desse trabalho é muito mais que um pré-requisito para receber o almejado título de especialista, é, antes de tudo, a conclusão da primeira peça acadêmica por meio da qual, humildemente, tenho a honra de contribuir para o estudo da Segurança Alimentar e Nutricional no escopo das Políticas Públicas. É a primeira formação de muitas outras que tenho o desejo de vivenciar e registrar.

Pela construção de conhecimento ao longo dessa trajetória agradeço a Deus, princípio, meio e fim de todas as coisas; aos meus pais que sonharam e construíram um lar, um ambiente saudável para a formação de três filhos, em uma família comprometida com o amor, a fé, a paz e a fraternidade; aos meus irmãos, companheiros de serviço público, grandes incentivadores em todas as minhas aventuras; as minhas cunhadas, pessoas maravilhosas que se uniram a nossa família; as minhas sobrinhas e afilhadas, inspirações de um futuro cada vez melhor, alegria genuína em todos os momentos; ao Wagner, pela compreensão nas ausências, pela ajuda na transcrição e principalmente pelo amor e incentivo; aos meus amigos de vida, que agraciam os meus dias com os melhores sentimentos e sem os quais não teria a mínima graça; aos colegas de profissão e aos demais servidores públicos, especialmente aqueles que atuaram e atuam na SUSAN, que sigamos firmes todos os dias no propósito da concretização dos direitos inalienáveis de todos os cidadãos brasileiros.

À professora Carolina, que prontamente aceitou estar comigo nessa construção, sua orientação foi fundamental para o sucesso deste trabalho, minha eterna gratidão, respeito e admiração; aos meus estimados entrevistados Patrus Ananias, Adriana Aranha e Andréa Queiroz, pessoas cujas trajetórias admiro e respeito, sem suas reflexões e memórias não seria possível chegar até aqui; à Fundação João Pinheiro, pela excelência no ensino e na pesquisa e a todos os locais de ensino nos quais já estudei, estão para sempre indelévels em minhas memórias.

“O alimento gradualmente adquire sua dimensão humana à medida que é transformado em gente saudável e cidadã, gente bem alimentada e nutrida, gente que se torna sujeito de direitos.”

(Irio Luiz Conti)

“(…) O acesso à alimentação é um direito humano em si mesmo, na medida em que a alimentação constitui-se no próprio direito à vida... negar este direito é, antes de mais nada, negar a primeira condição para a cidadania, que é a própria vida.”

(Relatório do Brasil para a Cúpula Mundial de Alimentação, Roma – 1994)

RESUMO

O entendimento da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) como política pública é um fenômeno consideravelmente recente. Apenas nos anos posteriores às duas grandes guerras mundiais a SAN entrou na pauta política dos países e organismos internacionais. No Brasil, iniciativas realmente consolidadas datam do início dos anos 1990, com destaque para a política de SAN desenvolvida na cidade de Belo Horizonte. O presente trabalho objetivou compreender a consolidação da SAN como política pública em Belo Horizonte e conhecer o papel do nutricionista nesse processo. As fontes de dados incluíram documentação indireta, por meio de pesquisa bibliográfica; e observação direta, por meio de entrevistas individuais com um gestor, um formulador e um implementador da política local de SAN. O êxito da experiência da capital mineira caracterizou-se principalmente pelo envolvimento direto do gestor do executivo, pela formação teórica dos formuladores, pelo domínio técnico dos implementadores e pelo caráter intersetorial e multidisciplinar dos programas e ações de SAN desenvolvidos. A inserção do nutricionista foi fundamental, pois agregou às equipes conhecimento técnico e formação teórica específica, qualificando a operacionalização das atividades desenvolvidas e posteriormente contribuindo diretamente nas etapas de gestão, formulação e implementação da política local de SAN.

Palavras-chave: Segurança Alimentar e Nutricional, políticas públicas, nutricionista

ABSTRACT

The understanding of Food and Nutrition Security (FNS) as a public policy is a fairly recent phenomenon. Only in the years after the two great World Wars FNS entered the political agenda of countries and international organizations. In Brazil, truly consolidated initiatives date back to the beginning of the 1990s, highlighting the FNS policy developed in the city of Belo Horizonte. The present study aimed to understand the consolidation of FNS as public policy in Belo Horizonte and to know the role of nutritionists in this process. Data sources included indirect documentation, through bibliographic research; and direct observation, through individual interviews with a manager, a formulator and an implementer of the local FNS. The success of the experience of the capital of the state of Minas Gerais was mainly due to the direct involvement of the executive manager, the theoretical training of the formulators, the technical mastery of the implementers, and the intersectorial and multidisciplinary character of the FNS programs and actions developed. The insertion of the nutritionist was fundamental, since it added to the teams technical knowledge and specific theoretical training, qualifying the operationalization of the activities developed and subsequently contributing directly to the management, formulation and implementation stages of the local FNS policy.

Keywords: Food and Nutrition Security, public policies, nutritionist

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Organograma da Secretaria Municipal de Abastecimento de Belo Horizonte/MG, entre os anos de 1993 e 2000.....	38
Figura 2 – Organograma da Secretaria Municipal de Política de Abastecimento de Belo Horizonte/MG, ano 2001.....	42
Figura 3 - Organograma da Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Belo Horizonte/MG, ano 2011.....	46
Figura 4 - Organograma da Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional de Belo Horizonte/MG, ano 2017.....	50

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Áreas, subáreas, segmentos e subsegmentos de atuação do nutricionista, de acordo com a Resolução CFN nº600/2018.....	58
---	----

LISTA DE ABREVISTURAS E SIGLAS

CAISAN-BH	Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional de Belo Horizonte
CEDEPLAR	Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional
CF	Constituição Federal
CFN	Conselho Federal de Nutricionistas
CGPAN	Coordenação-Geral da Política de Alimentação e Nutrição
CNA	Comissão Nacional de Alimentação
CNSAN	Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
COBAL	Companhia Brasileira de Alimentos
COMASA	Conselho Municipal de Abastecimento e Segurança Alimentar
COMUSAN-BH	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Belo Horizonte
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar
CONSEA-MG	Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais
CRESANS	Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável
CRN	Conselho Regional de Nutricionistas
CRSANS	Comissões Regionais de SANS
CSA	<i>Community Supported Agriculture</i>
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
DOM	Diário Oficial do Município
ENDEF	Estudo Nacional de Despesas Familiares
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FOMASA	Fórum Municipal de Abastecimento e Segurança Alimentar de Belo Horizonte
INAN	Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MDSA	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
MS	Ministério da Saúde
NASF	Núcleos de Apoio à Saúde da Família
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar
PAT	Programa de Alimentação do Trabalhador
PBH	Prefeitura de Belo Horizonte
PECNE	Programa Estruturador Cultivar, Nutrir e Educar
PLANSAN	Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAN	Política Nacional de Alimentação e Nutrição
PND	Planos Nacionais de Desenvolvimento
PNSAN	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PROAB	Programa de Abastecimento de Alimentos Básicos em Áreas de Baixa Renda
PRODHASAN	Programa de Promoção do Direito Humano à Segurança Alimentar e Nutricional em Minas Gerais
PRONAN	Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
PROSAN	Programa Mutirão pela Segurança Alimentar e Nutricional
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SANS	Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável
SAPS	Serviço de Alimentação da Previdência Social
SCOMPS	Secretaria de Coordenação de Políticas Sociais
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SMAAB	Secretária Municipal Adjunta de Abastecimento
SMAB	Secretaria Municipal de Abastecimento

SMASAC	Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania
SMASAN	Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional
SMAU	Secretaria Municipal de Atividades Urbanas
SMED	Secretaria Municipal de Educação
SMPS	Secretária Municipal de Políticas Sociais
SMSA	Secretaria Municipal de Saúde
SUS	Sistema Único de Saúde
SUSAN	Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UPA	Unidade de Pronto Atendimento

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: O ALIMENTO COMO DIREITO BÁSICO E FUNDAMENTAL PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA.....	19
2.1 Cenário internacional.....	19
2.1.1 De fruto da caça-coleta a produto: uma breve trajetória do alimento na evolução humana e o fenômeno da fome.....	19
1.1.2 Frutificar na crise: como o contexto da fome no pós-guerras levou ao primeiro conceito de segurança alimentar.....	21
2.2 Cenário Brasileiro.....	24
2.3 SAN em terras mineiras – Um breve panorama.....	31
2.4 Pioneirismo na capital mineira: do abastecimento à consolidação da SAN como política pública em Belo Horizonte.....	34
2.4.1 A Segurança Alimentar como princípio teórico norteador e a criação da SMAB.....	35
2.4.2 Segurança Alimentar e Nutricional na base teórica e na nomenclatura.....	43
2.4.3 Os 25 anos de trajetória: adesão ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e foco na agroecologia e na agricultura urbana.....	48
3 CRIAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA PROFISSÃO DE NUTRICIONISTA – UMA REFLEXÃO SOBRE A NUTRIÇÃO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAN.....	54
3.1 Breve histórico da profissão no Brasil.....	54
3.2 Áreas de atuação regulamentadas.....	57
3.3 As políticas públicas de SAN e o diálogo com as áreas de atuação do nutricionista.....	63
4 A INSERÇÃO DO NUTRICIONISTA EM UMA POLÍTICA PÚBLICA: A EXPERIÊNCIA DE BELO HORIZONTE.....	68
4.1 De demanda social à agenda de governo: o início da política de SAN na PBH.....	70
4.2 Primeiros programas, multidisciplinaridade e consolidação.....	73
4.3 O impacto das reformas administrativas e os desafios atuais da SAN.....	77
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80
REFERÊNCIAS.....	82
APÊNDICE.....	86

1 INTRODUÇÃO

A política e as políticas públicas, apesar de serem campos distintos, são diretamente relacionadas e, portanto, sofrem influência mútua no contexto governamental. A política é um meio de administrar dissensos, buscando formas de gerir e resolver pacificamente conflitos; já a política pública configura um conjunto de ações e procedimentos adotados publicamente pela entidade governamental para resolver problemas específicos. A linha de ação, bem como o desenho das políticas públicas, são decisões políticas, de governo, e consistem na etapa crucial que explicita sobre qual conceito a política pública será pensada, como será executada e qual será o conjunto de resultados esperados. É também objeto de decisão governamental quais atores estarão envolvidos no processo de elaboração, planejamento e implementação da política pública. Tal escolha é crucial e decisiva, uma vez que influencia todas as etapas seguintes (RUA, 1998).

O entendimento da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) como política pública é um fenômeno consideravelmente recente. Apesar dos esforços de organismos internacionais em discutirem a situação da produção e distribuição de alimentos desde o fim da Segunda Guerra Mundial, apenas nas décadas subsequentes a SAN entrou na pauta política, ainda como iniciativas isoladas de combate à fome e a miséria extrema, portanto muito mais como a tentativa de dirimir um problema de abastecimento de alimentos do que compreendida como um direito humano. No Brasil, após a efervescência política do fim da Ditadura Militar (1964-1985) e a promulgação da Constituição Federal (CF) (1988), as ações de SAN seguiam a tendência mundial e delimitavam-se ainda pela questão da produção em massa e abastecimento de alimentos.

Iniciativas realmente consolidadas datam, de fato, do início dos anos 1990, quando destacadamente três capitais brasileiras propuseram formas inovadoras de lidar com a questão da escassez e distribuição, para além de aumentar produção. Porto Alegre, Santos e Belo Horizonte, todas sob mandatos do Partido dos Trabalhadores (PT), iniciaram a década de 1990 com políticas voltadas ao combate à fome e com o desenho de ações do que viria a ser compreendido como ações de SAN no contexto brasileiro.

Destaca-se, no presente trabalho, a análise da política municipal de Belo Horizonte, reconhecidamente pioneira na criação e gestão de ações que se consolidariam

como políticas públicas de SAN. Em 1993 o município deu início a um movimento institucional tendo como base o conceito da soberania alimentar, que posteriormente seria mundialmente vinculado ao atual conceito de SAN. Na época, o então prefeito Patrus Ananias de Souza optou por atribuir à professora Maria Regina Nabuco a elaboração do desenho institucional de um novo órgão gestor a ser criado, a Secretaria Municipal de Abastecimento (SMAB). Este órgão, como veremos, implementou programas e ações que excediam a então esfera do abastecimento de alimentos (GÖPEL, 2009).

Concomitantemente à criação do órgão, foi traçada uma estratégia de alocação de profissionais que seriam responsáveis pelo aparato técnico e teórico dos programas que estavam em plena criação. A partir da perspectiva da importância de diferentes áreas do conhecimento para realização da política pública de SAN optou-se por compor uma equipe multiprofissional que contava com assistentes sociais, economistas, administradores e nutricionistas, dentre outras profissões. Vale destacar a inclusão do nutricionista nesse quadro, uma vez que até então a atuação desse profissional na Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) estava limitada à Secretaria Municipal de Saúde (SMSA). Ao serem inseridos na SMAB esses profissionais foram envolvidos em todas as etapas de criação dos programas e, posteriormente, na gestão da estrutura.

As políticas públicas de alimentação e nutrição foram sedimentadas sob o conceito de SAN há pouco mais de uma década, fenômeno muito recente visto que as iniciativas construídas em períodos anteriores foram pensadas em outro paradigma, sobretudo o do combate à fome e à carência energético-proteica. Dada a importância das fases de criação e implementação das políticas públicas, é fundamental conhecer as decisões governamentais nessas etapas do processo e quais atores estiveram envolvidos. Esse cenário provoca a pergunta que este trabalho busca responder: qual a importância da presença do nutricionista na elaboração e implementação de programas sob o conceito da SAN?

Para tal, buscou-se analisar a consolidação da SAN como política pública à luz da experiência de Belo Horizonte, pioneira nessa área, e investigou-se a decisão de incluir o nutricionista nas políticas de SAN da capital mineira, uma vez que este profissional foi incorporado à SMAB desde sua criação.

Justifica-se o presente trabalho dada a importância de conhecer-se a trajetória da SAN como política pública e o processo de inserção do profissional de Nutrição no desenho e implementação dessa iniciativa. Também é fundamental conhecer o diferencial que a presença do nutricionista pode ter representado na elaboração e implementação das políticas, dado que a alimentação e a nutrição são sua especialidade.

Há ainda poucos trabalhos na literatura que abordem a importância do profissional de Nutrição nas políticas públicas, apesar de saber-se que a diversificação dos profissionais envolvidos na administração pública enriquece o ambiente de gestão e execução, agregando competências e lançando luz sobre o desafio de promover políticas públicas cada vez mais exitosas diante das múltiplas e complexas necessidades da população, o constante desafio da multidisciplinariedade e da intersectorialidade na garantia dos direitos sociais.

Por fim, a SAN, bem como o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), são conceitos relativamente recentes no campo da formação profissional do nutricionista e, por consequência, da gestão pública. A experiência de Belo Horizonte, contudo foi baseada nesses conceitos ainda no início dos anos 1990, posteriormente servindo de base para a estruturação das políticas de SAN no Brasil, fatos que justificam a relevância de aprofundar-se em sua história e conhecer as suas práticas.

Para atingir os objetivos almejados foram utilizadas fontes indiretas e diretas. Para compreender o pioneirismo de Belo Horizonte, construiu-se um histórico das políticas de SAN nos contextos nacional, estadual e municipal, destacando-se esse último, a partir da literatura disponível, sobretudo legislações, artigos e dissertações. Para compreender a tomada de decisão pela inclusão do nutricionista na estrutura da SMAB e o papel desse profissional na construção das políticas de SAN, realizou-se entrevistas com o professor e político Patrus Ananias de Sousa, prefeito de Belo Horizonte no período de criação da SMAB; com a professora e assistente social Adriana Veiga Aranha, que trabalhou na gestão do órgão no período de sua criação e implementação; e com a nutricionista Andréa da Silva Queiroz, que participou da implementação da política de SAN e ainda atua no órgão municipal.

O trabalho foi estruturado conforme a descrição a seguir. O primeiro capítulo contempla um breve histórico da relação do ser humano com os alimentos e do fenômeno da fome no mundo. Além disso, traz o histórico das políticas de alimentação e nutrição no

cenário brasileiro, no contexto estadual e, por fim, de modo mais aprofundado, no município de Belo Horizonte. Segue-se com o histórico de criação da SMAB, buscando-se conhecer a estrutura burocrática e evidenciar os fatores que levaram à consolidação das ações de alimentação e nutrição como política pública de SAN em Belo Horizonte.

No capítulo seguinte aborda-se o papel do nutricionista nas políticas públicas a partir de um histórico da profissão no Brasil, com destaque para a demanda de inserção desses profissionais nas políticas de SAN no país.

O terceiro e último capítulo aborda as questões metodológicas do presente trabalho e faz uma análise do conteúdo apresentado e das respostas obtidas nas entrevistas na tentativa de compreender a evolução e consolidação da SAN como uma política pública em Belo Horizonte e qual o papel do nutricionista na trajetória dessa política pública local.

2 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: O ALIMENTO COMO DIREITO BÁSICO E FUNDAMENTAL PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA

Comer é um ato tão intrínseco à manutenção da vida que a relação dos seres humanos com os alimentos pode ser encarada de modo demasiadamente trivial, escapando de uma reflexão mais aprofundada. Deter-se nessa relação, contudo releva que comer efetivamente é um processo natural, biológico, mas a relação com os alimentos sofreu profundas transformações no curso da história da humanidade, desde o modo de obtenção do alimento até o contraste entre abundância e escassez convivendo no mesmo período histórico. O objetivo desta seção é fazer um breve histórico, de modo a compreender como a relação com o alimento foi assumindo (res)significados ao longo dos séculos e como a relação humana com a comida promoveu cenários de glória e miséria, exigiu amplos esforços de organizações internacionais e dos governos locais e segue sendo um desafio pautado pelos conceitos da Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada.

2.1 Cenário internacional

2.1.1 De fruto da caça-coleta a produto: uma breve trajetória do alimento na evolução humana e o fenômeno da fome

A história do trajeto evolutivo da humanidade é marcada por decisivos eventos relacionados à alimentação, em especial nas esferas social e biológica. A caça e a coleta foram as primeiras formas de subsistência do *homo sapiens* que obrigavam os humanos primitivos a migrarem constantemente em busca de novos alimentos. A escassez já era, portanto, uma realidade viva e constante e às populações restava a estratégia do nomadismo em busca da sobrevivência. Esta era a forma mais comum de vida humana no Período Paleolítico.

Tudo mudou, porém de 10.000 a 12.000 anos atrás, quando parte dos caçadores-coletores perceberam que as sementes dos vegetais consumidos caíam pelo caminho e aparentemente perdiam-se no terreno. Em pouco tempo, os grãos tornavam-se plantas e os animais tornavam-se mais frequentes naquela região. Os primeiros acampamentos surgiram em torno desses grãos que, acidentalmente semeados, germinavam em novas plantas. Deu-se por descoberta a Agricultura, que de rudimentar foi ficando cada vez mais

elaborada, a partir principalmente da compreensão da ação do clima. Com a agricultura inaugurou-se o Período Neolítico (HARARI, 2015).

É fundamental observar que o início da atividade agrícola permitiu aos humanos primitivos estabelecerem moradia e, portanto, o nomadismo foi sendo paulatinamente abandonado. Percebe-se, portanto que a questão alimentar foi decisiva na evolução, instaurou novos modos de vida e subsistência, permitiu a criação e estabelecimento das tribos, vilarejos, feudos, burgos, cidades, regiões, países e todas as formas de organização geopolítica que se conhece. Além da agricultura, Pollan (2014) salienta que o domínio do fogo foi igualmente um fator crucial para o abandono do nomadismo e o advento de novas práticas alimentares e de diferentes formas de se relacionar com os alimentos.

Porém, a atividade agrícola era fortemente influenciada por questões climáticas e geológicas e as aglomerações humanas não favoreciam a produção e a distribuição adequada dos alimentos em todos os períodos do ano. Além disso, conservar os alimentos era um desafio constante, uma vez que ainda não havia o aparato científico-tecnológico necessário para manter a integridade dos alimentos por longos períodos conservando as características organolépticas de cada um. A preocupação com o futuro passou a ser uma novidade para essas comunidades primitivas. Em um cenário ainda mais complexo, se antes os humanos primitivos produziam alimentos visando o consumo próprio para a sobrevivência, o novo contexto econômico permitia a inserção dos alimentos como produto, que eram então trocados por outros produtos ou por moedas, também transmutadas em outros bens. A inserção do alimento como parte de um sistema econômico abriu possibilidades de se planejar uma produção excedente ou ainda produzir unicamente com o fim de comercialização (HARARI, 2015).

A dimensão biológica do alimento, que enfrentava um desafio social com as aglomerações humanas, tornou-se passível de ser suplantada pela dimensão econômica. O quadro geopolítico tornou-se ainda mais desafiador diante do advento da propriedade privada e do domínio da terra, sem a qual não havia produção de alimento, tampouco toda terra era fértil a ponto de permitir a produção de comida.

Em todos esses cenários, desde a busca pelo alimento que levava ao nomadismo ao contexto econômico da posse e qualidade da terra, impera o fenômeno da

escassez maciça de alimentos, ou seja, a fome. A fome é uma realidade que assombra a humanidade desde os tempos primitivos, e se antes era relacionada unicamente a escassez de alimentos e a incapacidade produtiva, especialmente no século XX passou a ser compreendida como um evento multifacetado possível de ser analisado a partir de diferentes linhas de análise como evidenciado por Aranha (2000):

Existem várias correntes e linhas de análise do problema da fome no mundo, [...], podendo-se destacar, entre elas, a econômica, a agrícola, a agrária, a nutricional e a social. (ARANHA, 2000, p. 5)

Apesar da complexidade de dimensões pelas quais a fome pode ser analisada, a autora compreende que duas linhas de análise se destacam por apresentarem concepções que contemplam duas ou mais dimensões, tal como segue:

A primeira segue uma linha de análise mais econômico-produtivista e identifica como causa principal da fome os problemas ocorridos no sistema alimentar, ou seja, as estruturas de produção, armazenagem, processamento, transporte e comercialização de alimentos. Tal visão aposta no mercado de alimentos para a solução do problema, mesmo que esse tenha que ser reformulado.

[...]

A outra concepção, segue uma linha de análise mais sociopolítica que, apesar de reconhecer os problemas existentes no complexo sistema alimentar e considerá-los importantes, reconhece como principal problema causador da fome as dificuldades encontradas no acesso ao alimento. Nesta concepção, a solução do problema passaria por mudanças mais profundas na sociedade, nelas incluindo a questão da equidade. (ARANHA, 2000, p. 6)

Como anteriormente citado, os eventos históricos do século XX foram decisivos para inserir a fome no foco da análise de especialistas e da ação política global. Após a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, incluindo o período entre guerras, a fome assolou as então desfiguradas capitais do Velho Mundo, levando políticos, diplomatas, cientistas e todos os atores de relevância do período a debruçarem-se sobre esse tema em busca das soluções mais imediatas possíveis para aliviar o sofrimento das populações atingidas pelos grandes conflitos bélicos. O conteúdo da seção seguinte aborda o cenário que levou a fome ao debate mundial no século XX e a compreensão do alimento como direito.

1.1.2 Frutificar na crise: como o contexto da fome no pós-guerras levou ao primeiro conceito de segurança alimentar

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) provocou um catastrófico abalo na economia europeia, até então sólida fortaleza do bloco do Velho Continente. A situação foi

agravada pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945), que eclodiu apenas vinte e um anos após a Primeira e expandiu-se para além das fronteiras europeias, causando não só uma profunda crise social e econômica, como um reordenamento das nações e a polarização entre o bloco capitalista e o bloco soviético, que marcou todos os fatos históricos posteriores até o fim dos anos 1980.

A polarização criou um cenário no qual o estabelecimento de acordos e relações entre os países centrais e periféricos poderia gerar instabilidades sociopolíticas e, por consequência, novos conflitos. Dessa feita, organismos internacionais neutros foram criados para mediar acordos de cooperação internacional em prol da dissolução dos desafios do período, entre eles a fome e a miséria, a recuperação da agricultura e a grave crise econômica. A discussão dos desafios em dimensão global permitiu que a fome pela primeira vez fosse compreendida como um fenômeno de grande complexidade e múltiplas causas. Nessa conjuntura, foi realizada em 1943 nos Estados Unidos a Conferência de Alimentação de Hot Springs, primeiro evento estabelecido para debater a situação de crise generalizada no pós-guerra e no qual deliberou-se a criação da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (*Food and Agriculture Organization*) (FAO), fundada em 16 de outubro de 1945 como principal organismo de articulação internacional para conduzir ações de cooperação no combate a fome (SILVA, 2014). A FAO foi vinculada posteriormente à Organização das Nações Unidas (ONU), estabelecida em 24 de outubro do mesmo ano.

Apesar das grades economias europeias e japonesa terem se recuperado relativamente rápido da crise do pós-guerra, a tensão da Guerra Fria e a eclosão de conflitos isolados na Ásia e na África mantiveram o clima de hostilidade entre nações e a ação da ONU fez-se cada vez mais proeminente e necessária. Nesse contexto, em 1974 a FAO realizou a Conferência Mundial de Alimentação das Nações Unidas, em Roma, capital italiana. Nesse período a chama “Revolução Verde” estava no auge das discussões, sendo até então a maior inovação científica no campo agrícola, permitindo a otimização da produção do campo a partir do uso maciço de fertilizantes e agrotóxicos. A princípio, o problema da fome passaria estar sendo mitigado pela ciência, contudo as reflexões da Conferência voltaram-se para outra questão: a distribuição do volume de alimentos produzido afetada pela desigualdade social. A declaração final do evento concluiu que a pobreza e não a capacidade produtiva, era a principal causa da nutrição inadequada, ou seja, da fome (SILVA, 2014).

A Conferência, portanto, foi um marco ao pela primeira vez considerar o aspecto socioeconômico com o principal fator para a perenidade da fome como um problema entre as populações mundiais, mesmo considerando todos os outros fatores inerentes à produção e ao acesso aos alimentos. Assim, o principal legado do evento foi ampliar a discussão para além da produção dos alimentos, fome e pobreza passaram a ser intimamente associadas. O reconhecimento da fome como fenômeno derivado de múltiplos fatores determinantes foi decisivo para posteriormente as agências internacionais adotarem a terminologia “segurança alimentar”. A Conferência Internacional de Nutrição, promovida pela FAO em 1992 também em Roma, utilizou pela primeira o conceito de segurança alimentar, no qual foram considerados os aspectos nutricional e sanitário ao conceito de segurança alimentar, condensado pela sigla SAN.

A importância da nova terminologia é destacada por Silva (2014) que avalia:

A afirmação conceitual da SAN nesse contexto vai muito além de uma mera questão de nomenclatura. Ao se dizer segurança alimentar e nutricional, está-se afirmando o caráter fundamental que a alimentação, em quantidade e qualidade, tem para a garantia da sobrevivência humana. Sob essa ótica, o direito à alimentação adequada é encarado como um direito humano básico, e não uma mera ação assistencial do Estado que estará sujeita às vontades políticas dos governantes ou de arranjos favoráveis. Isto é, a própria afirmação do conceito foi um fator delimitador da luta política pela inclusão do direito à alimentação adequada no rol de obrigações do Estado, como condição de cidadania. (SILVA, 2014, p. 13)

Por fim, a FAO endossou a nova abordagem à questão alimentar na Cúpula Mundial de Alimentação (*World Food Summit*) realizada em 1996 na capital italiana ao associar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) à garantia da SAN. O exercício da cidadania passou a ser visto como inalienável ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade em quantidade suficiente. Ao todo 159 países referendaram as conclusões da Cúpula e todos “coincideram no entendimento de que a fome e a desnutrição são inaceitáveis e que o acesso a alimentos nutricionalmente adequados e seguros é um direito de cada pessoa” (HIRAI; ANJOS, 2007, p. 341 *apud* SILVA, 2014, p. 14).

A FAO, portanto, definiu o DHAA e o associou à SAN nas conclusões do relatório final da Cúpula, que afirmou:

O direito à alimentação adequada é um direito humano inerente a todas as pessoas de ter acesso regular, permanente e irrestrito, quer diretamente ou por meio de aquisições financeiras, a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas e suficientes, correspondentes às tradições

culturais do seu povo e que garanta uma vida livre do medo, digna e plena nas dimensões física e mental, individual e coletiva” (MACEDO *et al.*, 2009, *apud* SILVA, 2014, p. 14).

A admissão da fome na pauta global como questão humanitária foi inicialmente provocada pelas mazelas das duas guerras mundiais vivenciadas no século XX. A persistência desse fenômeno, mesmo após avanços científicos na produção de alimentos, alterou para sempre o cenário das discussões em torno do tema. Nas arenas de debate criadas pelos organismos internacionais recém estruturados sua definição assumiu múltiplos contornos ao longo das décadas e, sobretudo, o reconhecimento de suas causas se ampliaram de modo definitivo. A definição simplista de ausência de alimento em quantidade suficiente ou ainda distribuição deficitária foi ultrapassada pela multiplicidade e amplitude dos fatores ambientais, ecológicos, históricos, tecnológicos, econômicos, culturais, ideológicos e políticos determinantes da fome. Do cenário complexo e múltiplo derivou o termo segurança alimentar, que para além de condensar o fenômeno da fome como produto de múltiplos fatores, contempla a dimensão cidadã e do direito no acesso a alimentos seguros e de qualidade por todo e qualquer ser humano. Sem o alimento a luta pelos demais direitos, ou seja, o pleno exercício da cidadania, torna-se uma utopia.

2.2 Cenário Brasileiro

Vasconcelos (2005; 2019) faz uma análise histórica dos programas de alimentação e nutrição promovidos pela gestão pública brasileira a partir de quatro recortes temporais: três deles propostos em artigo de 2005 e um, mais recente, proposto em artigo publicado em 2019. Os recortes propostos por Vasconcelos nos auxiliam a compreender as motivações e os cenários que levaram à criação dos diferentes programas de alimentação e nutrição no país, como esclarece o autor:

As distintas formas de intervenção estatal na área de alimentação e nutrição são construídas, desconstruídas e/ou reconstruídas a partir do jogo de interesses econômicos, sociais e políticos que se opera entre os distintos segmentos sociais de cada conjuntura examinada (VASCONCELOS, 2005, p. 2).

O primeiro período destacado por Vasconcelos (2005), que compreende os anos de 1930 a 1963, atravessa os períodos de governo de Getúlio Vargas, no Estado Novo, Eurico Gaspar Dutra, Juscelino Kubistchek de Oliveira e novamente Getúlio Vargas, agora no período democrático. Esses anos foram marcados pela emergência dos primeiros instrumentos

de política social, delineados sob a influência dos estudos e obras de Josué de Castro e seus pares, em especial do icônico livro “A Geografia da Fome”, lançado em 1946.

A fome pela primeira foi abordada de maneira científica, junto ao advento da Ciência da Nutrição e da criação do primeiro curso para formar profissionais em Nutrição. Concomitantemente, as condições precárias de vida da classe trabalhadora vinham sendo motivo de denúncia e debate, tendo sido objeto de pesquisa de Josué de Castro. Em resposta a esse cenário, o governo Vargas, já no Estado Novo, criou a primeira lei de regulamentação do Salário Mínimo, cujo objetivo, a princípio, era prover ao trabalhador uma renda compatível a uma vida digna, contemplando a aquisição dos alimentos que compunham a chamada “ração essencial mínima”, uma versão ainda rudimentar da cesta básica, calculada para um adulto trabalhador. O instrumento de criação do Salário Mínimo instituiu também dois importantes órgãos: o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) e a Comissão Nacional de Alimentação (CNA), responsáveis por articular uma política nacional de alimentação e nutrição (VASCONCELOS, 2005).

O SAPS, que esteve ativo até 1967, teve uma multiplicidade de ações sob seu comando, tais como instalação de restaurantes populares, criação dos postos de subsistência destinados à comercialização de gêneros de primeira necessidade a preço de custo, atividades de educação nutricional, criação de cursos de treinamento e formação de recursos humanos e a realização de estudos e pesquisas no campo da nutrição. O CNA, por sua vez, esteve ativo até 1972, e assessorou o governo na política nacional de alimentação. Seus objetivos contemplavam, sobretudo atividades de pesquisa e proposição de intervenções com vistas a melhorar o estado nutricional da população brasileira no período. Em 1953 coube ao CNA promulgar o Primeiro Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, voltado, sobretudo à nutrição materno infantil (VASCONCELOS, 2005).

Esse período foi marcado pelo lançamento das bases de importantes programas de alimentação e nutrição que perduram até a atualidade, tal como o programa de alimentação escolar, além do primeiro Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, de 1953. Em especial os anos que compreenderam o Estado Novo concentraram a emergência dos programas de assistência alimentar e nutricional sob um viés bastante ideológico, paternalista e assistencialista, características comuns à governos totalitários. A relação com as organizações internacionais, tal como a Organização das Nações Unidas (ONU), também merece destaque,

uma vez que as iniciativas internacionais de combate à fome influenciaram as decisões brasileiras, como no caso da distribuição de leite em pó desengordurado, oriundo dos programas internacionais de ajuda alimentar. Os esforços empreendidos entre os anos deste primeiro recorte não foram suficientes, contudo, para mudar substancialmente o perfil epidemiológico nutricional da população, que permaneceu com elevada prevalência de doenças nutricionais relacionadas à miséria, à pobreza e ao atraso econômico (VASCONCELOS, 2005). Apesar disso, as ações implementadas por Getúlio Vargas foram bastante significativas. Nesse ínterim, Machado (2006) destaca que as estratégias e programas criados nos governos posteriores, de Eurico Gaspar Dutra e Juscelino Kubitschek, não progrediram para além do marco das realizações do SAPS e da CNA.

O segundo recorte proposto por Vasconcelos (2005) compreende o período de 1964 a 1984, quando o país viveu o segundo período ditatorial de sua era republicana: a Ditadura Militar. Os primeiros anos de governo sob o poder dos militares foram marcados por uma importante recessão econômica, sucedida pelo período conhecido como “Milagre Brasileiro”, resultado de fortes intervenções estatais na economia e de um plano econômico cujo principal era “fazer o bolo crescer”. Contudo, a elevação do Produto Interno Bruto (PIB) e das taxas de exportação não se refletiram na renda média do cidadão. Em meados de 1974, quando o modelo de crescimento econômico apresentava sinais de esgotamento, o Estudo Nacional de Despesas Familiares (ENDEF) apontou que 67,0% da população apresentava um consumo energético inferior às necessidades nutricionais mínimas que já eram recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Como foi amplamente repetido posteriormente, o bolo cresceu, mas não foi repartido.

A questão alimentar e nutricional não pode, portanto, avançar sem a intervenção estatal e uma das grandes preocupações dos militares era garantir o abastecimento dos grandes centros urbanos, uma vez que a década de 1970 foi marcada por uma grande crise mundial de alimentos. A solução encontrada perpassou pelo lançamento de dois Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND). Um dos marcos contidos nesses planos foi a criação do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) em 1972, que centralizou as iniciativas relacionadas à alimentação e nutrição, assumindo as funções do SAPS, que havia sido extinto em 1967 e da CNA, que permaneceu ativa até a criação do novo órgão. O INAN atuava em três eixos que contemplavam: suplementação alimentar a gestantes, nutrízes, crianças, escolares e trabalhadores de baixa renda; racionalização do sistema de produção e

comercialização de alimentos, com ênfase no pequeno produtor, por meio de iniciativas como o Programa de Abastecimento de Alimentos Básicos em Áreas de Baixa Renda (PROAB) e a Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL); e atividades de complementação e apoio, responsáveis pela criação de programas tais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT). O INAN foi responsável por planejar e lançar o I e o II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN) em 1973 e 1976, respectivamente (VASCONCELOS, 2005; MACHADO, 2006).

As iniciativas de alimentação e nutrição empreendidas pelas cinco gestões que fizeram parte da Ditadura Militar tiveram em comum uma forte dimensão ideológica, repetindo as características dos programas desenvolvidos no Estado Novo, comuns às ditaduras, como o assistencialismo, o paternalismo e o clientelismo político-eleitoral. O lançamento das fases I e II do PRONAN representaram uma retomada da relação do Estado brasileiro com o campo da Nutrição, uma vez que as últimas iniciativas significativas nesse campo haviam ocorrido justamente na Era Vargas (VASCONCELOS, 2005).

Apesar da distribuição de renda não ter sido equitativa durante o chamado “Milagre Econômico”, houve melhoria do estado nutricional da população brasileira quando comparados os resultados dos anos de 1975 e de 1989. Essa melhoria foi resultado do aumento moderado da renda familiar associado à expansão da cobertura dos serviços e programas sociais, entre esses os programas de alimentação e nutrição. Porém, o resultado positivo deve ser avaliado de modo crítico, já que há um intervalo de 14 anos entre os dados comparados. As ações do INAN tiveram êxito e consistência apenas na década de 1980, sobretudo as iniciativas de suplementação e combate à desnutrição de gestantes, nutrizes e lactantes, portanto em período mais próximo do ano de coleta do último dado do comparativo. Além disso, mesmo orientadas a grupos específicos, somente 10% dos recursos investidos atingiram seu público-alvo, ou seja, às camadas realmente necessitadas (VASCONCELOS, 2005; PESSANHA, 2002 *apud* MACHADO, 2006).

O terceiro período histórico determinado por Vasconcelos (2005) contempla os anos de 1985 a 2003, compreendendo a redemocratização e a consolidação democrática do Estado brasileiro. Nesse recorte, como nos anteriores, as questões econômicas tiveram forte influência sobre as decisões governamentais, mas estiveram ainda mais agravadas pela notória instabilidade política, provocada pela morte de Tancredo Neves, ascensão de José Sarney,

eleição e *impeachment* de Fernando Collor de Melo. A partir da posse de Itamar Franco e com a eleição de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e de Luís Inácio Lula da Silva, que cumpriram integralmente dois mandatos presidenciais cada um nos anos que se seguiram é que houve uma estabilidade política. A instabilidade política e econômica mesclou-se ao forte sentimento de esperança suscitado pela queda da Ditadura Militar, pela promulgação da CF em 1988 e pelo retorno de eleições diretas. Tal cenário influenciou fortemente todas as políticas públicas do período e incluíram na equação um ator até então passivo: a sociedade civil organizada.

As questões sociais, em especial à desigualdade e a miséria, eram fruto de constante debate e ação da sociedade civil organizada e serviram de mote ao movimento pela chamada Nova República, esse cenário estabeleceu um neopopulismo em torno do enfrentamento da miséria e da fome. Apesar disso, poucos foram os avanços nos períodos Sarney, Collor e Itamar Franco. A fome, pela primeira vez compreendida como um fenômeno complexo, havia voltado a ser destaque em estudos e pesquisas acadêmicas, provocando um clamor pela implementação de intervenções nutricionais governamentais e não governamentais, tendo como principais motes a solidariedade, a parceria, a descentralização e a segurança alimentar, terminologia construída no início da década de 1990 que contemplava a alimentação como um direito humano.

A pressão popular intensificou-se pela liderança de figuras como Herbert de Souza, o Betinho, sociólogo e ativista pelos direitos humanos que liderou o movimento social “Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida”. Em resposta às ações da sociedade civil em 1993 foi lançado o Plano de Combate à Fome e à Miséria, sucedido pela criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA)¹, instancia que contemplava a participação direta dos cidadãos junto ao governo federal (VANCONCELOS, 2005).

¹ O CONSEA foi criado por meio do Decreto nº 807, de 24 de abril de 1993, no governo Itamar Franco, mas logo extinto em 1994, dado o caráter transitório do então governo federal. Recriado em 2003, teve papel decisivo na formulação de todas as posteriores iniciativas de SAN, inclusive em 2006 na formulação do Projeto de Lei Orgânica para a Segurança Alimentar e Nutricional no país (LOSAN). O CONSEA foi responsável também por organizar as Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional, ocorridas nos anos de 1995, 2004, 2007, 2011, 2015. Lamentavelmente o Conselho foi novamente extinto em 2019, no governo de Jair Messias Bolsonaro, por meio da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, conversão da Medida Provisória nº870, mesmo após intensa pressão de políticos, pesquisadores e entidades da sociedade civil organizada (ABRANDH, 2013, p.29-31).

Avanços significativos, porém só foram ser implementados no período FHC, quando o governo federal fortaleceu parcerias com o terceiro setor e, no intuito de superar os paradigmas do assistencialismo e do clientelismo, fortaleceu a dimensão da Assistência Social ao introduzir uma nova modalidade de intervenção nutricional no país: a transferência direta de renda, por meio de programas como o Bolsa Escola e o Bolsa Alimentação. Houve ainda em 1998 a criação da Coordenação-Geral da Política de Alimentação e Nutrição (CGPAN), um aparato burocrático integrante do Ministério da Saúde (MS) direcionado para gerir as ações de alimentação e nutrição. Um dos frutos do trabalho da CGPAN foi a criação em 1999 da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), que vigora até hoje após ter sido revisada em 2011. Apesar dos avanços, o período FHC também foi marcado por graves crises econômicas que provocaram a instabilidade do ainda recente Plano Real e, portanto, levaram a um período de forte recessão e austeridade, reforçando desigualdades sociais ainda não superadas (VANCONCELOS, 2005)².

O governo de Luís Inácio Lula da Silva representou um marco para as políticas sociais brasileiras, uma vez que tal tema era a base da campanha presidencial do até então candidato. Já no primeiro dia de mandato efetivo, foi lançada a estratégia de segurança alimentar “Fome Zero”, um robusto programa de combate à fome e a miséria que congregava em seu bojo iniciativas do governo FHC além de novas ações, sustentadas principalmente pela transferência de renda direta para os cidadãos mais socialmente vulneráveis. O programa de maior destaque da estratégia foi o Bolsa Família, complementação de renda utilizada massivamente para a compra de gêneros alimentícios por seus beneficiários. Foi criado o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), órgão responsável pela execução das políticas de segurança alimentar. Resgatou-se o CONSEA, cuja composição passou a contemplar 2/3 de membros da sociedade civil, e recebeu diretrizes próprias para assessorar a presidência da república nos assuntos relacionados à alimentação e nutrição. Foram realizadas Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional e em 2006

² Para além das iniciativas governamentais, a sociedade civil organizada teve forte atuação no campo da SAN durante o governo FHC, com destaque para a criação do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN) em 1998. O Fórum, composto por uma rede nacional de organizações sociais, pesquisadores e técnicos governamentais, com ramificações estaduais foi uma resposta dos movimentos sociais e das entidades civis organizadas ao caráter neoliberal do então governo. Como exemplo de sua atuação, o Fórum teve papel decisivo na recriação do CONSEA já durante o governo Lula. O FBSSAN atua na articulação político-social junto ao poder público, em consonância com as pautas das Conferências de SAN e do CONSEA, além de organizar encontros nacionais entre os participantes (ABRANDH, 2013, p.29).

foi promulgada a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), que descreveu o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), cuja implementação previa a participação direta de estados e municípios. Em 2007 foi lançado o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Por fim, em 2010, por meio da Emenda Constitucional 64 a “alimentação” passou a constar no texto do Artigo 6º da CF entre os direitos inalienáveis do cidadão brasileiro (VASCONCELOS, 2005; MACHADO, 2006).

Mesmo após a promulgação da CF, cujo texto determina maiores responsabilidades ao âmbito municipal, as ações de alimentação e nutrição seguiram sendo propostas majoritariamente em âmbito federal, a partir de grande intervencionismo estatal na sociedade. Os períodos FHC e Lula configuraram os de maior avanço da alimentação e nutrição como política pública. A Era FHC deixou como grande legado o combate ao assistencialismo e a inserção da transferência de renda como estratégia para mitigar a fome e a miséria. A Era Lula teve grande destaque por consolidar os mecanismos de transferência de renda, incorporar a SAN como princípio orientador das políticas de alimentação e nutrição, criar e fortalecer o aparato burocrático, técnico e de controle social para essa política e dotar de capilaridade os programas criados, sobretudo o Bolsa Família. Cabe destaque também para o fortalecimento da agricultura familiar e para os marcos legais aprovados e publicados na Era Lula, que corroboraram para a garantia da SAN ao determinar a alimentação como direito do cidadão e dever do Estado (VASCONCELOS, 2005; MACHADO, 2006).

Os últimos dezesseis anos da ação do Estado brasileiro na política de alimentação e nutrição são analisados por Vasconcelos em artigo publicado em 2019. Os anos de 2003 a 2018 representam o quarto recorte temporal analisado pelo autor, em sua série de, até então, dois artigos. O autor faz uma breve abordagem dos resultados obtidos no combate à fome durante as gestões de Luís Inácio Lula da Silva, em especial com o aumento progressivo de beneficiários do Programa Bolsa Família. Em 2011 iniciou-se a gestão de Dilma Vana Rousseff, cujo lema de governo trouxe a frase “País rico é país sem pobreza” na qual estava contido o grande objetivo de seu mandato: o combate à extrema pobreza. Houve nesse período o lançamento do Programa Brasil Sem Miséria, além de iniciativas para fortalecer a agricultura familiar, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA). Em 2011 houve a revisão da PNAN e em 2013 a publicação de uma nova versão do Guia Alimentar para a População Brasileira, publicação de forte apelo educativo, voltado para toda a população. O segundo mandato de Dilma foi marcado pela saída do Brasil

do Mapa da Fome em 2014. Porém, os anos seguintes foram de forte recessão econômica, austeridade e instabilidade política que culminaram no questionável *impeachment* da presidente reeleita para governar até 2018. Para dar fim ao período do mandato, tomou posse o então vice-presidente Michel Temer, cujas medidas no âmbito da alimentação e nutrição representaram retrocessos em relação às ações dos governos anteriores. Ao MDS foi aglutinada a questão agrária que passou a compor a sigla do órgão: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA). Os recursos para as políticas públicas de saúde e segurança alimentar sofreram reduções nos repasses financeiros devido à crise econômica que havia se prolongado, provocando o enfraquecimento da redução da pobreza e das políticas de segurança alimentar e nutricional (VASCONCELOS *et. al*, 2019).

A trajetória da alimentação e nutrição como política pública no Brasil é fortemente marcada pela intervenção estatal do governo federal, pela pressão exercida por pesquisadores e movimentos sociais e pelos contínuos índices que apontam a prevalência da extrema pobreza e da desigualdade em meio à população. Não por coincidência, o combate à fome e à miséria foram a tônica da maioria das ações, programas e política de alimentação e nutrição do país. O período que antecede a promulgação da CF tem em comum programas e ações de caráter centralizador e generalista, fortemente marcados pela ideologia dos governantes/grupos hegemônicos e suscetível aos interesses econômicos de modo mais sensível que aos indicadores sociais. O período pós promulgação da CF demonstra um crescente envolvimento do terceiro setor, a quebra do paradigma assistencialista, a criação de programas articulados a outras áreas das políticas públicas em consonância com a intersectorialidade própria da SAN, a publicação de marcos legais e o advento de modelos locais de políticas de SAN, tema que será tratado mais detidamente a partir da experiência de Belo Horizonte.

2.3 SAN em terras mineiras – Um breve panorama

De acordo com Sampaio (2017),

a política de SAN do estado de Minas Gerais pode ser caracterizada, sinteticamente, pela representatividade da participação popular, pela pulverização de ações e progressiva institucionalização do Sistema Estadual de SANS. (SAMPAIO, 2017, p. 79)

Seguindo uma tendência nacional pós promulgação da CF, a política de SAN em Minas Gerais teve forte influência dos movimentos sociais que se organizaram por meio do Fórum Mineiro de SAN criado por eles em 1998. A recessão econômica que marcaria o segundo mandato de FHC começava a impactar as políticas sociais, devido a isso a pressão da sociedade civil foi fundamental para mobilizar os governantes em torno do tema da alimentação e nutrição, visando a continua e melhorias das políticas que já ocorriam nesse âmbito. Em Minas, em 1999 essa pressão culminou na criação do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais (CONSEA-MG) durante o mandato do governador Itamar Franco. Pioneiramente ao trabalho que seria desenvolvido em âmbito federal, na esfera estadual a sociedade civil já detinha 2/3 do total de participantes desde a criação do órgão, além de trazer a “palavra” sustentável para complementar o sentido do conceito de SAN. Seu objetivo era atuar junto ao poder público para a implementação de políticas e ações públicas na garantia de uma alimentação adequada (SAMPAIO, 2017).

O CONSEA-MG foi responsável por articular diversas ações, dentre elas a I Conferência Estadual de SANS realizada em 2001 com o tema “Minas tem fome de ação: Diretrizes e prioridades para uma política de SAN em MG”. Esse evento foi marcante por ter incorporado o termo “Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável/SANS” nas definições para elaboração de políticas públicas e por ter subsidiado a elaboração do I Plano Integrado de SAN estadual “Dignidade e Vida”, lançado também em 2001, que já contemplava em seu escopo o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) que só mais tarde seria discutido em âmbito nacional (MINAS GERAIS. Comitê Temático de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, 2012 *apud* SAMPAIO, 2017).

Diante da considerável dimensão territorial de Minas Gerais, o governo estadual criou em 2002 as Comissões Regionais de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (CRSANS), no intuito de propor e acompanhar ações governamentais de SANS em cada região do estado. Nesse período a erradicação da fome e da subnutrição eram os principais objetivos almejados. Em 2003 foi criado o Programa Mutirão pela Segurança Alimentar e Nutricional (PROSAN) cujo objetivo era financiar pequenos projetos de associações comunitárias, de modo a fortalecer a SANS em âmbito local e aproximar as comunidades do CONSEA-MG. Os anos de 2004 e 2005 marcaram o lançamento do II PROSAN que foi integrado ao Programa Minas Sem Fome (SAMPAIO, 2017).

A partir das conferências estaduais de SANS e da atuação do CONSEA, o combate a fome tornou-se cada vez mais sistêmico nas ações do governo estadual, bem como o amadurecimento da SANS como uma política intersetorial, como salientado por Barbosa (2014):

O desenvolvimento de ações de combate à fome por meio de programas que incentivem a autossuficiência alimentar e a geração de renda no meio rural coloca-se como uma das iniciativas estratégicas do Governo de Minas Gerais. Ademais, a segurança alimentar e nutricional, integrada às ações de outros setores tais como saúde, educação e assistência social, passa a ser considerada como um direito e como uma das condições a serem observadas para a garantia da equidade entre pessoas e regiões do Estado de Minas Gerais, em especial de famílias em condições de vulnerabilidade social no meio rural e em pequenas e médias cidades do Estado. (BARBOSA, 2014, p.63 *apud* SAMPAIO, 2017, p.81)

Como desdobramentos da intersetorialidade, foram lançados o Programa de Promoção do Direito Humano à Segurança Alimentar e Nutricional em Minas Gerais (PRODHASAN) em 2007 e o Programa Estruturador Cultivar, Nutrir e Educar (PECNE) em 2011, frutos de parcerias do estado com empresas públicas estaduais, sociedade civil organizada e com o MDS, no âmbito federal. Em 2015, com o objetivo de promover um novo âmbito de participação social, foram criados os “Fóruns Regionais” com o objetivo de mais uma vez articular as demandas regionais do estado às ações do governo. As ações de SANS elencadas a partir das discussões nos fóruns contemplam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) propostos pela ONU e perpassam pela Erradicação da Pobreza, Fome Zero e Agricultura Sustentável, Saúde de Qualidade, Água Limpa e Saneamento, Consumo responsável e Vida terrestre. Essa abordagem corrobora com a intersetorialidade, paradigma indispensável para a abordagem dos temas relacionados à SAN. Como iniciativa mais recente do governo do estado cita-se a estratégia de enfrentamento à pobreza no campo intitulada “Novos Encontros”, que tem como objetivo enfrentar a pobreza e promover a inclusão socio produtiva da população rural, com foco em regiões específicas e mais vulneráveis do estado (SAMPAIO, 2017).

Em consonância com os marcos legais estabelecidos pelo Governo Federal, a apropriação estadual da regulamentação da SAN tem como destaque a criação em 2006, via lei estadual, da Política e do Sistema Estadual de SANS, cuja finalidade principal é “promover ações e políticas destinadas a assegurar o DHAA e garantir o desenvolvimento integral da pessoa humana” (SAMPAIO, 2017).

A trajetória da política de SAN no estado de Minas Gerais tem vários pontos em comum com o histórico nacional das ações de alimentação e nutrição. Seu advento pós promulgação da CF, a publicação de um marco legal sincrônico às ações do governo federal, bem como a forte participação popular em sua construção são características comuns a trajetória de outros estados e municípios. É importante ressaltar o protagonismo da política estadual ao lançar luz e dar suporte à atuação incisiva do CONSEA-MG anos antes de sua efetiva ação em âmbito federal. Esse fato denota que o estado de Minas deu atenção especial à valorização do papel da sociedade civil no desenho das políticas públicas de SAN. Não por acaso, Madeira Filho (2016) salienta que a política de SAN em Minas Gerais configura um “grande laboratório para o desenvolvimento de políticas públicas nesse segmento [...]” (MADEIRA FILHO *et al.*, 2016 *apud.* SAMPAIO, 2017).

Como visto, a política de SAN em Minas teve como destaque a construção de arenas para a participação popular e, sobretudo, para o controle social a partir da apropriação local do CONSEA. As ações de SAN no estado foram marcadas por forte pressão popular em um contexto de crise econômica, esses fatores culminaram na ação dos governantes do período, uma resposta às vozes que ecoavam no Palácio da Liberdade. Na próxima seção será possível perceber um movimento diferente no contexto municipal, a partir da experiência da capital mineira. As ações de alimentação e nutrição partiram diretamente do executivo municipal, antes mesmo de uma pressão popular voltada para essa esfera de poder tomar proporções significativas, marco esse que difere substancialmente as ações estaduais daquelas desenvolvidas em Belo Horizonte.

2.4 Pioneirismo na capital mineira: do abastecimento à consolidação da SAN como política pública em Belo Horizonte

Tendo em vista a história do órgão gestor das políticas locais de SAN no município de Belo Horizonte, optou-se por dividir esse item em três partes que consideram o diagnóstico social e o arcabouço teórico que propiciaram sua fundação; a mudança de paradigma expressa em sua nomenclatura migrando de Abastecimento para Segurança Alimentar e Nutricional; e os eixos de trabalho na ocasião dos vinte e cinco anos da SAN como política em Belo Horizonte.

Nos parágrafos que seguem essas três partes são cronologicamente apresentadas e analisadas, assumindo como referência trabalhos desenvolvidos e publicados ao longo da história da SAN em Belo Horizonte.

2.4.1 A Segurança Alimentar como princípio teórico norteador e a criação da SMAB

As ações de alimentação e nutrição receberam atenção e destaque na gestão de Belo Horizonte a partir de 1993, nesta seção veremos como essa temática foi inserida em uma estrutura burocrática própria para geri-la e, especialmente, como perpetuou-se nas gestões seguintes, até a consolidação da SAN como uma importante política pública municipal.

No Brasil, o fim dos anos 1980 e início dos anos 1990 foi marcado por um crescimento populacional acentuado nas áreas urbanas, especialmente nas capitais. A crescente urbanização e industrialização trouxe consequências negativas na oferta e consumo de alimentos. Mafra (2004) descreveu o perfil alimentar de Belo Horizonte nesse período:

Até meados da década de 1990, Belo Horizonte figurava como uma das capitais com o preço da cesta básica mais elevado do país, conservando uma estrutura de abastecimento precária para a demanda apresentada pelo município. A partir desta constatação, deflagrou-se uma série de discussões no âmbito municipal, quando então foram implantados os primeiros programas ligados ao abastecimento alimentar, como forma de reduzir os preços ao consumidor dos produtos da cesta básica. Por sua vez, a demanda por programas sociais também se ampliou, fazendo com que a administração municipal dispusesse seus esforços no sentido de mitigar os problemas de expressiva parcela da população, implementando diversos programas de atendimento aos grupos mais vulneráveis (social e biologicamente). (MAFRA, 2004, p. 22)

Diante desse panorama, no pleito de 1992, o então candidato a prefeito Patrus Ananias de Sousa, do Partido dos Trabalhadores, apresentou o abastecimento e a segurança alimentar como destaques em sua plataforma de governo. Candidato vitorioso naquela eleição, ainda no período de transição destinou uma equipe mista para conduzir os trabalhos nessa temática sob a liderança da economista e professora Maria Regina Nabuco, docente do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Coube a essa equipe, formada por técnicos da universidade e membros do partido, fazer um diagnóstico aprofundado da questão alimentar na cidade (MACHADO, 2006, p.72).

Assim como o restante do país, em especial as capitais, parte considerável da população da cidade tinha acesso dificultado a alimentação, em aspectos quantitativos e qualitativos. A fome era uma realidade urbana e Belo Horizonte estava entre os mais elevados custos alimentares do Brasil (MACHADO, 2006; MAFRA, 2004). Ou seja, o principal problema da capital mineira naquele início de década estava localizado no acesso aos alimentos, em especial na comercialização e no consumo.

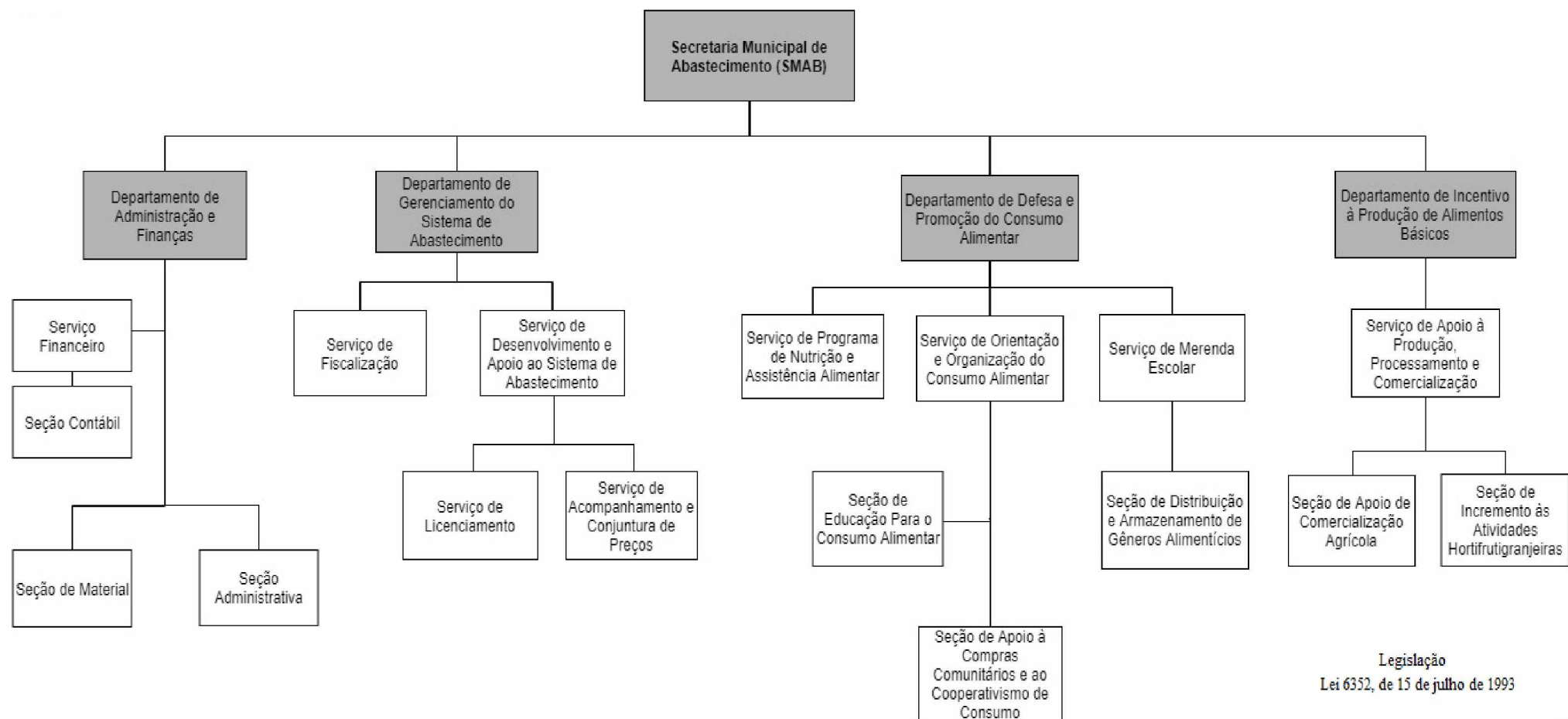
Diante desse contexto e a partir do diagnóstico da equipe, a gestão optou por criar uma nova unidade administrativa, uma estrutura burocrática independente, inserida como secretaria na estrutura da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. A partir da posse de Patrus Ananias como novo prefeito foi anunciada a criação da Secretaria Municipal de Abastecimento (SMAB). Ainda antes de sua formalização, foram empenhados recursos financeiros e instituída uma nova equipe para a elaboração do projeto da Secretaria. A professora Maria Regina Nabuco tomou posse como primeira secretária e seis meses após sua nomeação a nova Secretaria estava montada e em funcionamento. A plataforma de campanha foi efetivada na prática, a partir da Lei Municipal nº 6352, de 15 de julho de 1993 (SILVA, 2015, p.49).

Aranha (2000), Mafra (2004), Machado (2006) e Silva (2015) concordam que o grande diferencial da experiência de Belo Horizonte foi a definição da segurança alimentar como perspectiva orientadora para o diagnóstico, concepção, planejamento, implementação e monitoramento das ações e programas propostos para o enfrentamento da questão alimentar, para além da criação de uma unidade administrativa específica, a SMAB. Além disso, a criação de uma estrutura única, uma nova Secretaria, reforçava a importância da Segurança Alimentar como pauta para a gestão. A base teórica sólida permitiu que o novo órgão já nascesse com seu desenho estrutural voltado à ação sobre o principal problema encontrado, como pode ser visto na Figura 1. Dividida em quatro departamentos, todos os eixos de trabalho da Secretaria priorizavam o aumento do acesso e consumo alimentar.

Além das estruturas organizacionais integrantes da nova Secretaria, a gestão dos programas perpassava pela esfera do controle social por meio do Conselho Municipal de Abastecimento e Segurança Alimentar (COMASA), criado a partir da Lei Municipal Nº 6.739, de 17/10/1994, já no ano seguinte à implantação da SMAB. Vale salientar que apesar do COMASA não ter sido protagonista na criação de ações e programas específicos, ele

representava uma arena para informar e discutir os programas da SMAB com a população (MENICUCCI; MACHADO, 2009, p.35).

Figura 1 – Organograma da Secretaria Municipal de Abastecimento de Belo Horizonte/MG, entre os anos de 1993 e 2000.



Fonte: Adaptado de MACHADO (2006, p.86).

A partir da estruturação da SMAB, além dos programas que foram criados, todos os programas relacionados à questão alimentar que eram executados no município tiveram sua gestão transferida para a estrutura recém-criada, como salienta Aranha (2000):

A nova concepção de abastecimento local integrou num mesmo órgão as diversas fases do ciclo alimentar: o processo de produção, comercialização (distribuição/regulação) e consumo. Nessa perspectiva, o município se responsabilizou por intervir, através de políticas públicas, tanto na regulação do mercado de alimentos da cidade, quanto na garantia do acesso à alimentação pela população socialmente vulnerável à fome. (ARANHA, 2000, p. 73)

O trabalho da Secretaria desdobrava-se por meio de quatro departamentos, englobando o incentivo à produção de alimentos básicos, gerenciamento do sistema de abastecimento, defesa e promoção do consumo alimentar e um departamento de administração e finanças. Dentre os programas e projetos criados pela SMAB nesse período, destacam-se: Direto da Roça, Sacolões ABasteCer, Feiras, Mercados Distritais, Populares e Feira Coberta, Hortas Comunitárias, Programa de Assistência Alimentar, Restaurante Popular, Projeto de Orientação e Educação para o Consumo Alimentar e a Pesquisa de Preço da Cesta Básica da SMAB³. Em relação ao controle social, foi criado nesse período o COMASA, de caráter consultivo, composto por organizações governamentais e não-governamentais, movimentos sociais e representantes do setor produtivo privado. O COMASA opinava inclusive na questão orçamentária, por meio de assembleias populares alinhadas ao Orçamento Participativo (ARANHA, 2000).

Em relação aos projetos e programas, de acordo com Pessoa e Machado (2000) e Mafra (2004), merece destaque a transferência, em novembro de 1993, da gestão do PNAE da Secretaria Municipal de Educação (SMED) para a SMAB. Deslocar a estrutura de gestão do PNAE para uma secretaria voltada especificamente para as questões de Segurança Alimentar segue sendo pioneira e inovadora até os dias atuais, nos quais a maioria dos municípios continua optando por manter a gestão desse programa na estrutura organizacional das secretarias de educação. Sobre essa mudança e a pluralidade de formações dos servidores e agentes públicos que compunham a equipe da SMAB, Mafra (2004) salienta que:

[...] esta postura em Belo Horizonte reafirma o compromisso de centralizar o planejamento, a coordenação e a execução dos programas de alimentação no

³ Além dos citados a Secretaria também possuía os seguintes programas que foram descontinuados: Campanha de Safra, Armazém da Roça, Bolsa Verde, Central de Abastecimento Municipal, Pró-Pomar, Centros de Vivência Agroecológica, Comboio do Trabalhador, Prevenção e Combate à Desnutrição, Cestas Básicas e Marmitex e Cestão Popular (ARANHA, 2000).

município, visando um melhor aproveitamento da estrutura e do pessoal técnico especializado, como nutricionistas, biólogos, assistentes sociais e também do setor de compras com economistas e administradores. (MAFRA, 2004, p. 32)

Pessoa e Machado (2000) destacam que a transferência da gestão do PNAE da SMED para a SMAB promoveu avanços tais como aumento da concorrência entre fornecedores, regionalização das compras, mudanças nos critérios de licitação, diminuição nos custos do transporte, simplificação do processo de aquisição de bens e controle de qualidade do produto (PESSOA; MACHADO, 2000, p. 11). Vale ressaltar que junto à gestão do PNAE a alocação do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) também foi transferida para a SMAB.

Belik, em estudo desenvolvido em 2012, analisa que a Política Municipal de Abastecimento de Belo Horizonte reformulou iniciativas construídas anteriormente, aprimorando-as. O autor cita como exemplo os sacolões ABC e o restaurante popular, que foi primeiramente inaugurado na década de 1980 e reestatizado pela SMAB. Os programas, antes isolados, passaram a ser interligados, situação favorecida pela gestão em uma única unidade administrativa. Dessa feita, a articulação entre os programas permitiu que a SMAB atuasse

exercendo atividades de regulação (preços, qualidade, fluxos comerciais, parcerias etc.), intervenção compensatória (restaurantes populares, doações para instituições, alimentação escolar) e educação e transmissão de práticas alimentares (educação alimentar, redução de sobras, agricultura urbana e outros). (BELIK, 2012, p.99)

A articulação promovida pela criação da SMAB além de inovadora foi capaz de incorporar promissoras experiências de abastecimento desenvolvidas até então (BELIK, 2012).

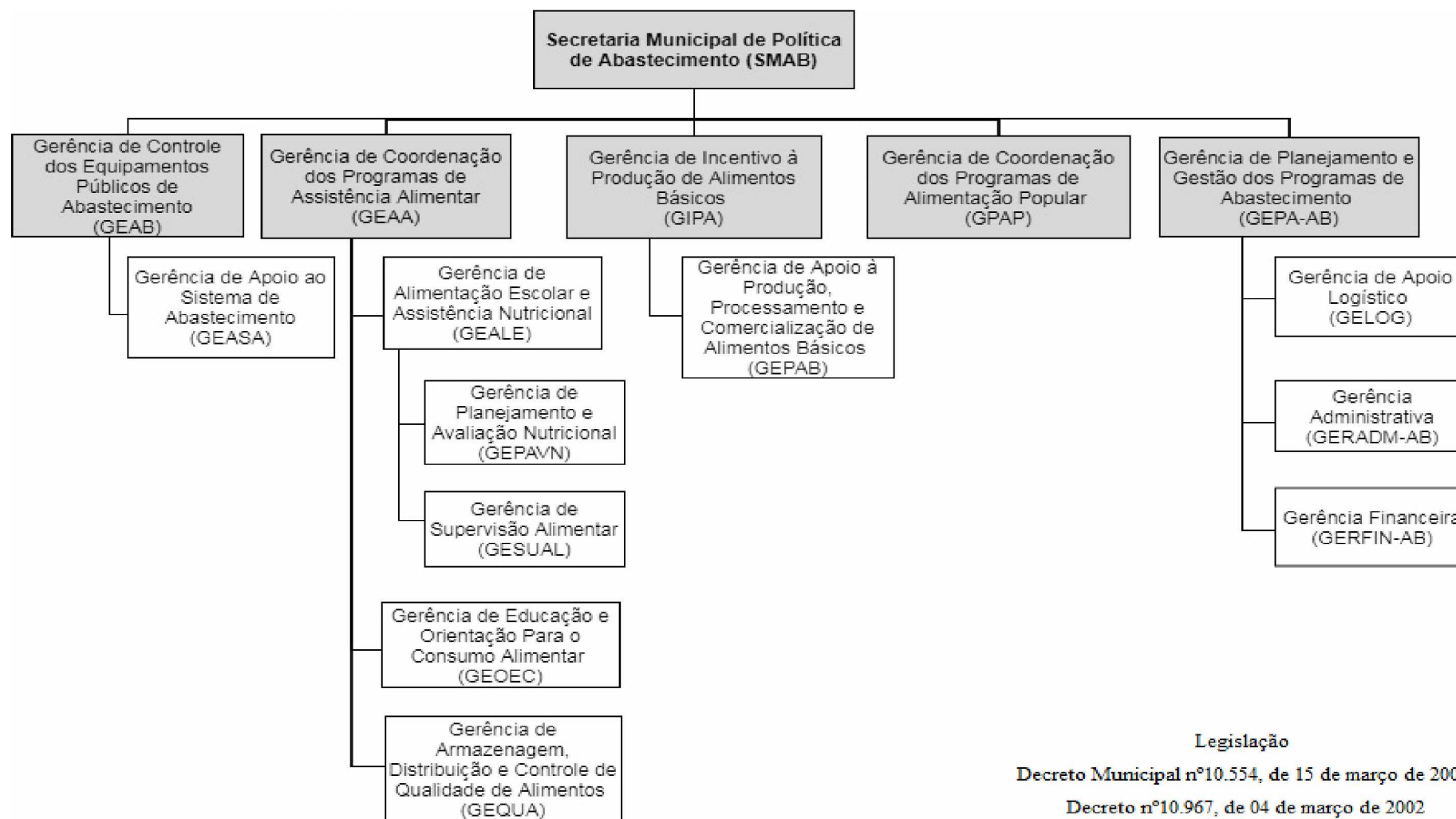
O trabalho da SMAB desenvolveu-se na última década do século XX sob as gestões do PT e do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Nas eleições de 1996 o então prefeito Patrus Ananias não podia tentar a reeleição, uma vez que naquele período os mandatos do executivo eram únicos. Na ocasião, o candidato Célio de Castro, anteriormente o vice-prefeito, saiu vitorioso como candidato do PSB. No pleito do ano 2000 Célio de Castro obteve nova vitória e iniciou mais um mandato a frente da gestão municipal, no qual a Prefeitura da capital mineira passou por uma importante reforma administrativa.

Machado (2006) sinaliza que apesar de não ter havido alteração na concepção e no desenho da Política de Segurança Alimentar, as ações da SMAB passaram a ser subordinadas e coordenadas pela Secretaria de Coordenação de Políticas Sociais (SCOMPS), órgão criado para centralizar as políticas e programas de caráter social desenvolvidos pela gestão municipal, que agregou em uma mesma grande secretaria políticas de segurança alimentar, assistência social, saúde, educação, dentre outras. Dessa feita, a SMAB passou a ser denominada Secretaria Municipal de Política de Abastecimento. Apesar da perda de *status* no organograma da Prefeitura, Machado (2006) observa que:

Colocar a SMAB sob a coordenação de uma mesma secretaria, junto com as ações referentes às políticas de saúde, educação e direitos da cidadania, por exemplo, sinalizava a concepção vigente na Prefeitura da alimentação como um direito, não como algo ligado apenas à produção e à distribuição de alimentos, ou ao abastecimento nos moldes mais tradicionais. Além disso, a reforma administrativa tinha como uma de suas diretrizes integrar ações de forma intersetorial, o que vinha ao encontro das ações desenvolvidas pela SMAB e que são um dos atributos das políticas de SA. Nesse sentido, a desvinculação da SMAB do gabinete do prefeito não significaria, necessariamente, seu enfraquecimento, mas ao contrário, sua integração, mais efetiva, às políticas sociais mais consolidadas. (MACHADO, 2006, p. 81)

A remodelação da estrutura levou à substituição dos quatro departamentos por cinco gerências, igualmente relacionadas às linhas de ação da SMAB, como pode ser observado na Figura 2.

Figura 2 – Organograma da Secretaria Municipal de Política de Abastecimento de Belo Horizonte/MG, ano 2001.



Apesar da subordinação a uma secretaria de coordenação, a manutenção dos eixos de trabalho representou um fator protetor para a continuidade dos programas de SAN desenvolvidos pela SMAB. Ainda nesse aspecto, Mafra (2004) salienta que, apesar da pasta ter sido liderada nos anos que se seguiram por um secretário de filiação político-partidária de oposição ao então prefeito, os servidores e técnicos foram mantidos em suas funções e todos os programas permaneceram com a mesma lógica de operacionalização, fatores que indicam a consistência da política de SAN desenvolvida nessa época (MAFRA, 2004, p.37).

Por outro lado, o COMASA teve sua trajetória interrompida, sendo extinto por inanição, ainda que informalmente. A extinção dessa instância de controle social foi controversa e atribuída a divergências de esfera ideológica entre os novos integrantes da gestão da Secretaria (MENICUCCI; MACHADO, 2009, p.35).

Nesse período a SMAB recebeu uma importante honraria, o “Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social”, que reconheceu a então política de Abastecimento de Belo Horizonte como uma tecnologia social efetiva no combate à fome (BRAGA *et al.*, 2014, p. 6).

2.4.2 Segurança Alimentar e Nutricional na base teórica e na nomenclatura

Em 2001, após a renúncia do prefeito reeleito Célio de Castro, o vice Fernando Damata Pimentel, filiado ao PT, assumiu a cadeira do executivo municipal. Ao finalizar o mandato que herdou, obteve sucesso no pleito de 2004 alcançando a reeleição. A nova gestão iniciou o ano de 2005 com uma nova reforma administrativa, impactando a Secretaria Municipal de Política de Abastecimento com uma nova alteração de nomenclatura e, sobretudo, com uma nova posição no organograma geral da PBH. A SCOMPS foi dissolvida e as secretarias que faziam parte de sua estrutura foram novamente instituídas como órgãos autônomos ou alocadas sob novas estruturas burocráticas. As secretarias de Educação e Saúde, por exemplo, voltaram a ter gestão autônoma, sendo diretamente subordinadas ao gabinete do Prefeito.

A SMAB, no entanto, não voltou a sua condição inicial de órgão autônomo, sendo alocada sob a coordenação de uma nova estrutura burocrática, a Secretária Municipal de Políticas Sociais (SMPS), cuja função era, assim como a SCOMPS, concentrar e coordenar

importantes políticas sociais do município. Ficaram sob o direcionamento da SMPS as secretarias adjuntas de Assistência Social, Abastecimento e Direitos Humanos. Dessa feita, a secretaria passou a ser nomeada como Secretária Municipal Adjunta de Abastecimento (SMAAB).

A organização representou uma perda de autonomia e protagonismo da política de Abastecimento no contexto municipal. A lógica da SCOMPS fazia sentido uma vez que todas as políticas de viés social estavam sob sua coordenação, das pioneiras e incipientes às mais consolidadas. Porém, com a criação da SMPS apenas três pastas não foram promovidas a secretarias de primeiro escalão. A manutenção da Política de Abastecimento sob a coordenação de outra estrutura que não a SMAB representou um distanciamento não só do ponto de vista organizacional, mas sobretudo a concretização de uma perda de autonomia que até então não havia sido tão significativa⁴.

Durante esse período, mais precisamente em 2003, o COMASA, cuja trajetória havia sido interrompida, foi recriado como Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Belo Horizonte (COMUSAN- BH)⁵, por meio do Decreto 11.341 de 30 de maio de 2003, alterado pelo Decreto nº 12.117 de 25 de julho de 2005. Diferente do COMASA que era essencialmente consultivo, o COMUSAN-BH já foi criado com atribuição deliberativa e composição tripartite não paritária, na qual a sociedade civil representava dois terços dos conselheiros, diferente de todos os outros conselhos de política pública brasileira, cuja composição é paritária (MENICUCCI; MACHADO, 2009, p.35).

Em 2008, em novas eleições municipais, o candidato do PSB Márcio Araújo de Lacerda foi alçado à chefia do executivo municipal. A Segurança Alimentar consolidava-se cada mais vez mais como política para além do Abastecimento, a SMAAB geria trinta e um programas e ações que compunham a Política Municipal de Segurança Alimentar de Belo Horizonte (MACHADO, 2008, p.8).

Nesse período a SMAAB foi contemplada com diferentes honrarias e prêmios de gestão, tais como o prêmio “Políticas do Futuro” (*Future Policy Award*), concedido em

⁴ Informação obtida em entrevista com Adriana Veiga Aranha.

⁵ O COMUSAN-BH organizou duas conferências municipais registradas no Diário Oficial do Município (DOM) em 2011 e 2015.

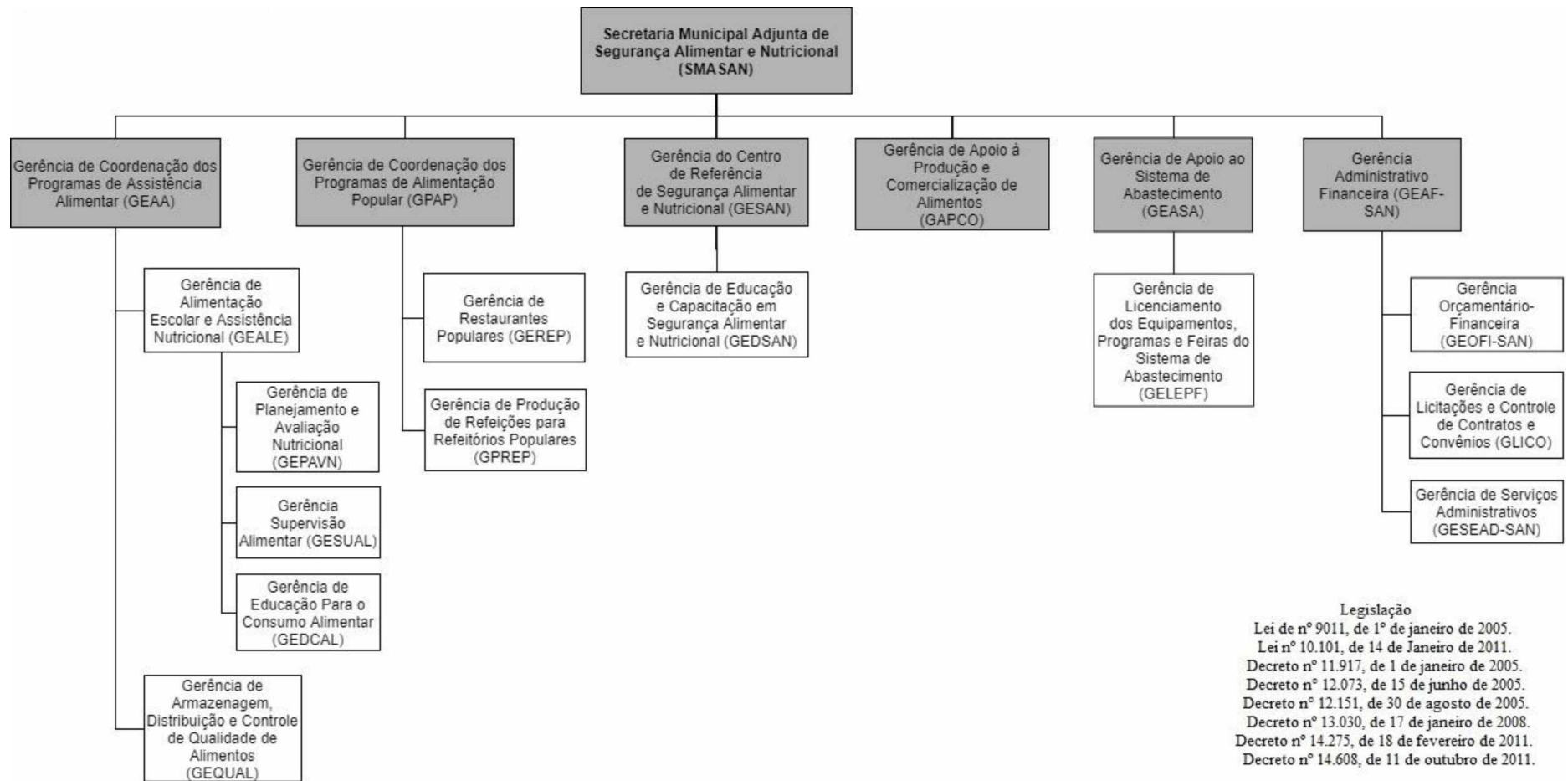
2009 pelo instituto *The World Future Council*, sediado em Hamburgo, na Alemanha. A honraria premiava e divulgava iniciativas de gestão pública com enfoque social. Além dele, em 2009 e 2010 Belo Horizonte recebeu o prêmio “Gestor Eficiente da Merenda Escolar” iniciativa do governo federal em parceria com a Organização Não Governamental (ONG) “Ação Fome Zero”. Nessa honraria, a SMAB foi premiada pela eficiência na gestão financeira do PNAE (BRAGA *et al.*, 2014, p. 6).

Seguindo a trilha de seus antecessores, o mandato de Márcio Araújo de Lacerda também foi marcado por uma reforma da administração municipal, ocorrida no penúltimo ano da gestão, em 2011. Para a SMAAB, considerando o arcabouço teórico que desde 1993 orientou sua criação, ações e programas, houve a mais substancial alteração de nomenclatura. O termo “Abastecimento” foi substituído por “Segurança Alimentar e Nutricional”, tornando-a Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional, a SMASAN (ALCÂNTARA, 2013, p. 32).

Para além de uma aparente alteração nominal, a nova nomenclatura apresentava à população um conceito ainda desconhecido, mas que norteou as políticas de alimentação e nutrição de Belo Horizonte desde a década de 1990. Além disso, o novo nome estava alinhado com então recentes marcos legais da política nacional de SAN, como a publicação em 2006 da LOSAN, que trouxe a definição de SAN no contexto brasileiro; a instituição em 2009 da então Resolução nº13 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que regulamentou e padronizou a execução do PNAE; e a aprovação em 2011 da Emenda Constitucional nº64, que incluiu a alimentação como direito inalienável do cidadão brasileiro no Artigo 6º da CF (ALCÂNTARA, 2013, p. 32).

Nesse período a reorganização administrativa da SMASAN resultou no organograma ilustrado na Figura 3.

Figura 3 - Organograma da Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Belo Horizonte/MG, ano 2011.



O período como SMASAN representou um realinhamento da política de SAN de Belo Horizonte, a partir da extinção de duas gerências de primeiro nível e da criação de novas estruturas subordinadas diretamente ao gabinete do secretário. Vale destaque a criação do GESAN, cujo funcionamento só foi efetivamente desenhado anos depois. Nesse período a Secretaria fortaleceu as ações de fomento à agricultura urbana, com incremento e expansão de hortas comunitárias e escolares, por meio da criação da GAPCO. Houve também o fortalecimento da gestão do PNAE devido à expansão da rede de educação própria e parceira da PBH, sobretudo da educação infantil, e da consolidação da educação em tempo integral, ofertada para os alunos dos três ciclos do ensino fundamental (ALCÂNTARA, 2013, p. 33).

Segundo Alcântara (2013), sob a perspectiva da estratégia de gestão, nesse período a política de SAN de Belo Horizonte era desenvolvida a partir de seis eixos de trabalho, a saber: Assistência Alimentar e Nutricional; Comercialização Subsidiada de Alimentos; Abastecimento e Regulação do Mercado de Alimentos; Fomento à Agricultura Urbana; Mobilização e Educação para o Consumo Alimentar; Geração de Emprego e Renda, incluindo Qualificação Profissional. Essa estrutura não difere substancialmente das estruturas evidenciadas nos organogramas de períodos anteriores, mas agrega a geração de emprego como uma nova área de atuação da política de SAN do município. A mesma autora destaca ainda que “A estrutura organizacional da Secretaria, ainda centralizada, sem representação regional, não pode ser um impeditivo para a articulação e a construção de ações intersetoriais”, reforçando a intersetorialidade da política de SAN, mesmo em um modelo de gestão centralizada (ALCÂNTARA, 2013, p. 33).

2.4.3 Os 25 anos de trajetória: adesão ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e foco na agroecologia e na agricultura urbana

A gestão da SMASAN sofreu novas alterações nos anos subsequentes. Em 2012 Márcio Araújo de Lacerda foi reeleito para exercer seu segundo mandato à frente da gestão municipal. A estrutura organizacional definida um ano antes foi mantida, com ajustes orçamentários decorrentes da crise econômica que se instalava no país nesse período.

Entre 2014 e 2016 o país atravessava um conturbado momento político no cenário nacional, que refletiu no âmbito local nas disputas de força política entre grupos hegemônicos e, aparentemente, opositores. Essa conjuntura levou a trocas constantes de

secretariado. No caso da SMASAN, quatro secretários e secretárias assumiram a direção da pasta entre 2014 e 2017⁶, sendo em duas ocasiões interinamente, afetando a expansão das ações e programas já consolidados, além do adequado planejamento de novas iniciativas e a continuidade das mesmas.

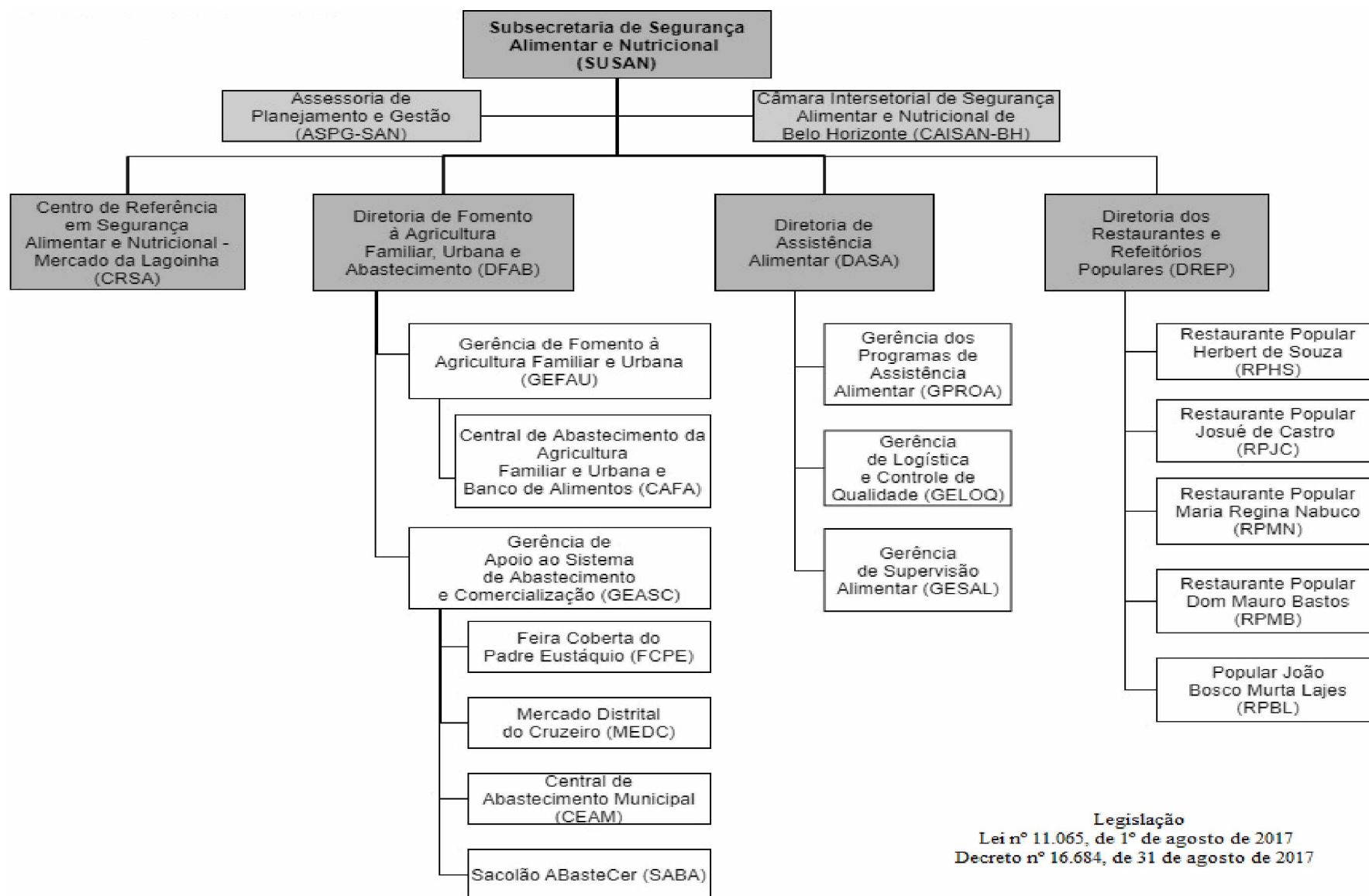
Em 2015 o município criou a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional de Belo Horizonte (CAISAN-BH), por meio do Decreto nº 15.970, de 28 de maio de 2015. Contudo, a criação dessa instância de participação social e articulação intersetorial não foi exitosa, uma vez que não levou à adesão ao SISAN, como previsto nas orientações do então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2014). Nesse período também foi instituído e inaugurado o Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (CRESANS), uma tentativa de efetivação do GESAN que também não foi bem-sucedida. Data de 2015 a criação também malsucedida do Fórum Municipal de Abastecimento e Segurança Alimentar de Belo Horizonte (FOMASA), composto por diversas entidades relacionadas à agricultura e a produção de alimentos da região de Belo Horizonte e do estado de Minas Gerais. O fórum tinha caráter consultivo e não estava lidado à esfera da participação social, mas sim de entidades organizadas de representação empresarial em total contraste à história da política de SAN de Belo Horizonte (PBH, 2015a; PBH, 2015b; PBH, 2015c).

Em 2016, na eleição que definiria um novo prefeito para a capital mineira, Alexandre Kalil saiu vencedor e assumiu o mandato da gestão municipal no período de 2017 a 2020. A primeira articulação do novo prefeito, concretizando uma promessa de campanha para equalizar o orçamento municipal, foi efetivar uma nova reforma administrativa por meio da Lei nº 11.065, de 1º de agosto de 2017. A estrutura da SMASAN foi substancialmente remodelada, a começar pela denominação da Secretaria que foi mais uma vez alterada, dessa vez para Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SUSAN) (PBH, 2017a). Em relação ao organograma geral da PBH, a política de SAN permaneceu sob a coordenação de outra estrutura, a Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC) nova denominação da, até então, SMPS, cujo organograma interno foi regulamentado pelo Decreto nº 16.684, de 31 de agosto de 2017 Dispõe sobre a estrutura orgânica dos órgãos e entidades do Poder Executivo (PBH, 2017a; PBH, 2017b).

⁶ As publicações das exonerações e nomeações constam no Diário Oficial do Município (DOM) entre 16/04/2014 e 07/01/2017.

A política de SAN manteve-se então conforme a estrutura da reforma anterior, sob a coordenação geral de um órgão hierarquicamente superior e, portanto, com menos autonomia em relação à estrutura que vigorou de sua criação até o início dos anos 2000. Por outro lado, a estrutura interna da recém nomeada SUSAN apresentou mudanças significativas expressas na Figura 4.

Figura 4 - Organograma da Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional de Belo Horizonte/MG, ano 2017.



Como pode ser observado, duas estruturas de assessoramento foram incorporadas à estrutura do organograma, sendo uma delas a CAISAN-BH, retomada enquanto maior instância deliberativa e intersetorial para articulação da política de SAN. O fortalecimento da Câmara levou à adesão do município ao SISAN, ocorrida oficialmente em publicação no Diário Oficial da União, de 15 de fevereiro de 2017. A adesão ao sistema nacional ocorreu uma vez que o município cumpriu todas as exigências legais previstas, inclusive o compromisso de elaboração do plano municipal de segurança alimentar e nutricional.

Pode ser observada também que houve uma redução nas gerências de primeiro nível. A gestão financeira e de recursos humanos foi centralizada na SMASAC, excluindo-se essa estrutura da SUSAN. As gerências relacionadas à área finalística, na gestão das ações e programas, foram reduzidas de cinco para quatro, agora nomeadas como diretorias. Os projetos do GESAN e posteriormente CRESANS foram efetivados de fato a partir do CRSA em funcionamento no Mercado da Lagoinha. O CRSA passou a concentrar as atividades de mobilização e educação alimentar e nutricional, formação profissionalizante, inclusive produtiva e geração de emprego e renda. Em 2019 as ações desse eixo foram executadas por meio do programa “Valorizar a Gastronomia Mineira e Belo-horizontina articulada às Bases Agroecológicas”, iniciativa intersetorial voltada ao público em situação de vulnerabilidade que visava ofertar gratuitamente cursos de qualificação profissional em gastronomia divididos em quatro trilhas: panificação; confeitaria; gastronomia mineira e belo-horizontina; e agroecologia (PBH, 2019).

Desde 2017, o eixo de fomento à agricultura urbana e agroecológica foi o que concentrou o maior número de estruturas. Houve enfoque nesse eixo, responsável, dentre outras ações, pelo apoio técnico às hortas comunitárias e feiras, além da estação dos mercados municipais, que contribuem para aumentar a oferta de alimentos saudáveis para a população. Também estava lotada nessa estrutura a CAFA, criada em 2017 e com funcionamento no mesmo espaço do Banco de Alimentos, que em 2018 completou quinze anos de existência. Ambos visavam reduzir o desperdício e combater à fome por meio do recebimento de doações e pela aquisição de alimentos produzidos por agricultores cadastrados no PAA. O objetivo era fortalecer os agricultores familiares e urbanos da capital e do entorno de Belo Horizonte (PBH, 2017c).

O eixo dos programas de assistência alimentar concentrava a gestão do programa de assistência alimentar para unidades de acolhimento institucional parceiras da PBH, além de gerir integralmente o PNAE no município nas unidades educacionais próprias e parceiras. Essa diretoria teve um aumento expressivo de profissionais desde a transferência da gestão do PNAE da Educação para a Segurança Alimentar. Por fim, tem-se o eixo dos restaurantes populares, responsável pela gestão das quatro unidades existentes na capital mineira, além de um refeitório popular. De modo a apoiar e aprimorar a gestão dos programas geridos nessas duas estruturas foi criado em 2017, por meio da Portaria nº10/2017, o Comitê Gestor de compras institucionais da Agricultura Familiar, cujo objetivo era, além de administrar os processos de compras, fomentar a aquisição dos produtos provenientes da agricultura familiar e incentivar o consumo de alimentos saudáveis, sustentáveis e que valorizem a cultura alimentar local. A aquisição de alimentos do PAA é exigência legal na execução do PNAE e também é diretriz na gestão local dos restaurantes populares (PBH, 2017d).

Além das ações e programas citados, desde 2018 a SUSAN trabalhou para implantar três novos programas lotados no eixo da agroecologia e da agricultura urbana. O primeiro deles prevê a concentração de ações da política de SAN em territórios vulneráveis da cidade, por isso denomina-se “Territórios Sustentáveis”, e busca o desenvolvimento sustentável de quatro territórios vulneráveis oriundos de ocupações, por meio do “fomento à agricultura urbana e a agroecologia, promovendo melhoria da condição alimentar, da geração de renda, da conservação ambiental, da inclusão e organização social”⁷.

O segundo programa trata-se do “Corredor Agroecológico”, iniciativa que visava fomentar a utilização, por parte da população, de áreas livres ao longo da Avenida dos Andradas e cujo objetivo era “ressignificar o espaço urbano com ações de convívio, cultura e lazer, promovendo a produção e o consumo de alimentos saudáveis, a agrobiodiversidade e a proteção das águas, embasados nos princípios e práticas agroecológicas”⁸.

O terceiro programa tratava dos “Sistemas Agroecológicos Comunitários”, uma iniciativa para o fortalecimento das hortas comunitárias e para a produção agroecológica

^{7 5} Informações obtidas em apresentação institucional da SMASAC/SUSAN, disponibilizada pela assessoria do órgão em fevereiro de 2019.

em espaços urbanas, com vistas à promoção do desenvolvimento local com sustentabilidade a partir do conceito do sistema *Community Supported Agriculture* (CSA). Esse tipo de organização produtiva é prática de sucesso para um desenvolvimento sustentável e para o escoamento de produtos orgânicos de forma direta, do produtor ao consumidor, criando uma relação próxima entre quem produz e quem consome os produtos⁹.

Em 2018 a política de SAN de Belo Horizonte comemorou 25 anos de existência. Essa importante data foi marcada por vários eventos ao longo do ano, com destaque para o II Seminário Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, realizado em outubro por ocasião do Dia Mundial da Alimentação. O primeiro evento desse tipo foi realizado em 2017. A edição de 2018 marcou a comemoração pelos 25 de trajetória da política de SAN na capital mineira e teve como temas o debate em torno da erradicação da fome até 2030 e a agroecologia como estratégia de SAN.

Ao concluir o histórico da trajetória da política de SAN em Belo Horizonte percebe-se o deslocamento do enfoque das ações, antes concentradas no combate à fome, e hoje voltadas às questões da agroecologia e da produção sustentável de alimentos. Nas três fases aqui apresentadas foi perceptível como a SAN é trabalhada considerando a complexidade desse conceito e a necessidade de iniciativas complementares e interdependentes, de modo a abarcar o máximo possível as facetas dessa área das políticas públicas.

A formação de uma equipe multidisciplinar foi decisiva para imprimir a marca da intersetorialidade na política de SAN em Belo Horizonte. Em diálogo a essa perspectiva, na próxima seção será apresentado um breve perfil da Nutrição enquanto profissão e das políticas públicas de SAN como área de atuação para esse profissional.

⁹ Informações obtidas em apresentação institucional da SMASAC/SUSAN, disponibilizada pela assessoria do órgão em fevereiro de 2019.

3 CRIAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA PROFISSÃO DE NUTRICIONISTA – UMA REFLEXÃO SOBRE A NUTRIÇÃO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAN

Esta seção compreende uma breve reflexão sobre a Nutrição enquanto campo de estudo, pesquisa, formação e atuação profissional, presente no Brasil há 80 anos. Sobretudo, propõe-se apresentar os principais campos de trabalho no qual esse profissional está inserido e refletir sobre sua presença nas políticas públicas, principalmente na área de SAN.

3.1 Breve histórico da profissão no Brasil

A história da Nutrição como campo de estudo e atuação profissional remonta ao início do século XX. Apesar do florescimento da profissão ser recente, os fatores que levaram à consolidação desse campo como ciência são mais antigos. Vasconcelos (2010) sintetiza que

as condições históricas para a constituição deste campo científico foram acumuladas ao longo da história da humanidade, estimuladas com a revolução industrial no século XVIII, e desencadeadas entre 1914 e 1945, período entre as duas Guerras Mundiais. (VASCONCELOS, 2010, p. 936)

É importante ressaltar que, como outros campos do saber, a Nutrição expandiu-se a partir da compreensão da complexidade dos fenômenos que a compõe. Inicialmente muito relacionada aos conhecimentos empíricos, transitou pela química, pela biologia e pela fisiologia, aparentemente restringindo-se a uma ciência de natureza biológica, mas logo alcançou esferas sociais e econômicas. Atualmente, a Nutrição apresenta-se enquanto ciência multidisciplinar, “caracterizada pela integração de três dimensões: biológica, social e ambiental” (VASCONCELOS, 2010, p.936).

Como área de atuação profissional, os primeiros cursos de formação em Nutrição tiveram origem na Europa e na América do Norte, a partir de centros de estudo e pesquisa para intervenções em Nutrição no período entre guerras, que compreendeu os anos de 1914 a 1945. No contexto da América Latina as primeiras iniciativas nesse sentido surgiram a partir da atuação do médico argentino Pedro Escudero, fundador dos primeiros

cursos de formação relacionados à Nutrição entre os anos de 1926 e 1933 em Buenos Aires (VASCONCELOS, 2002, p.128).

No Brasil a história da profissão foi fortemente influenciada pela vivência argentina, tendo havido inclusive profissionais brasileiros que estudaram em cursos fundados por Escudero. Vasconcelos (2002) afirma que os primeiros cursos para formação em Nutrição surgiram nas décadas de 1930 e 1940, sob influência do projeto de modernização da economia brasileira, apesar de os primeiros estudos sobre aspectos relacionados à nutrição e a alimentação da população brasileira terem sido publicados por brasileiros ainda no fim do século XIX e início do século XX (VASCONCELOS, 2002, p.128).

A princípio, os primeiros cursos eram voltados a duas questões principais do campo da medicina: a dimensão biológica da Nutrição, em especial os aspectos clínicos e fisiológicos, que relacionam-se ao que hoje se descreve como a Nutrição Clínica; e a dimensão social, cujo foco eram os aspectos relacionados à produção, distribuição e consumo de alimentos, que relacionam-se ao que hoje nomeia-se como as áreas da Alimentação Coletiva e da Saúde Pública (COSTA, 1999, p.7; VASCONCELOS, 2002, p.129).

Ao longo da década de 1930 essas duas correntes convergiram na consolidação da Nutrição no país e na posterior criação de cursos relacionados a essa temática, inicialmente de nível médio, culminando na criação do primeiro curso de graduação de nutricionistas do Instituto de Higiene de São Paulo, no ano de 1939, considerado o marco da presença da Nutrição no país. Em 1943 deu-se início a um curso de formação de nutricionistas ministrado no SAPS, representando a primeira inserção desse profissional no campo das políticas públicas no segmento da disponibilidade de alimentos e do consumo. Em 1957 houve um segundo importante momento dessa inserção, dada à criação do curso de nutricionistas do Instituto de Fisiologia e Nutrição da Faculdade de Medicina de Recife, voltado à atuação em Saúde Pública (COSTA, 1999, p.8; VASCONCELOS, 2002, p.130-132).

Diante da emergência da carreira e do crescimento das áreas de estudo, pesquisa e atuação, os cursos foram validados como formações de nível superior e a Nutrição foi reconhecida como campo de atuação profissional pela Lei nº 5.276, de 24 de abril de 1967, posteriormente revogada pela Lei nº 8.234, de 17 de setembro de 1991, atualmente em vigor (VASCONCELOS, 2002, p.133; GABRIEL, *et. al* 2019, p.2).

Em consonância ao movimento que levou à regulamentação da profissão, a década de 1970 situou dois avanços importantes para o novo campo de atuação profissional. Primeiramente, em 1974, houve a definição do conteúdo curricular mínimo para a formação de ensino superior do nutricionista, com a fixação de uma carga horário total de 2880 horas de aulas e atividades. Posteriormente, em 1978, foi sancionada a Lei nº 6.583, de 20 de outubro de 1978, que regulamentou a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Nutricionistas (CFN e CRN). Segundo Vasconcelos e Calado (2011), esses são órgãos fundamentais para “fiscalizar o exercício da profissão, organizar, disciplinar e desenvolver a categoria e lutar pelos seus interesses”. Ainda nessa década surgiram as primeiras associações sindicais, relacionadas à discussão e defesa das questões trabalhistas relacionadas a essa profissão” (VASCONCELOS; CALADO, 2011, p.607).

De acordo com Vasconcelos e Calado (2011), os anos seguintes às regulamentações foram de franca expansão dos cursos de formação e de egressos habilitados a exercer a profissão de nutricionista. Em um intervalo de seis anos, entre 1975 e 1981, o número de cursos de formação cresceu mais de 400%, saltando de sete para 30 cursos. Entre 1981 e 1996, esse número cresceu de 30 para 45, com o incremento da abertura de cursos em instituições privadas de ensino superior. A maior expansão, contudo, ocorreu de 1997 a 2009, quando 346 novos cursos foram abertos no país, a partir de um salto extremamente expressivo de cursos em instituições privadas. Em 2009 havia 67 cursos em instituições de ensino federais e 324 em instituições privadas. Nesse mesmo ano, havia 60.554 nutricionistas com cadastro ativo no país, de acordo com dados do CFN. Gabriel (2019), apenas entre os anos de 2010 e de 2017, o número de nutricionistas no país teve um aumento médio de 8.248 profissionais por ano. No fim de 2018, segundo dados do CFN, havia 131.737 pessoas físicas com cadastro de nutricionista no país, mais que o dobro de profissionais no cadastro em 2009 (CFN, 2018b; GABRIEL *et. al*, 2019, p.3; VASCONCELOS; CALADO, 2011, p.608-610).

Em 2016, o CFN promoveu uma pesquisa intitulada “Inserção Profissional dos Nutricionistas no Brasil” cujo objetivo foi traçar o perfil do profissional nutricionista brasileiro. Os resultados foram obtidos a partir de informações de uma amostra de 1.104 nutricionistas empregadas(os), além de dados nacionais coletados pelo CFN junto aos 10 CRN existentes no país. De acordo com a pesquisa, em 2016, 94,1% dos nutricionistas brasileiros eram mulheres, 68,6% eram brancos, 80,9% tinham idade entre 25 e 44 anos e 56,4% tinham cônjuge ou companheiro. Em relação a formação, 72% haviam concluído os

estudos há cinco anos ou mais, 62,5% estudaram em instituições de ensino privada e 73,2% possuíam formação em alguma modalidade de pós-graduação (CFN, 2016).

3.2 Áreas de atuação regulamentadas

Assim como o número e perfil dos cursos para formação de nutricionistas, bem como o conteúdo curricular, as áreas de atuação também sofreram profundas mudanças responsivas aos avanços científicos e aos espaços de atuação profissional que foram sendo descobertos, em um processo amplamente dinâmico. A primeira regulamentação de áreas de atuação foi publicada pelo CFN em 2005, por meio da Resolução CFN nº.38/2005 (CFN, 2005).

Nessa publicação, sete áreas de atuação foram legalmente reconhecidas e regulamentadas. Em 2018, o CFN publicou uma nova resolução a esse respeito, a Resolução CFN nº600/2018, que promoveu significativas alterações nas definições anteriores. A área específica de atuação em marketing foi retirada, enquanto as demais foram divididas em subáreas, segmentos e subsegmentos (Tabela 1) de modo a contemplar a diversificação dos eixos de trabalho dentro de uma mesma área de atuação. Atualmente as áreas de atuação legalmente reconhecidas contemplam: Nutrição em Alimentação Coletiva; Nutrição Clínica; Nutrição em Esportes e Exercício Físico; Nutrição em Saúde Coletiva; Nutrição na Cadeia de Produção, na Indústria e no Comércio de Alimentos; Nutrição no Ensino, na Pesquisa e na Extensão (CFN, 2018a; GABRIEL *et. al*, 2019, p.6).

É interessante observar que a área de atuação que contempla o maior número de subáreas, segmentos e subsegmentos é a da Nutrição em Saúde Coletiva, majoritariamente realizada no escopo de políticas públicas, expressas nas subáreas Políticas e Programas Institucionais, Atenção Básica em Saúde e Vigilância em Saúde. As políticas, programas, projetos e ações dessa área de atuação têm um público alvo extremamente amplo, alcançando todas as fases da vida e diferentes segmentos populacionais.

A Resolução CFN nº600/2018 esclarece ainda que outras áreas de atuação do nutricionista não previstas no documento são passíveis de estudo e avaliação, a critério do CFN e de acordo com a Lei Federal nº 8.234, de 17 de setembro de 1991, que regulamenta a profissão (CFN, 2018a).

Tabela 1 – Áreas, subáreas, segmentos e subsegmentos de atuação do nutricionista, de acordo com a Resolução CFN nº600/2018

(Continua)

ÁREA	SUBÁREA	SEGMENTO	SUBSEGMENTO
Nutrição em Alimentação Coletiva	Gestão em Unidades de Alimentação e Nutrição	Serviços de alimentação coletiva (autogestão e concessão) em: empresas e instituições, hotéis, hotelaria marítima, comissarias, unidades prisionais, hospitais, clínicas em geral, hospital-dia, Unidades de Pronto Atendimento (UPA), <i>spa</i> clínicos, serviços de terapia renal substitutiva, Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI) e similares	Alimentação Escolar – Rede Privada de Ensino
		Serviço Comercial de Alimentação	Restaurantes Comerciais e similares Subsegmento - Bufê de Eventos Subsegmento - Serviço Ambulante de Alimentação
Nutrição Clínica	Assistência Nutricional e Dietoterápica em Hospitais, Clínicas em geral, Hospital-dia, Unidades de Pronto Atendimento (UPA) e <i>spa</i> clínicos.	---	---
	Assistência Nutricional e Dietoterápica em Serviços e Terapia Renal Substitutiva.	---	---
	Assistência Nutricional e Dietoterápica em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI)	---	---

Tabela 1 – Áreas, subáreas, segmentos e subsegmentos de atuação do nutricionista, de acordo com a Resolução CFN nº600/2018

(Continua)

ÁREA	SUBÁREA	SEGMENTO	SUBSEGMENTO
Nutrição Clínica	Assistência Nutricional e Dietoterápica em Ambulatórios e Consultórios	---	---
	Assistência Nutricional e Dietoterápica em Bancos de Leite Humano (BLH) e Postos e Coleta	---	---
	Assistência Nutricional e Dietoterápica em Lactários	---	---
	Assistência Nutricional e Dietoterápica em Centrais de Terapia Nutricional	---	---
	Atenção Nutricional Domiciliar (pública e privada)	---	---
	Assistência Nutricional e Dietoterápica Personalizada (<i>Personal Diet</i>)	---	---
Nutrição em Esportes e Exercício Físico			
Assistência Nutricional e Dietoterápica para Atletas e Desportistas	---	---	---
Nutrição em Saúde Coletiva			
Assistência e Educação Nutricional Individual e Coletiva	Políticas e Programas Institucionais	Gestão das Políticas e Programas	---

Tabela 1 – Áreas, subáreas, segmentos e subsegmentos de atuação do nutricionista, de acordo com a Resolução CFN nº600/2018

(Continua)

ÁREA	SUBÁREA	SEGMENTO	SUBSEGMENTO
			Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN): Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Bolsa Família, entre outros
			Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN): Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Bolsa Família, entre outros
			Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN): Banco de Alimentos (públicos, privados e fundacionais)
Nutrição em Saúde Coletiva		Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN)	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN): Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e outros equipamentos de segurança alimentar
Assistência e Educação Nutricional Individual e Coletiva	Políticas e Programas Institucionais		Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN): Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, entre outras
			Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN): Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)
		Rede Socioassistencial	---
		Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	---

Tabela 1 – Áreas, subáreas, segmentos e subsegmentos de atuação do nutricionista, de acordo com a Resolução CFN nº600/2018

(Continua)

ÁREA	SUBÁREA	SEGMENTO	SUBSEGMENTO	
Nutrição em Saúde Coletiva Assistência e Educação Nutricional Individual e Coletiva	Políticas e Programas Institucionais	Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)	Empresas Fornecedoras de Alimentação Coletiva: Produção de Refeições (autogestão e concessão)	
			Empresas Prestadoras de Serviços de Alimentação Coletiva: Refeição-Convênio	
			Empresas Fornecedoras de Alimentação Coletiva: Cestas de Alimentos	
	Atenção Básica em Saúde	Vigilância em Saúde	Gestão das Ações de Alimentação e Nutrição	---
			Cuidado Nutricional	---
			Gestão da Vigilância em Saúde.	---
			Vigilância Sanitária	---
			Segmento - Vigilância Epidemiológica.	---
			Segmento - Fiscalização do Exercício Profissional	---
			---	---
Nutrição na Cadeia de Produção, na Indústria e no Comércio de Alimentos Atividades de desenvolvimento e produção e comércio de produtos relacionados à alimentação e à nutrição	Cadeia de Produção de Alimentos	Extensão Rural e Produção de Alimentos	---	
		---	---	
	Indústria de Alimentos	---	Pesquisa e Desenvolvimento de Produtos	---
			Cozinha Experimental	---
			Produção	---
			Controle da Qualidade	---
			Promoção de Produtos	---
---	Serviços de Atendimento ao Consumidor	---		

Tabela 1 – Áreas, subáreas, segmentos e subsegmentos de atuação do nutricionista, de acordo com a Resolução CFN nº600/2018

(Continua)

ÁREA	SUBÁREA	SEGMENTO	SUBSEGMENTO
Nutrição na Cadeia de Produção, na Indústria e no Comércio de Alimentos Atividades de desenvolvimento e produção e comércio de produtos relacionados à alimentação e à nutrição	Indústria de Alimentos	Assuntos Regulatórios	---
	Comércio de Alimentos (atacadista e varejista) – atividades relacionadas à comercialização e distribuição de alimentos destinados ao consumo humano	Controle da Qualidade	---
	Comércio de Alimentos (atacadista e varejista) – atividades relacionadas à comercialização e distribuição de alimentos destinados ao consumo humano	Representação	---
		Serviços de Atendimento ao Consumidor	---
Nutrição no Ensino, na Pesquisa e na Extensão Atividades de coordenação, ensino, pesquisa e extensão nos cursos de graduação e pós-graduação em nutrição, cursos de aperfeiçoamento profissional, cursos técnicos e outros da área de saúde ou afins	Coordenação/Direção	---	---
	Docência (Graduação)	---	---
	Pesquisa	---	---

Fonte: Resolução CFN nº600/2018

3.3 As políticas públicas de SAN e o diálogo com as áreas de atuação do nutricionista

Como visto anteriormente, as áreas de atuação regulamentadas para a prática profissional do nutricionista permitem a ampla inserção desse profissional no mercado de trabalho, contemplando setores públicos, privados, filantrópicos, com ou sem vínculo institucional, na indústria, hospitais, clínicas, restaurantes, *catering* e hotelaria, nos sistemas de saúde e de segurança alimentar, nas instituições de ensino e pesquisa, dentre tantas outras possibilidades.

É fundamental observar, contudo, que o setor público agrega importantes estruturas burocráticas e físicas que demandam a presença desse profissional, nas áreas operacionais e de gestão (Tabela 1). A atuação em Alimentação Coletiva prevê a inserção em serviços de alimentação coletiva de instituições como hospitais e Unidades de Pronto Atendimento (UPA). A atuação em Nutrição Clínica está intimamente relacionada à presença em hospitais e demais equipamentos públicos no contexto da média e da alta complexidade do Sistema Único de Saúde (SUS). A Saúde Coletiva é a área com o maior leque de atuação, prevendo a presença desse profissional na gestão e operacionalização de Políticas e Programas, tais como a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), o PNAE, os Restaurantes Populares, os Bancos de Alimentos e o PAT. Contempla ainda a atuação no nível da Atenção Básica do SUS, que abrange os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) e a Vigilância em Saúde. Por fim, a Nutrição no Ensino, na Pesquisa e na Extensão insere o nutricionista no contexto das instituições públicas de ensino técnico e superior, atuando na gestão, nas salas de aula, na pesquisa e na extensão universitária (CFN, 2016).

Analisando as políticas, duas são intimamente ligadas à atuação desse profissional: a PNAN, sob a gestão do SUS; e a PNSAN, instrumento intersetorial desde sua primeira redação. A PNAN foi aprovada em 1999, por meio da Portaria n.º 710, de 10 de junho de 1999, e posteriormente revista em 2011, pela Portaria n.º 2.715, de 17 de novembro de 2011. A PNSAN, por sua vez, foi instituída pelo Decreto n.º 7.272, de 25 de agosto de 2010. Vale ressaltar que ambas são extremamente recentes, considerando a trajetória de 80 anos da Nutrição no Brasil (BRASIL, 2010; BRASIL, 2013).

De acordo com o Ministério da Saúde, a primeira redação da PNAN menciona que ela “integra os esforços do Estado Brasileiro que, por meio de um conjunto de políticas públicas, propõe respeitar, proteger, promover e prover os direitos humanos à saúde e à alimentação” (BRASIL, 2013, p.6).

Alves e Jaime (2014) consideram que essa primeira versão inseriu as ações da saúde na garantia da SAN e na concretização do DHAA, sem deixar de apontar a necessidade de articulação com os demais setores públicos. As mesmas autores salientam que, alocada sob a estrutura do SUS e até sua revisão em 2011, a PNAN teve como méritos

o desenvolvimento da vigilância alimentar e nutricional (VAN), que permitiu a produção sistemática de informações sobre a situação alimentar e nutricional da população brasileira, a partir da implementação do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) e de inquéritos nacionais, como as Pesquisas de Orçamentos Familiares (POF) e a vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico (Vigitel); a construção da agenda de promoção da alimentação adequada e saudável e sua qualificação a partir da edição do Guia Alimentar para a População Brasileira, que se apresenta como uma ferramenta brasileira para implementação das recomendações da Estratégia Global de Promoção da Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde; além da qualificação de recursos humanos em alimentação e nutrição, sobretudo a partir do trabalho da rede de Centros Colaboradores de Alimentação e Nutrição (CECAN), formada por instituições públicas nas cinco regiões brasileiras, buscando integrar ensino, pesquisa e serviço. (ALVES; JAIME, 2014, p.4334)

Todas essas iniciativas representaram um crescimento contundente do campo de trabalho para o nutricionista, inserindo-o definitivamente na estrutura do SUS e expandindo sua atuação, com destaque para os programas, projetos e ações de vigilância e promoção da saúde, que demandam a presença e atuação desse profissional nos níveis de gestão, formulação e implementação.

A segunda versão da PNAN teve como objetivo

a melhoria das condições de alimentação, nutrição e saúde da população brasileira, mediante a promoção de práticas alimentares adequadas e saudáveis, a vigilância alimentar e nutricional, a prevenção e o cuidado integral dos agravos relacionados à alimentação e nutrição. (BRASIL, 2013, p.21)

Portanto, a segunda versão apresenta-se ainda com foco na área da saúde, mas dialogando fortemente com os avanços dos doze anos que transcorreram entre a primeira e a segunda versão da política, já sob a égide da LOSAN (2006) e sua definição de SAN.

Alves e Jaime (2014) elencam que nessa segunda versão a PNAN tem como pressupostos

os direitos a saúde e a alimentação e é orientada pelos princípios doutrinários e organizativos do SUS, aos quais se somam os princípios: alimentação como elemento de humanização das práticas de saúde; respeito a diversidade e a cultura alimentar; fortalecimento da autonomia dos indivíduos; determinação social e a natureza interdisciplinar e intersetorial da alimentação e nutrição; e Segurança Alimentar e Nutricional com soberania. (ALVES; JAIME, 2014, p.4334)

Nessa segunda compreensão da política, que expandiu suas características intersetoriais, Alves e Jaime (2014) observaram como avanços

a melhoria da saúde e nutrição das famílias beneficiárias de programas de transferência de renda, implicando ampliação do acesso aos serviços de saúde; a interlocução com os setores responsáveis pela produção agrícola, distribuição, abastecimento e comércio local de alimentos, visando o aumento do acesso a alimentos saudáveis; a promoção da alimentação adequada e saudável em ambientes institucionais como escolas, creches, presídios, albergues, locais de trabalho, hospitais, restaurantes comunitários, entre outros. (ALVES; JAIME, 2014, p.4334-4335)

As autoras fazem ainda uma reflexão acerca do consistente caráter intersetorial dos programas, projetos e ações baseados na PNAN e lotados no contexto da saúde:

É comum relacionar as contribuições do SUS para a SAN apenas as ações coordenadas pela área técnica de alimentação e nutrição do Ministério da Saúde, sobretudo a vigilância alimentar e nutricional, as ações de promoção da alimentação adequada e saudável e os programas de prevenção de carências nutricionais. No entanto, partindo da compreensão da interdependência entre saúde e SAN, todo o conjunto de ofertas do SUS para promoção e proteção da saúde, vigilância em saúde, prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação de agravos e doenças, contribuem para a SAN. (ALVES; JAIME, 2014, p.4335)

Por sua vez, a PNSAN foi instituída pelo Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010, concomitantemente à criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e com o estabelecimento dos parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN). Cabe destacar que o SISAN integra os esforços do poder público e da sociedade civil, sendo a estrutura na qual estão alocadas as instâncias de

participação social na construção das políticas de SAN, a saber: a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN), o CONSEA e a CAISAN. A atual gestão do executivo federal tem atuado contra os conselhos de participação social (BRASIL, 2010; ALVES; JAIME, 2014, p.4337).

Alicerçada desde sua criação em um arcabouço jurídico e de governança mais robusto que a PNAN, a PNSAN tem suas diretrizes e objetivos definidos nos Artigos 3º e 4º de seu decreto de criação, como segue abaixo:

Art. 3º A PNSAN tem como base as seguintes diretrizes, que orientarão a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional:

I - promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional;

II - promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos;

III - instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada;

IV - Promoção, universalização e coordenação das ações de segurança alimentar e nutricional voltadas para quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais de que trata o art. 3º, inciso I, do Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, povos indígenas e assentados da reforma agrária;

V - fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional;

VI - Promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e aquicultura;

VII - apoio a iniciativas de promoção da soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada em âmbito internacional e a negociações internacionais baseadas nos princípios e diretrizes da Lei nº 11.346, de 2006; e

VIII - monitoramento da realização do direito humano à alimentação adequada.

Art. 4º Constituem objetivos específicos da PNSAN:

I - identificar, analisar, divulgar e atuar sobre os fatores condicionantes da insegurança alimentar e nutricional no Brasil;

II - articular programas e ações de diversos setores que respeitem, protejam, promovam e provejam o direito humano à alimentação adequada, observando as diversidades social, cultural, ambiental, étnico-racial, a equidade de gênero e a orientação sexual, bem como disponibilizar instrumentos para sua exigibilidade;

III - promover sistemas sustentáveis de base agroecológica, de produção e distribuição de alimentos que respeitem a biodiversidade e fortaleçam a agricultura familiar, os povos indígenas e as

comunidades tradicionais e que assegurem o consumo e o acesso à alimentação adequada e saudável, respeitada a diversidade da cultura alimentar nacional; e

IV - incorporar à política de Estado o respeito à soberania alimentar e a garantia do direito humano à alimentação adequada, inclusive o acesso à água, e promovê-los no âmbito das negociações e cooperações internacionais. (BRASIL, 2010)

A característica amplamente intersetorial da PNSAN reforça o protagonismo dos nutricionistas nos programas, projetos e ações que a efetivam. Observa-se que todas as diretrizes e objetivos dialogam com as áreas de atuação desse profissional. Portanto, a PNSAN representa, assim como a PNAN, um instrumento de inserção do nutricionista na esfera pública, com destaque para a promoção da SAN, uma vez que o nutricionista é o profissional com a formação técnica-acadêmica mais alinhada à efetivação desse princípio.

Inclusive a PNSAN em seu Artigo 3º, inciso III, anteriormente citado, aponta para a necessidade de instituir-se processos permanentes de pesquisa e formação nas áreas de SAN e do DHAA que contemplem tanto ações com a população em geral, quanto a formação de profissionais para atuar em sua efetivação.

Dessa maneira, há uma íntima relação entre as políticas públicas e o profissional nutricionista, que vem se fortalecendo desde a tecnoburocracia do SAPS e do INAN, até a atuação no SUS, nas instituições de ensino, pesquisa e extensão, no PNAE, no PAT e nos demais espaços, programas, projetos e ações construídos e/ou reformulados sob a égide da CF de 1988 e das políticas que efetivam suas proposições. A Nutrição e as políticas públicas têm em suas trajetórias intercessões que tornaram impossível a progressão de ambas paralelamente, tendo, portanto, caminhado sob a mesma trilha, especialmente nos últimos 20 anos, desde a instituição da PNAN e o fortalecimento das políticas sociais e de saúde na primeira década do século XXI.

4 A INSERÇÃO DO NUTRICIONISTA EM UMA POLÍTICA PÚBLICA: A EXPERIÊNCIA DE BELO HORIZONTE

Trata-se de um trabalho teórico-prático desenvolvido a partir de documentação indireta, por meio de pesquisa bibliográfica; e observação direta, com a utilização de pesquisa exploratória, no caso entrevistas individuais¹⁰.

Foi realizada revisão da literatura, com vistas a descrever a história política da SAN no Brasil, no estado de Minas Gerais e no município de Belo Horizonte e, posteriormente, compreender a importância da experiência da capital mineira para as políticas de SAN no cenário nacional. Também buscou-se descrever a trajetória do profissional de Nutrição no país, a regulamentação da profissão, áreas de atuação e interfaces com a política pública. Por fim, analisou-se a inserção do nutricionista nas políticas públicas a partir da experiência de Belo Horizonte, de modo a conhecer a trajetória e motivações para a inclusão desse profissional e qual foi seu papel no desenho e implementação dos programas, projetos e ações que compuseram essa política.

A busca de artigos foi limitada a trabalhos publicados até vinte e cinco anos atrás, nas bases de dados do *SciELO*, *PubMed*, *Google Scholar* e revistas das áreas de Nutrição e Administração Pública, utilizando a combinação de palavras-chaves, tais como: “nutrição”, “políticas públicas”, “segurança alimentar”, “segurança alimentar e nutricional”, “política de alimentação e nutrição” e/ou “Belo Horizonte”. Também foram utilizadas como fontes de dados publicações oficiais de Belo Horizonte, de Minas Gerais e da União, de acesso público nos *sites* de governo, com dados oficiais relacionados às políticas públicas de SAN e ao perfil do profissional nutricionista.

As entrevistas foram realizadas a partir de questionários semiestruturados, apesar disso, por se tratar de um resgate histórico, tiveram também características de entrevistas em profundidade, conforme Martins e Theóphilo (2009)

Denomina-se em profundidade uma entrevista não estruturada em que o respondente é abordado por um entrevistador, altamente treinado, para obtenção de informações detalhadas sobre tema específico, a fim de levantar motivações, crenças, percepções e atitudes em relação a

¹⁰ A íntegra dos questionários e das entrevistas está disponível no Apêndice.

certa situação e/ou objeto de investigação. (MARTINS; THEÓPHILO, 2009, p.89)

Os três atores escolhidos puderam discorrer sobre o tema, de modo a relatar a própria experiência no contexto da criação da SMAB e da posterior história da política de SAN em Belo Horizonte. Os três participaram ativamente desse processo de maneiras distintas: como gestor máximo do executivo municipal, como gestora de departamento na SMAB e como técnica nos programas, projetos e ações criados pela SMAB. Portanto, as entrevistas passaram um representante da classe política responsável pela gestão do município, uma formuladora e uma implementadora da política de SAN.

O primeiro entrevistado foi o advogado, professor e político Patrus Ananias de Sousa, ex-vereador e ex-prefeito da capital mineira, ex-ministro de Estado e atualmente deputado federal por Minas Gerais. Patrus era o prefeito de Belo Horizonte no período de criação das primeiras políticas de SAN da cidade. A segunda entrevistada foi a assistente social e professora Adriana Veiga Aranha, responsável pela gestão de uma das áreas da política de SAN na capital mineira. Quando da criação da SMAB, coube a Adriana trabalhar diretamente com a primeira secretária da pasta, a já falecida economista e professora Maria Regina Nabuco. Por fim, entrevistou-se a nutricionista Andréa da Silva Queiroz, que iniciou sua trajetória na SAN de Belo Horizonte em 1995 e participou na operacionalização de diversos programas da Secretaria, sobretudo no contexto do PNAE como responsável técnica pelo programa no município. Andréa segue em ativa na secretaria atualmente.

Para realizar a discussão entre os achados na literatura e o conteúdo das entrevistas utilizou-se análise temática do conteúdo das diferentes entrevistas, de modo a parer os eventos relacionados à política pública de SAN de Belo Horizonte e as demais iniciativas desenvolvidas em outros municípios, no Estado e na federação, com foco na inserção do nutricionista nessa área de atuação. A análise das entrevistas permitiu conhecer o processo de criação da política local de SAN e qual foi a trajetória de inserção do profissional de Nutrição no desenho e implementação dessa política em Belo Horizonte, evidenciando os diferenciais da experiência da capital mineira.

Na escolha dos entrevistados buscou-se pela percepção do gestor, do formulador e do implementador da política local de SAN.

Na próxima seção discute-se a inserção do nutricionista nas políticas públicas de SAN a partir da experiência de Belo Horizonte. Para tal, utilizou-se a base teórica anteriormente abordada e informações inéditas coletadas em entrevistas. As informações mais relevantes foram então discutidas, tendo como princípio o paralelo entre a construção da política local de SAN, iniciada com a criação da SMAB, e as demais iniciativas nessa área, realizadas no cenário nacional, estadual e em outros municípios.

4.1 De demanda social à agenda de governo: o início da política de SAN na PBH

Como discutido nas seções anteriores, no início da década de 1990 a sociedade civil organizada estava mobilizada em torno do tema da alimentação, sobretudo no que concerne ao combate à fome e à pobreza. Movimentos como a “Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida”, liderada por Herbert de Souza, tiveram grande relevância, contribuindo para inserir o tema da Segurança Alimentar na agenda política de candidatos e na plataforma de partidos, tal como o Partido dos Trabalhadores. É exatamente essa a narrativa de Patrus Ananias de Souza, um dos entrevistados deste trabalho, sobre a inserção desse tema em sua plataforma de governo como prefeito da capital, como segue:

Nós tivemos no Brasil uma figura esplêndida, o Betinho, meu conterrâneo de Bocaiúva, Herbert de Sousa que mobilizou o Brasil na luta contra a fome. Já na campanha do Presidente Lula em 1989, ele colocou a questão da Segurança Alimentar e no governo paralelo constituído este tema já estava presente. Então, quando nós fizemos a campanha para a Prefeitura de Belo Horizonte de 1992, nós assumimos esse compromisso de implantarmos uma secretaria de segurança alimentar, ficou com o nome de Secretaria de Abastecimento, acho até que o nome não foi dos mais felizes, do ponto de vista que teria de ser Secretaria de Segurança Alimentar. (SOUZA, 2019)

Vale ressaltar que o período que precedeu a criação da SMAB e os primeiros anos dessa nova estrutura estão inseridos no terceiro período histórico das políticas de alimentação e nutrição no país, propostos por Vasconcelos (2005), época fortemente influenciada pela redemocratização e pela influência dos movimentos da sociedade civil organizada. O ex-prefeito afirmou que, apesar de ser um tema que estava em pauta no período, a criação da SMAB não foi inspirada em experiências de outras capitais brasileiras. Patrus citou suas vivências como cidadão e parlamentar como as razões que o levaram, ao longo a vida, a se aproximar do tema da alimentação e da nutrição e compreendê-lo como

objeto de ação do poder público, colocando-o como prioridade em seu projeto de governo para o município.

Em contraponto ao relato de Patrus Ananias, Machado (2006) afirma que o projeto da SMAB foi inspirado na experiência da cidade de Santos, no litoral paulista, de acordo com relato coletado junto ao ex-secretário de Santos, Newton Gomes Júnior, em 6 de junho de 2006 (MACHADO, 2006, p.72). Apesar de divergência, Machado (2006) reconhece que a experiência da capital mineira teve mais êxito, principalmente no que concerne ao arcabouço teórico do desenho inicial e, sobretudo, à continuidade da política (MACHADO, 2006, p. 131).

Em relação à formação da equipe responsável pelo desenho da SMAB, Patrus destaca a figura da economista e professora Maria Regina Nabuco, que conheceu ainda antes da campanha para o pleito de 1992:

Fui o relator da Lei Orgânica do Município, então abri diálogo com vários setores, setores da universidade, movimentos sociais, juventude. E nessas andanças, nessa militância político-social, eu conheci a Maria Regina e, rapidamente, nós estabelecemos uma amizade pelas convergências de opiniões que nós tínhamos.

[...]

Quando nós ganhamos as eleições, desdobramos na secretaria e aí o nome da Regina se colocou naturalmente devido a liderança dela, pelas qualidades intelectuais que ela tinha, enormes, professora da Faculdade de Ciências Econômicas. Regina é brilhante intelectualmente. E ela assumiu com muita dedicação, com muito entusiasmo essa questão da segurança alimentar [...]. (SOUZA, 2019)

Patrus afirmou que deu total liberdade para a nova secretária de governo montar sua equipe, exigindo apenas que os atores escolhidos tivessem competência técnica, competência ética e a capacidade de trabalhar em equipe. O ex-prefeito afirmou que, para além da competência da equipe, o sucesso da SMAB estava intimamente relacionado à prioridade de governo dada à política de SAN:

[...] tínhamos como meta, como objetivo de eliminar a fome e melhorar as condições de alimentação da população de Belo Horizonte, assim como nós começamos o primeiro ano fazendo o Orçamento Participativo, sabe, a nossa experiência na questão da Segurança Alimentar foi muito positiva neste sentido. (SOUZA, 2019)

Integrante do processo de desenho e estruturação da SMAB, a assistente social Adriana da Veiga Aranha também integrou a equipe que participou das discussões sobre a Segurança Alimentar desde a campanha de Patrus Ananias, tal como Maria Regina Nabuco.

Sua presença na equipe da SMAB agregou experiência em relação à formulação dos primeiros programas e ações, uma vez que poucos anos antes ela havia participado da estruturação de programas sociais na cidade de João Monlevade, também no estado de Minas Gerais. Adriana relatou que o início da construção da SMAB teve como cenário o Departamento de Abastecimento da Secretaria Municipal de Atividades Urbanas (SMAU). Sobre esse tema ela esclareceu:

[...] a gente foi ser uma diretoria dentro de uma secretaria, da SMAU, que é a Secretaria de Atividades Urbanas, que já tinha um Departamento de Abastecimento que cuidava das feiras e dos mercados que existiam na época. Então era um departamento dentro da secretaria de atividades urbanas. Esse departamento tinha 12 funcionários, então nós fomos contratados para transformar esse departamento em uma secretaria e aí a Regina, economista, os outros dois engenheiros agrônomos e eu como assistente social, a Regina falou ‘olha eu queria que você pensasse a área de combate à fome, como nossa secretaria poderia pensar essa área’. (ARANHA, 2019)

Esse relato é fundamental para compreender como a formação de uma equipe multidisciplinar influenciou o desenho da política de SAN em Belo Horizonte desde a sua origem. No momento inicial a equipe era liderada por uma economista que contava com uma assistente social e dois engenheiros agrônomos. Sob essa pluralidade, a Segurança Alimentar foi trabalhada como uma área multidisciplinar, que integrava em sua estrutura, desde a concepção, as áreas de produção, consumo e comercialização de alimentos, representando uma grande inovação frente à outras experiências do mesmo período e mesmo quando comparada a experiências em anos posteriores.

Em 1994 a SMAB estabeleceu-se plenamente tornando-se uma secretaria no organograma da PBH. Contudo, apesar de ter a Segurança Alimentar como princípio norteador desde o início dos trabalhos, esse conceito ainda era desconhecido da população e pouco difundido mesmo entre os formuladores de políticas públicas do período. Adriana Aranha explicou que mesmo o nome “abastecimento”, escolhido para facilitar a compreensão dos objetivos da secretaria, ainda era confundido com outras questões, tal como o abastecimento de água, e foi alvo de grande resistência por parte da imprensa e mesmo dentro da estrutura da PBH. Considerando-se a característica urbana da capital mineira o senso comum tratava o abastecimento de alimentos como mera questão de logística, assim a possibilidade de produção em área urbana, por exemplo, era algo improvável e infrutífero.

4.2 Primeiros programas, multidisciplinaridade e consolidação

Datam dos primeiros anos da SMAB a criação de programas muito exitosos, tal como a reestruturação do Restaurante Popular, a criação do ABasteCer, a transferência e apropriação da gestão do PNAE e as diversas iniciativas intersetoriais de combate à fome.

Sobre o combate à fome, Adriana Aranha salientou a prioridade desse tópico e o papel articulador assumido pela SMAB, por meio do qual foi possível traçar estratégias entre secretarias com foco na identificação do público alvo e na focalização das ações de combate à desnutrição, especialmente junto à Secretaria Municipal de Saúde (SMSA). Dessa parceria, Adriana destaca a construção do inquérito nutricional que permitiu identificar o índice de crianças em desnutrição no município, o posterior atendimento dessas crianças pelas unidades de saúde e a distribuição de farinha enriquecida, cuja produção era licitada pela própria SMAB. Nesse período duas farmacêuticas-bioquímicas passaram a integrar a equipe da secretaria para trabalhar especificamente com o controle de qualidade do produto licitado.

Outro destaque foi a ainda hoje inovadora transferência da gestão da alimentação escolar da pasta da Educação para a SMAB, cujo processo burocrático teve ao todo um ano de duração. Adriana relata que foi fundamental a compreensão, por parte das secretarias de Abastecimento e de Educação, bem como do então prefeito Patrus Ananias, de que a alimentação escolar não era apenas parte de uma política educacional, mas uma política em si, portanto não poderia seguir diluída dentro da política educacional.

A transferência de gestão da alimentação escolar foi um processo complexo, em especial na esfera do gerenciamento de pessoas, mas representou um expressivo ganho em eficiência e eficácia de gestão, com melhorias no processo de compra de gêneros alimentícios; incentivo aos produtores e fornecedores locais; otimização dos recursos financeiros disponíveis; e diversificação da pauta de gêneros adquirida até então, com aumento no percentual de alimentos *in natura*, orientação que só viria a se tornar medida obrigatória em esfera nacional mais de uma década depois.

Com o avanço das esferas de ação da SMAB o crescimento da equipe foi questão de curto tempo. Uma pluralidade de formações passou a conviver na criação e estruturação dos programas e ações. Nesse contexto, o profissional nutricionista teve sua

inserção na estrutura da SMAB ainda no primeiro ano, em 1994. Sobre a chegada dos primeiros nutricionistas, Adriana relata:

Aí eu falei assim, gente olha nós precisamos de ter um geógrafo, [...] nós precisamos de ter uma equipe multidisciplinar: assistente social pra trabalhar com as pessoas que passam fome, nutricionista pra trabalhar com o cardápio da merenda escolar, com o cardápio da alimentação das crianças. Aí comecei a procurar [...], aí nós descobrimos que tinha um nutricionista, aí eu fui no estado, e descobri que tinha um nutricionista no estado, que era o Ivan, e fui e apresentei pro Ivan uma proposta pro Ivan ser municipalizado, o Ivan topou, foi o primeiro nutricionista, tá. E tínhamos duas nutricionistas na reserva da Saúde, aí nós chamamos as duas nutricionistas que foi a Vanessa Lauer e... acho que foi só a Vanessa que eu chamei, aí nós ficamos com uma nutricionista, a Vanessa que formou em Viçosa. (ARANHA, 2019)

Posteriormente, em 1995, a SMAB foi autorizada pelo executivo municipal a realizar um concurso público em parceria com a SMSA de modo a prover quadros de nutricionistas para as duas secretarias. Nove nutricionistas foram convocados e nomeados para trabalhar no contexto dos programas e ações da SMAB. Nesse ponto a concepção dos cursos superiores de Nutrição do período não auxiliou a inserção profissional. Adriana Aranha relatou um grande desafio, que era integrar esses profissionais ao contexto da SAN, uma vez que a formação acadêmica ainda estava centrada no paradigma saúde-doença e os próprios profissionais desejavam trabalhar na política de Saúde e não na política de SAN, ainda pouco difundida.

[...] uma coisa muito interessante, era a relação, que tem a ver com aquilo que você estuda, a relação entre gestão pública e universidade, as pessoas vinham com a formação universitária muito afastada daquilo que era a gestão pública, tanto afastada da formação daquilo que é a realidade da gestão pública, da realidade também do povo, tá. (ARANHA, 2019)

Adriana considera que a presença desses profissionais, ainda que de formação mais alinhada às questões da Saúde do que à SAN, foi fundamental:

[...] foram fundamentais né, fundamentais porque assim as nutricionistas, elas que fizeram todo o processo de cardápio, porque assim, nesse processo elas assumiram, bancaram as coisas, vestiram a camisa. A Vanessa né, o Ivan foi o primeiro nutricionista, ele assumiu todo o processo inicial, depois o Ivan adoeceu, se licenciou do Abastecimento, e a Vanessa assumiu [...]. Depois a gente conseguiu ter nutricionistas junto à educação alimentar, estando junto com os processos de formação, e aí nessa integração, aí eu levava também as nutricionistas junto com a gente nos processos de participação popular [...], depois teve o processo do banco de alimentos, [...] então foi assim, várias nutricionistas que entraram e começaram a se envolver

com as coisas, aí foi um outro processo, e aí já foi mudando as coisas, com certeza todos ajudaram [...]. (ARANHA, 2019)

A nutricionista Andréa da Silva Queiroz fazia parte do grupo de nove profissionais que foi incorporado à equipe da SMAB em 1995. Sua trajetória é ilustrativa em relação à trajetória da própria secretaria, uma vez que ela iniciou sua atuação em um programa de combate à fome e posteriormente assumiu novas atribuições, relacionadas a novos programas geridos em parceria com as áreas da Educação e da Assistência Social.

Iniciei a minha atuação através da parceria com a SMSA voltada para o atendimento de crianças desnutridas e suas famílias, no “Projeto de Prevenção e Combate à Desnutrição” (PPCD). [...] Mais adiante, assumi junto com outros nutricionistas o planejamento do programa de alimentação e nutrição para atender a rede de creches conveniadas, início de uma política mais voltada para a criança de 0 a 6 anos de idade. [...] Depois, assumi o planejamento do programa de alimentação e nutrição que atenderia as ILPI (asilos) em parceria com a Assistência Social. [...] Fui a primeira nutricionista a assumir uma gerência na Secretaria, fui convidada a assumir a gerência de Planejamento e Avaliação Nutricional, pós 2ª reforma administrativa. [...] Algum tempo depois assumi a responsabilidade técnica pelo Programa de Alimentação Escolar no município. (QUEIROZ, 2019)

A atuação do nutricionista, portanto, foi sendo encaixada dentro das frentes de trabalho da política de SAN do município conforme a demanda, mas especialmente de acordo com as atribuições técnicas desse profissional, valorizando o conhecimento da Ciência da Nutrição aplicado à prática das políticas públicas. Apesar do paradigma da formação voltada para atuação em Saúde, os novos atores envolvidos foram, aos poucos, se apropriando da formulação e implementação de programas e ações de SAN, conforme a visão dos gestores e a demanda do município.

Sobre a inserção em uma equipe plural, Andréa Queiroz avalia que foi uma escolha positiva, mas desafiadora para os profissionais nutricionistas:

Foi enriquecedora e ao mesmo tempo difícil. A Nutrição não era tão conhecida e reconhecida. Tínhamos somente duas universidades em Minas Gerais que formavam profissionais nessa área: Viçosa e Ouro Preto. Poucos concursos na área de Saúde Pública. Os programas sociais eram coordenados, em sua grande maioria, por assistentes sociais, enfermeiros, médicos e na educação pelos professores. A nossa chegada à PBH coincidiu com uma divulgação maior da profissão, já existiam exigências quanto à responsabilidade técnica por um nutricionista em algumas ações, como na alimentação escolar. As discussões sobre segurança alimentar colaboraram para demonstrar a importância de um profissional com a formação do nutricionista em suas ações. Tivemos alguns conflitos relacionados ao fato de estarmos assumindo ações em função da habilitação e competência técnica e

que eram realizadas por outros profissionais pela ausência do nutricionista na equipe técnica. Ao mesmo tempo, tivemos muitas experiências ricas envolvendo troca de conhecimentos, parcerias e construção de ações com vários olhares. Se pensarmos nas ações desenvolvidas pela Secretaria, foi essencial em função da nossa habilitação e competência para atuar nas ações propostas e desenvolvidas pela mesma, o respaldo técnico da política. (QUEIROZ, 2019)

Considerando as legislações da área para esse período, meados da década de 1990, nem mesmo a PNAN havia sido promulgada, expressando de fato a baixa capilaridade do profissional de Nutrição no contexto das políticas públicas do período. Andréa frisou ainda que a pioneira transferência de gestão do PNAE para a estrutura burocrática de SAN

[...] foi e tem sido uma experiência exitosa pelo que a Segurança Alimentar proporcionou e proporciona com a sua equipe técnica, no que diz respeito ao respaldo técnico (alimentação mais balanceada e adequada às recomendações nutricionais), na organização (abastecimento das instituições), na formação dos funcionários das cozinhas das escolas (melhoria das questões sanitárias e nutricionais), no acompanhamento das instituições (supervisão alimentar, com suporte técnico *in loco*), no trabalho junto aos educadores (educação alimentar) e, ao mesmo tempo, se tornou mais complexa em função de decisões que deveriam ser tomadas conjuntamente e muitas vezes não são e que acabam comprometendo em alguns aspectos a execução. (QUEIROZ, 2019)

Vale ressaltar que a primeira resolução que determinou de fato a obrigatoriedade da presença dos nutricionistas no contexto da Alimentação Escolar data de 2006, sendo, portanto, posterior em mais de dez anos à escolha de gestão realizada pelo executivo municipal. Considerando a regulamentação atual e o contexto nacional, a gestão do PNAE segue sendo vinculada à política de Educação, apesar de ter um caráter intersetorial. A escolha de gestão realizada pela então SMAB, trazendo a Alimentação Escolar para o contexto da SAN, dentre outros fatores, foi decisiva para a compreensão intersetorial da alimentação escolar como uma política em si. Adriana Aranha relata que a experiência de gestão e as escolhas técnicas realizadas no contexto local em Belo Horizonte em meados da década de 1990 influenciaram as decisões nacionais sobre essa política na década seguinte, uma vez ela própria e outros atores da política local de SAN atuaram junto ao governo federal em Brasília na Era Lula e levaram a experiência local para o contexto nacional: o arcabouço técnico, teórico e, sobretudo, as boas práticas de gestão dos programas e ações em desenvolvimento em Belo Horizonte.

Assim como Adriana Aranha, a partir de sua experiência, Andréa também avalia que a inserção do nutricionista nas políticas públicas é “[...] essencial. Principalmente em áreas voltadas para a Saúde e Segurança Alimentar [...]”. Andréa considera que dada a dinâmica e a multiplicidade de ações, o perfil desejável para o nutricionista que pretende atuar em políticas públicas deve contemplar as características: “atualizado, ético, proativo, habilidades na comunicação incluindo uma boa escuta, articulador, inovador” (QUEIROZ, 2019).

4.3 O impacto das reformas administrativas e os desafios atuais da SAN

A estrutura da SMAB, assim como a estrutura burocrática da PBH, foi influenciada por cinco reformas administrativas ao longo de pouco mais de 25 anos de trajetória.

Sobre os impactos das reorganizações estruturais, Adriana Aranha considera que a primeira reforma, que culminou na criação da SMPS foi decisiva e as demais não trouxeram grande impacto:

[...] a primeira grande reforma da Prefeitura, foi a reforma onde que se criou a Políticas Sociais. Então quando se criou a matriz, o modelo mais matricial, quando se cria a Secretaria de Políticas Sociais e dentro dela se dá a secretaria de assistência, cultura, saúde, Abastecimento e tal, tinha uma lógica que aí, eu acho que aí, o Abastecimento vive seu primeiro conflito, que política que ele é? Ele é uma política mais estrutural, que estaria dentro de uma área mais urbana? Ou uma política econômica, que estaria mais dentro do desenvolvimento econômico da cidade? Ou seria uma política mais social e estaria junto com as políticas sociais, saúde, educação e tal? Acho que aí é o primeiro conflito técnico, de política pública, que eu acho que o Abastecimento vive em BH, tá. A opção da prefeitura na época foi ter colocado na área social, talvez se outros atores estivessem, se tivessem enfrentado outras coisas estaria em outro lugar, [...]. (ARANHA, 2019)

Nesse período as políticas consideradas sociais foram reorganizadas em uma mesma estrutura, a SMPS, restringindo a autonomia de cada área, mas ao mesmo tempo agregando todas sob uma mesma lógica de gestão, favorecendo a intersetorialidade. Posteriormente, algumas áreas foram novamente tornadas autônomas, a SAN, contudo permaneceu sob a gestão da SMPS. Sobre esse fato Adriana reflete:

[...] mas aí teve um ponto pra mim que foi importante, foi quando as outras secretarias, como a de Saúde, conseguiu sair desse guarda-chuva e o Abastecimento não conseguiu, aí foi quando demonstrou-

se... saiu a Educação, saiu a Saúde, aí ali o Abastecimento demonstrou que era uma política menor porque aí se todas tivessem continuado, aí sim, fazia um sentido, mas quando as outras, Esporte saiu, aí quando as outras políticas começaram a sair e só o Abastecimento não saiu, ficou junto com a Assistência, aí ali em acho que o Abastecimento se demonstrou uma política menor, naquele momento tá, [...]. (ARANHA, 2019)

A lógica matricial foi substituída pela autonomia dos órgãos gestores das políticas, contudo a SAN foi compreendida como uma política pública mais próxima do escopo social, tendo permanecido junto às pastas de Assistência Social e Direitos Humanos e Cidadania. Esse movimento foi contrário à compreensão inicial, quando da criação da SMAB, da autonomia administrativa, intersetorialidade e multidisciplinaridade da política de SAN. Quando da escolha por mantê-la sob a estrutura da SMPS, optou-se por geri-la sob a ótica social, que passou a ser o foco das ações. As outras dimensões da SAN, tal como a econômica e de planejamento, muito presentes em 1993, saíram do foco, tendo menos influência na criação dos programas e ações posteriores. A perda de autonomia na gestão da política de SAN, alocada sob as decisões de um órgão gestor superior, permanece até os dias atuais.

Considerando os desafios da política de SAN na atualidade e a estrutura de gestão vigente, reflexo das reformas administrativas da PBH, Andréa Queiroz reflete:

Percebo uma perda de status da Segurança Alimentar e Nutricional desde a sua criação até os tempos atuais. Não que tenha perdido em importância, enquanto política pública e sim na importância dentro das ações. Temos que resgatar a nossa autonomia enquanto Secretaria para alcançar a eficiência e a eficácia em nossas ações. (QUEIROZ, 2019)

Apesar de não mais atuar no contexto municipal, Adriana Aranha considera que um desafio é integrar de fato as três estruturas que hoje convivem sob um mesmo órgão gestor na PBH, apontando conflitos entre a gestão conjunta de programas, como na interface com a Assistência Social. Patrus Ananias, em uma visão mais ampla, como deputado federal, avalia que o país atravessa um momento delicado para as políticas de caráter social, que afeta a SAN, por se tratar de ação transversal e intersetorial. O ex-prefeito compreende que no contexto de desinvestimento em políticas sociais a SAN vai igualmente sendo minada, indicando a necessidade de fortalecer essa área das políticas públicas no contexto local.

Os três entrevistados concordam que a experiência da política de SAN em Belo Horizonte foi e é singular, tendo exercido influência em outras esferas de gestão pública,

sobretudo no contexto nacional, a partir da atuação de Patrus Ananias como ministro de Estado do MDS e de Adriana Aranha, no contexto do mesmo ministério; e internacional, expresso nos prêmios de gestão de SAN recebidos pela capital mineira.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões relacionadas à alimentação estão intimamente ligadas à sobrevivência humana e à expressão da cidadania. Apesar de permear a história humana, a questão alimentar só passou a ser interpretada de modo multidisciplinar em períodos recentes, sobretudo no século XX, quando a SAN entrou efetivamente na pauta de discussão de organismos internacionais e de chefes de Estado após as duas grandes guerras mundiais.

No Brasil, a fome e a escassez de alimentos foram igualmente questões inquietantes para os governantes, porém as ações de governo restringiram-se, durante décadas, a aumentar a produção, a distribuição e a oferta de alimentos ricos em calorias, sem, contudo, considerar o acesso aos alimentos sob a ótica do DHAA e da SAN. A alimentação e a nutrição ainda não eram política de governo, mas campanhas com público específico e período determinado.

A partir da segunda metade da década de 1980 o amadurecimento do debate em torno da fome e da miséria pressionou os atores governamentais a considerarem a SAN como um conceito norteador para pensar as questões da alimentação e da nutrição. O reflexo das mobilizações populares deu-se ao longo da década de 1990, quando gestores municipais iniciaram trabalhos inovadores no campo da alimentação, inserindo-a na agenda governamental como objeto de ação da política pública, sob a ótica da SAN.

As oito décadas de história da Nutrição no Brasil sedimentaram uma profissão de ampla inserção na sociedade, com possibilidade de atuação na indústria, comércio, área esportiva, instituições de saúde, de produção de refeições e, sobretudo, na área das políticas públicas, sendo a Nutrição em Saúde Coletiva a maior e mais capilar área de atuação desse profissional.

A experiência da política de SAN de Belo Horizonte destaca-se pelas características decisivas para seu êxito, a saber: ter sido questão central de governo, sob intervenção direta do prefeito do período; estar alocada em uma estrutura administrativa autônoma para formular, implementar e gerir os programas e ações; contar com a formação de uma equipe multidisciplinar para trabalhar com o tema; ser baseada em um firme arcabouço teórico-técnico que orientou o trabalho desenvolvido; e ter a intersetorialidade como premissa

no diálogo, formulação e gestão dos programas e ações propostos. As primeiras equipes da SMAB implantaram iniciativas visionárias, tal como a transferência de gestão do PNAE da Educação para a Segurança Alimentar, fruto da compreensão dos primeiros gestores da política pública de SAN como um tema transversal e multifacetado, protagonista na garantia dos demais direitos sociais aos cidadãos de Belo Horizonte.

Nesse contexto, a inserção do nutricionista agregou às equipes conhecimento técnico e formação teórica específica. As funções específicas, relacionadas ao planejamento, aquisição, armazenamento e distribuição de alimentos, bem como a produção de refeições e o controle de qualidade e insumos foram rapidamente absorvidas por esses profissionais, cuja vivência no contexto da política de SAN foi um diferencial em relação ao conhecimento construído no contexto acadêmico. A nomeação de nutricionistas para cargos de gestão não tardou a acontecer, processo esperado diante da experiência na implementação e operacionalização das iniciativas da SAN no município. A presença do profissional de Nutrição nas políticas públicas de SAN foi e é, portanto, fundamental, sendo a maior área de atuação regulamentada para esse profissional, devendo ser fortalecida e cada vez mais numerosa de profissionais da Nutrição.

As recorrentes reformas administrativas levaram a alocação da política de SAN em uma unidade administrativa mais relacionada à política de Assistência Social. Esse arranjo estrutural reduziu a transversalidade da política de SAN, além de levar à perda de autonomia na gestão da antiga SMAB, atual SUSAN, distanciando as questões relacionadas à SAN da intervenção direta do chefe do executivo. A intersectorialidade inerente à SAN como política pública é favorecida pela gestão direta, um diferencial na construção de diálogo com outras secretarias, sendo portanto uma alternativa futura para criar novas iniciativas e aprimorar os já exitosos programas e ações de alimentação e nutrição da PBH, fazendo jus a vocação inovadora da política de SAN da capital mineira.

REFERÊNCIAS

- ABRANDH. Ação Brasileira Pela Nutrição e Direitos Humanos. **O Direito Humano à Alimentação Adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Módulo 8 - Participação e Controle Social no SISAN**. Brasília, 2013, 44p. Disponível em: <http://plataforma.redesan.ufrgs.br/biblioteca/pdf_bib.php?COD_ARQUIVO=17308>. Acesso em 30 jun. 2019.
- ALCÂNTARA, A.O.R. **Segurança alimentar e nutricional: mais que abastecimento**. Pensar BH/Política Social, nº 32. Belo Horizonte, 2013, p. 32-34.
- ALVES, K.P.S.; JAIME, P.C. **A Política Nacional de Alimentação e Nutrição e seu diálogo com a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Ciência & Saúde Coletiva, 2014, p. 4331-4340.
- ARANHA, A.V. **Segurança Alimentar, gestão pública e cidadania: a experiência do município de Belo Horizonte - 1993/1999**. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte, 2000, 198p.
- ARANHA, A.V. **Entrevista**. Entrevistadora: Aline Soleane Carmo Braga. Belo Horizonte, 29 de mar. 2019. 2 arquivos .mp3 (79min.35s.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice deste trabalho.
- BELIK, W. **A Política Brasileira de Segurança Alimentar e Nutricional: concepção e resultados**. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, 2012, p. 94-110.
- BRAGA, A.S.C.; SILVA, A.V.; CIRILIO, B.E.B.; COSTA, E.M.V.; TANAKA, F.C.; ABURACHID, G.R.; PEREIRA, R.L.; CALAZANS, R.M.; OLIVEIRA, T.N.; ANJOS, A.F.V. **Programas de assistência alimentar e nutricional no município de Belo Horizonte: monitoramento e padronização de condutas**. Científica SAN, nº1. Belo Horizonte, 2014, p. 4-11.
- BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010**. Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm>. Acesso em 01 mai. 2019.
- _____. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Brasília, 2013, 83p.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações para a adesão dos municípios ao SISAN**. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/caisan/Publicacao/Outras_Publicacoes/Orientacoes_adesao_Sisan_2014.pdf>. Acesso em 07 abr. 2019.

CFN. Conselho Federal de Nutricionistas – Brasil. **Resolução CFN nº380/2005**. Dispõe sobre a definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições, estabelece parâmetros numéricos de referência, por área de atuação, e dá outras providências. Brasília, 2005, 45p.

_____. Conselho Federal de Nutricionistas – Brasil. **Inserção Profissional dos Nutricionistas no Brasil – 2016**. Disponível em: < <http://pesquisa.cfn.org.br/>>. Acesso em 01 mai. 2019.

CFN. Conselho Federal de Nutricionistas – Brasil. **Resolução CFN nº600, de 25 de fevereiro de 2018**. Texto retificado em 23 de maio de 2018. Dispõe sobre a definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições, indica parâmetros numéricos mínimos de referência, por área de atuação, para a efetividade dos serviços prestados à sociedade e dá outras providências. Brasília, 2018a, 94p.

_____. Conselho Federal de Nutricionistas – Brasil. **Estatísticas: Quadro estatístico 4º trimestre de 2018**. Brasília, 2018b. Disponível em: <<http://www.cfn.org.br/index.php/estatistica/>>. Acesso em 01 mai. 2019.

COSTA, N. M. S. C. **Revisitando os estudos e eventos sobre a formação do nutricionista no Brasil**. Rev. Nutr., Campinas,, Campinas, 1999, p. 5-19.

GABRIEL, C.G.; OLIVEIRA, J.T.C.; SILVA, B.L.; FAGUNDES, A.A.; SILVA, T.C.; SOAR, C. **Nutritionist's job market: 80 years of history**. Rev. Nutr., 2019, p. 1-10.

GÖPEL, M. *Celebrating the Belo Horizonte Food Security Programme. Future Policy Award 2009: solutions for the food crisis*. In: *World Future Council, Hamburg, Germany, 2009, 20p*. Disponível em: <http://www.worldfuturecouncil.org/fileadmin/user_upload/PDF/Future_Policy_Award_brochure.pdf>. Acesso em 07 abr. 2019.

HARARI, Y.N. **Sapiens – Uma Breve História da Humanidade**. 29 ed., Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015, 464 p.

MACHADO, M. **Políticas de segurança alimentar - Belo Horizonte e Santos/SP: uma visão sobre continuidade e mudança**. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte, 2006. 138 p.

MACHADO, M. **Programas de abastecimento alimentar e reutilização de espaços urbanos**. Pensar BH/Política Social, nº 21. Belo Horizonte, 2008, p. 8-11.

MAFRA, L.A.S. **O município na gestão de políticas locais de segurança alimentar: regulação de mercado e assistência alimentar em Belo Horizonte**. Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, área de Concentração em Desenvolvimento e Agricultura do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004, 88p.

MENICUCCI, T.M.G; MACHADO, M. **Participação da sociedade na política municipal de segurança alimentar de Belo Horizonte**. Pensar BH/Política Social, nº 24. Belo Horizonte, 2009, p. 33-37.

PESSOA, M.J.S.; MACHADO, M. **Política de Segurança Alimentar: A gestão da alimentação escolar pela Secretaria Municipal de Abastecimento**. Revista Planejar BH, nº7. Belo Horizonte, 2000, p. 10-13.

PBH. Secretaria Municipal de Governo. **Decreto nº 15.970, de 28 de maio de 2015. Dispõe sobre a criação da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional de Belo Horizonte – CAISAN-BH**. Belo Horizonte, 2015a. Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1142919>>. Acesso em 07 abr. 2019.

_____. Secretaria Municipal de Governo. **Decreto nº 15.971, de 28 de maio de 2015. Dispõe sobre a criação do Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável em Belo Horizonte – CRESANS/BH**. Belo Horizonte, 2015b. Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1142920>>. Acesso em 07 abr. 2019.

_____. Secretaria Municipal de Governo. **Decreto nº 16.157, de 26 de novembro de 2015. Institui o Fórum Municipal de Abastecimento e Segurança Alimentar de Belo Horizonte – FOMASA**. Belo Horizonte, 2015c. Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1153968>>. Acesso em 07 abr. 2019.

_____. **Lei nº 11.065, de 1º de agosto de 2017. Estabelece a estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo e dá outras providências**. Belo Horizonte, 2017a. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/controladoria/2018/documentos/LEGISLA%C3%87%C3%83O%20CTGM%20Lei%2011065-Atual.pdf>>. Acesso em 07 abr. 2019.

_____. Gabinete do Prefeito. **Decreto nº 16.684, de 31 de agosto de 2017. Dispõe sobre a estrutura orgânica dos órgãos e entidades do Poder Executivo**. Belo Horizonte, 2017b. Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1183526>>. Acesso em 07 abr. 2019.

_____. **Banco de Alimentos é abastecido por agricultores familiares**. Belo Horizonte, 2017c. Disponível em: <<https://prefeitura-ds.pbh.gov.br/noticias/banco-de-alimentos-e-abastecido-por-agricultores-familiares>>. Acesso em 07 abr. 2019.

_____. Secretaria Municipal de Políticas Sociais - Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional. **Portaria SMASAN nº10/2017. Institui Comitê Gestor de compras institucionais da Agricultura Familiar**. Belo Horizonte, 2017d. Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1177692>>. Acesso em 07 abr. 2019.

_____. **Cursos de gastronomia da PBH possibilitam a construção de projetos de vida**. Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/cursos-de-gastronomia-da-pbh-possibilitam-construcao-de-projetos-de-vida>>. Acesso em 07 abr. 2019.

POLLAN, M. **Cozinhar: uma história natural da transformação**. 1 ed., Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014, 448 p.

QUEIROZ, A.S. **Entrevista**. Entrevistadora: Aline Soleane Carmo Braga. Belo Horizonte, 24 de abr. 2019, 4p. A entrevista na íntegra encontra-se no Apêndice deste trabalho.

RUA, M.G. **Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos**. In: RUA, Maria das Graças; VALADAO, Maria Izabel. O Estudo da Política: Temas Seleccionados. Brasília: Paralelo 15, 1998. Disponível em:

<<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/145407/1/PNAP%20%20Modulo%20Basico%20-%20GPM%20-%20Politicass%20Publicas.pdf>>. Acesso em 12 out. 2018.

SAMPAIO, E.V. **A intersectorialidade nas ações de promoção da Segurança Alimentar e Nutricional do Estado de Minas Gerais (2012 – 2017)**. Monografia apresentada ao Curso de Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte, 2017, 170p.

SILVA, S.P. **A trajetória histórica da Segurança alimentar e Nutricional na agenda política nacional: projetos, discontinuidades e consolidação**. Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Rio de Janeiro, 2014, 82p.

SILVA, S.R. **Programa nacional de Alimentação Escolar: análise do processo de implementação no município de Belo Horizonte-MG**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2015, 151p.

SOUZA, P.A. de. **Entrevista**. Entrevistadora: Aline Soleane Carmo Braga. Belo Horizonte, 08 de abr. 2019. 2 arquivos .mp3 (total 28min.52s.) A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice deste trabalho.

MARTINS, G.A.; THEÓPHILO, C.R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2009, 264p.

VASCONCELOS, F.A.G. **O nutricionista no Brasil: uma análise histórica**. Rev. Nutr., Campinas, 2002, p.127-138.

VASCONCELOS, F.A.G. **Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula**. Rev. Nutr., Campinas, 2005, p. 439-457.

VASCONCELOS, F.A.G. **A ciência da nutrição em trânsito: da nutrição e dietética à nutrigenômica**. Rev. Nutr., Campinas, 2010, p. 935-945.

VASCONCELOS, F.A.G; CALADO, C.L.A. **Profissão nutricionista: 70 anos de história no Brasil**. Rev. Nutr., Campinas, 2011, p. 605-617.

VASCONCELOS, F.A.G, MACHADO, M.L.; MEDEIROS, M.A.T.; NEVES, J.A.; RECINE, E.; PASQUIM, E.M. **Public policies of food and nutrition in Brazil: From Lula to Temer**. Rev. Nutr., Campinas, 2019, p. 1-13.

APÊNDICE

ÍTEGRA DAS ENTREVISTAS

Integra da entrevista com Patrus Ananias de Sousa

Belo Horizonte, 08 de abril de 2019

Aline: Em 1993, quando o senhor assumiu a gestão da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), não havia muitas iniciativas municipais relacionadas à alimentação e nutrição no país, apenas campanhas pontuais. Algumas prefeituras, contudo, se mobilizaram em período próximo ao seu mandato, tais como Porto Alegre e Santos. O projeto da Secretaria Municipal de Abastecimento (SMAB) foi inspirado em iniciativas de outras capitais promovidas no mesmo período? Ou como surgiu a inspiração para este projeto?

Patrus: Durante muito tempo, séculos, a questão da segurança alimentar, do direito humano de ter uma alimentação adequada com regularidade, qualidade, quantidade foi colocada muito no campo da caridade, da boa vontade, dar o prato de comida, sabe assim?! É claro que nós queremos uma sociedade solidária, onde as pessoas sejam prestativas. Mas foi ficando claro pra mim, na minha formação política, social que a alimentação não pode depender da boa vontade das pessoas. Ela constitui uma condição básica para que as pessoas possam desenvolver as suas potencialidades e exercer os seus direitos e deveres, de nacionalidade e cidadania. O nosso povo traduz isso com muita sabedoria: “de barriga vazia ninguém pensa” ou podemos ampliar, de barriga vazia ninguém vive. Já na Idade Média, Santo Tomás de Aquino dizia que a prática das virtudes cristãs pressupõe o atendimento das necessidades materiais básicas. Ninguém pode ser um bom cristão, praticar as virtudes cristãs e evangélicas se não tiver atendido essa dimensão primeira e fundamental. Isso vale também, pois ninguém pode ser um bom cidadão, ninguém pode exercer as virtudes cívicas, republicanas, democráticas se não tiver também essa questão básica da alimentação. E foi por isso que a gente foi elaborando. Nós tivemos no Brasil uma figura esplêndida, o Betinho, meu conterrâneo de Bocaiúva, Herbert de Sousa que mobilizou o Brasil na luta contra a fome. Já na campanha do Presidente Lula em 1989, ele colocou a questão da segurança alimentar e no governo paralelo constituído este tema já estava presente. Então, quando nós fizemos a campanha para a Prefeitura de Belo Horizonte de 1992, nós assumimos esse compromisso de implantarmos uma secretaria de segurança alimentar, ficou com o nome de secretaria de

abastecimento, acho até que o nome não foi dos mais felizes, do ponto de vista que teria de ser secretaria de segurança alimentar.

Aline: Adriana Aranha explicou que as pessoas não compreendiam muito bem, pois era um conceito muito novo.

Patrus: Antes da campanha teve um momento interessante, uma revista muito conhecida nossa, a revista Veja, sempre do “outro lado”, a revista Veja publicou uma matéria dizendo que eu era um demagogo, um oportunista, pois onde já se viu falar em segurança alimentar numa cidade como Belo Horizonte, que não tem área rural? Mas conseguimos ganhar as eleições e implantar uma política vigorosa de segurança alimentar; reinauguramos o restaurante popular e começamos também o trabalho com a agricultura familiar, com os projetos ABasteCer, Safra, Direto da Roça... Então o processo foi nessa linha, então a inspiração tinha a ver também numa dimensão mais afastada, mais na minha formação mesmo da minha infância e da minha juventude, tem a ver também com a minha formação cristã, onde a questão da alimentação é muito forte nos Evangelhos, a passagem da multiplicação dos pães e dos peixes está em todos os evangelistas. E, se não me falha a memória, em São Marcos duas vezes. Então a prática da virtude cristã me colocou muito isso. Eu passei minha infância e minha adolescência no norte de Minas, na minha terra em Bocaiúva. Meu pai tinha uma propriedade rural, então um contato muito direto também com as trabalhadoras e trabalhadores rurais, com os sitiantes e poceiros, que hoje são as agricultoras e agricultores familiares. Então o contato com essas pessoas que lutavam com muitas dificuldades, não tinha nenhuma política pública pra eles na época, sequer os direitos trabalhistas. Os trabalhadores rurais no Brasil até 1963 não tinha nenhum direito, eles não foram contemplados na CLT. Aí em 1963 teve o Estatuto do Trabalhador Rural, mas logo depois veio o golpe de 1964, que abriu uma duríssima perseguição contra os movimentos sociais rurais, sindicatos, as ligas camponesas. E o fato é que ficou meio esquecido, ficou meio que a margem e só a partir dos anos 60 e 70 é que, muito timidamente, as questões dos direitos trabalhistas e dos direitos previdenciários foram chegando ao campo, ao meio rural no Brasil. Então esse contato com a pobreza, com essas pessoas, famílias, comunidades vivendo essas limitações todas foi despertando em mim também esse sentimento de justiça, de compromisso com a vida, com o bem comum e foi ficando claro essa questão fundamental da alimentação. Foi uma condição básica primeira para que as pessoas pudessem desenvolver as suas dimensões.

Aline: Esse início da SMAB aqui ele foi inspirado em alguma ação de outra cidade brasileira?

Patrus: Não. Outra cidade especificamente que eu me lembre não. Com relação ao orçamento participativo, que nós implantamos em Belo Horizonte, fruto de uma experiência muito exitosa. Nós tivemos, sim, experiências anteriores, especialmente, em Porto Alegre que foi referência pra nós. Nós trouxemos pra Prefeitura de Belo Horizonte em 1992, em 1988, Olívio Dutra ganhou para a Prefeitura de Porto Alegre e implantou o orçamento participativo e nos mobilizou muito também. Com relação à segurança alimentar a experiência municipal, não. O que havia em termos de experiências é o que estou lhe dizendo é isso, primeiro os testemunhos de pessoas, mencionei o Betinho, mas também tem outros. Eu comecei a ler a obra de Josué de Castro, convivi muito com uma figura esplêndida, uma grande liderança do Brasil que foi Dom Helder Câmara, Arcebispo de Olinda e Recife, a questão do direito da alimentação estava presente nas pregações dele. A literatura brasileira também, assim, me despertou como, por exemplo, Graciliano Ramos com as Vidas Secas; João Cabral de Melo Neto com Morte e Vida Severina, percebe, assim, esses autores nordestinos?! Mais, concretamente, sim a partir da campanha do Lula em 1989 que pautou de fato essa questão.

Aline: E a primeira pessoa a frente da SMAB foi a professora e economista Maria Regina Nabuco. Na época como que foi esse convite, o que te motivou essa escolha?

Patrus: Na verdade eu já conhecia a Maria Regina, conhecia antes num mandato como vereador aqui em Belo Horizonte. Fui o relator da Lei Orgânica do Município, então abri diálogo com vários setores, setores da universidade, movimentos sociais, juventude. E nessas andanças, nessa militância política social, eu conheci a Maria Regina e, rapidamente, nós estabelecemos uma amizade pelas convergências de opiniões que nós tínhamos. E a Maria Regina é uma pessoa muito... E nós começamos a discutir a questão do projeto para Belo Horizonte com bastante antecedência. Eu fui candidato a Senador pelo PT em 1990, uma candidatura inesperada, muitos problemas internos no partido e meu nome se colocou e nós fizemos uma belíssima campanha, uma campanha surpreendente, um nome elegível. Era uma única vaga, mas fui o segundo com uma diferença muito pequena com relação a candidatura vitoriosa, ganhamos aqui em Belo Horizonte e em várias cidades importantes e foi a partir desta campanha que meu nome se colocou como alternativa, com possibilidade eleitoral efetiva aqui em Belo Horizonte pra dois anos depois. Então já nessa campanha em 1991, nós começamos a conversar com muitas pessoas para discutir o nosso programa de governo, as

ações. E essa questão da segurança alimentar e nutricional, pelas razões que já apresentei para você, ela se colocou com muita força dentro do nosso projeto de governo. Assim como a questão do orçamento participativo, a questão da educação, da saúde que são temas mais consolidados. E aí a Maria Regina se colocou como uma pessoa de referência nessa área e, junto com ela, outras pessoas começaram a trabalhar e pensar a questão do planejamento da segurança alimentar, no caso a Adriana, por exemplo, também. Então nós constituímos um grupo que me assessorou na campanha em termos desse tema. Quando nós ganhamos as eleições, desdobramos na secretaria e aí o nome da Regina se colocou naturalmente devido a liderança dela, pelas qualidades intelectuais que ela tinha, enormes, professora da Faculdade de Ciências Econômicas. Regina é brilhante intelectualmente. E ela assumiu com muita dedicação, com muito entusiasmo essa questão da segurança alimentar e onde ela entrava para estudar logo se apropriava bem dos assuntos e constituiu uma equipe legal em torno dela também.

Aline: Essa estrutura então foi toda criada na sua gestão. Como que foi esse projeto de desenho? Ele foi todo conduzido pela Regina ou o senhor já tinha alguma coisa pensada?

Patrus: Não. A gente já tinha algumas intuições, mas é como estou te falando, é claro que fomos construindo na campanha. Foi um dos temas da campanha. Portanto, era um compromisso nosso a criação da secretaria já na campanha. E foi uma campanha longa que eu lembro sempre porque nós lançamos a pré-candidatura no dia 10 de dezembro de 1991, na verdade é o dia da declaração dos direitos humanos e teve um processo de eleição prévia pelo PT. Aí nós ganhamos a prévia em março ou abril de 1992. E aí começamos a campanha, logo depois. Eu percorri Belo Horizonte inteira: vilas, favelas, bairros, debates com a juventude, com os movimentos sociais, Igrejas, universidades, escolas. Para você ter uma idéia, naquela época era 45 dias quase entre o primeiro e o segundo turno. O primeiro turno era no comecinho de outubro, 3 ou 4 de outubro. O segundo turno era 15 de novembro. Então era praticamente um ano de campanha. Então a questão da segurança alimentar se colocou muito, quando nós ganhamos a eleição já tinha uma equipe, Maria Regina com uma equipe em torno dela e a nossa decisão, claro, de fazer a secretaria e colocá-la como uma secretária consistente, como uma das referências fundamentais do nosso projeto de governo.

Aline: E essa formação de secretaria ela foi muito interdisciplinar. Na conversa com a Adriana percebi que eles convidaram pessoas com diferentes formações. O senhor participou desse processo também?

Patrus: Participei. Muito pouco. Não diretamente. Eu nunca impus sabe. No meu trabalho eu sempre convidei o secretário e, às vezes, pode ter alguma conversa sugerir algum nome, mas nunca impus nomes. Foi sempre uma maneira minha de trabalhar. E assim também foi nos ministérios que acompanhei, que ocupei. Chamava as pessoas para os cargos de confiança e falava: “monta a sua equipe”. Monta uma equipe boa, não tem nenhuma cobrança, nenhuma imposição, nenhum pedido. O que eu quero que o trabalho seja bom. Então eu vou cobrar de você. Então você monte uma equipe. Eu sempre sugeri as pessoas que procurassem pessoas que tivessem competência técnica, capacidade técnica, competência intelectual na gestão dos problemas; competência ética, compromisso ético no sentido de colocar os recursos públicos, bens públicos rigorosamente a serviço da vida, do bem comum, especialmente dos mais pobres; capacidade de trabalhar em equipe, fundamental pessoas que sejam assim. Então dava essas coordenadas, mas algumas pessoas já conhecia, a gente já vinha de reuniões do próprio processo da campanha como no caso do Crispim Moreira, da Adriana, né assim, e aí a Regina como uma espécie de coordenadora. Mas nunca impus um nome, mas é claro que acompanhei. Mas essa idéia de fazer uma equipe multidisciplinar foi uma coisa muito forte do nosso governo como um todo também, sabe, onde a gente procurava também pessoas que integrassem as áreas. Como por exemplo: abastecimento alimentar tem tudo a ver com a saúde, com a educação, sabe então era isso que a gente buscava também fazer essas integrações.

Aline: Essa criação de uma nova política pública, digamos assim, ela costuma ser um processo moroso, mas aqui em Belo Horizonte o abastecimento se tornou uma política muito sólida, num espaço de tempo até muito curto em relação a outras políticas. Que fatores o senhor acredita que contribuíram para isso?

Patrus: Uai, prioridade nossa. Prioridade do governo, envolvimento diretamente do prefeito. Sabe assim, nós criamos a secretaria de abastecimento para funcionar mesmo, sabe assim, a questão nós tínhamos como meta, como objetivo de eliminar a fome e melhorar as condições de alimentação da população de Belo Horizonte, assim como nós começamos o primeiro ano fazendo o orçamento participativo, sabe, a nossa experiência na questão da segurança

alimentar foi muito positiva neste sentido. Nós montamos, realmente, uma equipe muito qualificada, sabe, e havia então uma integração entre as áreas, sabe, as áreas também se somavam. Porque nós montamos um time, realmente, de altíssimo nível, sabe, assim eram pessoas muito competentes e, essas pessoas por sua vez, buscaram consolidar as suas equipes também com os mesmos critérios que mencionei para você. Pessoas com competências, com sensibilidade social, valores éticos e esse trabalho de equipe. Nós constituímos para funcionar mesmo, para fazer uma coisa para valer mesmo e aí tinha um envolvimento direto meu, do prefeito, no sentido de garantir recursos, participar das reuniões com o pessoal da Fazenda, do Planejamento, sabe assim, e de mobilizar.

Aline: Essa estrutura então foi toda bem orientada. E como vereador o senhor abordou a questão do abastecimento na lei orgânica do município, né, da qual o senhor foi relator. O senhor considera que a criação da SMAB foi uma concretização desse início?

Patrus: É o que estou dizendo para você, a questão da alimentação, o direito humano a alimentação, a fome, a desnutrição, o ser humano não ter direito a comida isso foi uma coisa que me incomodou muito, desde a minha infância, minha formação cristã, o meu contato direto com a pobreza, minha história de vida, minhas leituras, sabe assim, foi uma coisa muito forte pra mim. E a questão da fome do Brasil é uma questão assim, é muito desafiadora, um país como o Brasil, um país continental, um país com as potencialidades do Brasil, condições climáticas favoráveis que pode produzir o ano inteiro, um país como o Brasil que tem gente passando fome, isso foi uma coisa assim, muito desacertada pra mim. Por tudo isso, quando fui o relator da Lei Orgânica essa questão entrou, do jeito que entrou também a questão da participação popular, da democracia participativa, questão do orçamento participativo que eram temas que vinham acompanhando a gente, de alguns anos de reflexão, de estudos e tudo né.

Aline: E essa experiência no legislativo e no executivo elas precederam a presença do senhor no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, um Ministério super inovador que foi criado lá em 2002. Como o senhor avalia a influência da experiência daqui lá no MDS?

Patrus: É. eu tenho impressão, claro que eu nunca perguntei isso pra ele, de que o Presidente Lula me convidou para assumir, nós ainda implantarmos, que não existia né. Ele nos

convocou para implantarmos o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome pelo trabalho que realizamos aqui em Belo Horizonte. Porque na área de segurança alimentar começou a ficar uma referência, né, no Brasil e no Mundo, e começou chamar a atenção para estudos e reportagens e também fizemos um trabalho muito forte na área da assistência social. Nós implantamos em Belo Horizonte a LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social), retiramos 600 crianças e adolescentes das ruas de Belo Horizonte, sem violência, né, com métodos educativos, pedagógicos, envolvendo a sociedade. Então fizemos um trabalho na área social. E nós do Ministério integrávamos as três áreas: área da assistência social, segurança alimentar e Programa Bolsa Família. Eu penso que foi a partir dessa clara opção preferencial pelos pobres, que nós fizemos na Prefeitura de Belo Horizonte, na inversão de prioridades, que o Presidente Lula me chamou. E, de fato, a experiência de Belo Horizonte foi muito efetiva no Ministério nesse sentido. Na segurança alimentar, por exemplo, nacionalizamos as experiências dos restaurantes populares, das cozinhas comunitárias, dos bancos de alimentos, dessa relação e da parceria com as agricultoras e agricultores familiares e, eu digo sempre isso, que o Bolsa Família foi um programa exitoso, entre outros motivos, porque não era um programa isolado, como está se tornando perigosamente agora. Ele era um programa que tinha âncora, de um lado estava ancorado nas políticas públicas da assistência social, com os CRAS, uma das primeiras medidas que tomamos no Ministério foi de integrar o Bolsa Família com o PETI; do outro lado o Bolsa Família estava ancorado também nas políticas de segurança alimentar que eu mencionei, os restaurantes populares, cozinhas comunitárias, programas de educação alimentar, políticas de apoio a agricultura familiar. Então fomos buscando parcerias com outros Ministérios também da educação, a saúde.

Aline: Aqui em Belo Horizonte está muito relacionado com setores de geração de emprego e renda, inclusão produtiva, isoladas elas se tornam iniciativas difíceis mesmo.

Patrus: Então a experiência de segurança alimentar aqui em Belo Horizonte foi fundamental para o êxito que nós tivemos também nessa área no plano nacional e foi muito legal que a gente fez essa coisa tridimensional, essa questão da coisa interdisciplinar, de integrar o Bolsa Família com a assistência social e com a segurança alimentar e mesmo as políticas nacionais como educação, saúde, que eram vistas como políticas de fiscalização, de que tem que ter crianças na escola, tem que ter os cuidados básicos com a saúde. Nós começamos a colocar isso como lado positivo, quer dizer, os pobres também tem o direito de ter escola pública de qualidade, os pobres também tem o direito de ter assistência médica descente, digna. Então foi

criando uma consciência também de que os pobres devem ter acesso às políticas públicas de qualidade, né. Então foi uma experiência muito legal no Ministério de Desenvolvimento Social. E uma das maiores emoções que eu tive na minha vida foi o dia que vi a notícia de que a FAO tinha retirado o Brasil do Mapa da Fome. Infelizmente, agora está voltando.

Aline: Aproveitando que a gente entrou nisso, é uma pergunta que não está aqui, mas só pra gente finalizar. Quais os desafios que o senhor enxerga para a segurança alimentar, hoje no país? Uma vez que o senhor é parlamentar, Deputado Federal aqui pelo nosso Estado, como o senhor enxerga estes desafios diante da situação atual? Porque quando a gente analisa as políticas de alimentação e nutrição desde a Era Vargas até agora, a gente percebe que teve um crescimento muito tímido ali até os anos 1990, pegou uma melhoria muito significativa nos dois mandatos do Presidente Lula, extremamente significativa ao ponto de colocar o Brasil como referência dessas políticas para o mundo, tendo experiências exitosas compartilhadas pela ONU, e depois a gente vê o recrudescimento dessa política novamente. Diante disso, como o senhor enxerga esse campo para a política pública?

Patrus: Ai é numa visão mais ampla, né. Vejo que nós estamos vivendo os efeitos e as consequências de um golpe. Um golpe de Direita. Um golpe movido por interesses econômicos e imperialistas muito poderosos. Na leitura que eu faço desse golpe, com o suporte de muita gente que tem estudado, por detrás desse golpe estão os interesses imperialistas dos Estados Unidos, é ver essa viagem deprimente que Bolsonaro fez aos Estados Unidos, e ele parecia ser mais um moleque de recado do Presidente dos Estados Unidos, um nível de subserviência, de servilismo, né, e não alguém como se estivesse falando em nome de um país com mais de 200 milhões de habitantes, um país continental, né, com a história e com as potencialidades e com as realizações do Brasil, né. Então eu tenho essa leitura muito clara com o apoio de muita gente que vem trabalhando isso. Vi há poucos dias uma conferência aqui em Belo Horizonte, do Professor Boaventura Sousa Santos, na mesma linha. O Brasil afrontou os interesses imperialistas como os BRISCS, a relação com os países da África, da América Latina, aquilo que o Chico Buarque compôs de uma forma tão bonita, um país que fala de uma forma tão delicada com a Bolívia e de forma mais ativa com os Estados Unidos. E vinculados a esses interesses imperialistas dos Estados Unidos, os interesses dos grandes grupos econômicos, muitos deles até mesmo vinculados diretamente aos Estados Unidos, o capital financeiro com o apoio dos setores da burguesia brasileira, uma burguesia, historicamente, serviçal, que não tem nenhum projeto de nação, que não tem nenhum sentimento de Pátria, de nacionalidade. Então eu vejo que é um golpe perverso e um

golpe diferente, talvez a gente tenha sido um pouco ingênuo e não nos preparamos para ele. Em 1964, nós tivemos um golpe com as mesmas características, exatamente, para atender os interesses dos Estados Unidos, naquele contexto da Guerra Fria, para acabar com aquela discussão de reforma agrária, de reforma tributária, de reforma urbana, as reformas de base. Mas aí eles colocaram tanque na rua mesmo, a coisa foi pra valer, uma coisa bruta, prisões, perseguições, exílios, depois veio o Ato Institucional número 5 em 1968, para deixar mais claro ainda a tortura, mortes, desaparecimentos. Agora nesse tempo há um pouco mais de sutileza, mas os objetivos são os mesmos. Quer dizer, são três áreas a meu ver seriamente ameaçadas no Brasil hoje, que nós precisamos estar conscientes disso e unirmos as forças do bem, as forças democráticas, com sensibilidade humana, social e os que amam realmente o Brasil, pra gente reverter esse quadro, as ameaças pairam sobre o Estado Democrático de Direito, a prisão do Lula é um exemplo disso, fiz um discurso na câmara num texto que trabalhei apresentando as razões jurídicas pelas quais eu, como advogado, professor de Direito, considero o Lula um preso político, e outras ameaças à democracia, que nós sabemos disso, o Bolsonaro é um defensor histórico da ditadura e da tortura, nunca teve nenhum compromisso com a democracia e com os direitos fundamentais. (Temos) ameaça aos direitos sociais e desmonte, quando chegou na Câmara a proposta de Emenda Constitucional, a PEC 241 eu, imediatamente, procurei a liderança do PT na Câmara e pedi para participar da comissão especial. Essa PEC que assina a sentença de morte do Programa Bolsa Família. A PEC que eles chamam do teto do gasto, que nós chamamos da PEC do fim do mundo, da morte, do desmonte e que virou, infelizmente, a Emenda Constitucional 95. Congela o Brasil por 20 anos. E aí é uma coisa muito grave, quando você congela investimento em educação, saúde, por exemplo, você está abrindo espaço para o setor privado da educação, você está colocando educação e saúde no mercado, para empresas ganharem dinheiro com educação privada, saúde privada. É a mesma coisa com a previdência. É a privatização da previdência, capitalização da previdência, depois veio a reforma trabalhista, reforma entre aspas, “deforma trabalhista”. Também participei da comissão especial, eles falaram assim, a CLT está superada, ela é de 1943. Eu dizia para eles assim: “vocês querem voltar ao século XIX, ao período anterior ao direito do trabalho?” Ao direito previdenciário também, que são duas áreas do Direito muito próximas que surgiram e cresceram e que estão sendo destruídas conjuntamente. E depois a questão da democracia, os direitos sociais, tudo o que diz respeito aos pobres, aos trabalhadores, a questão da soberania nacional, a entrega do País. Quer dizer, usam, demagogicamente, farisaicamente a bandeira nacional e o hino nacional e estão entregando o país completamente. A questão da Petrobrás, da Eletrobrás, da Embraer, Base de

Alcântara, papel muito triste que setores das forças armadas vêm cumprindo, né. São pagas pelo povo brasileiro para garantir a soberania do país, a independência, a integridade do país, não vou dizer que são todos, mas os que estão no governo são cúmplices desse processo de entrega das riquezas e do patrimônio nacional. Então é essa luta que a gente está hoje aí. E neste contexto a segurança alimentar vai sendo também esquecida, na questão do desmonte dos direitos sociais. À medida que for desconstituindo o Programa Bolsa Família, for desconstituindo todas as políticas relacionadas com à agricultura familiar, o PRONAF, o PAA, dando voz e vez à bancada ruralista, o poder deles é assustador.

Integra da entrevista com Adriana Veiga Aranha

Belo Horizonte, 29 de março de 2019

Aline: Bom enfim, aí eu levantei algumas questões mais assim a gente não precisa se prender nelas não, eu levantei elas só pra gente conseguir ter a ideia. A primeira coisa é conhecer como foi o convite para você integrar a equipe da SMAB, de onde você era primeiro na prefeitura, como foi essa chegada na secretaria.

Adriana: Olha eu fui, eu, eu, eu, eu fui de uma geração tá, que tive a a a a a felicidade, eu fui de uma geração que me formei tá, assim que a gente formou, que eu nasci, eu fui, eu sou de uma geração que nasceu na ditadura né, militar, então assim que a gente, assim que eu me formei, eu sou assistente social de formação, original, e assim que eu me formei nós tivemos a experiência das primeiras prefeituras petistas ganharem as eleições nos municípios e aí eu fui convidada a trabalhar em Joao Monlevade tá, que é uma prefeitura da região eh eh do Vale do Aço e aí foi ajudar a criar uma secretaria lá, que é a secretaria de assistência social lá, de desenvolvimento social lá. Fui ajudar a criar a área de geração de trabalho e renda numa cidade metalúrgica onde tava no auge da terceirização, que hoje né a gente sabe as consequências disso, a Belgo Mineira contratava, a antiga, a Arcelor Mital hoje né que era a Belgo Mineira, contratava 12 mil pessoas e passou a contratar 4 mil, as outras eram todas terceirizadas, então a cidade tava vivendo o pleno processo de desemprego, e a cidade vive toda em torno da produção e aí eu fui pra lá pra criar junto com um tanto de colegas e pessoas recém formadas e tal essa área lá, com isso eu aprendi numa cidade, numa experiência de 70 mil habitantes, menor, toda uma experiencia de políticas locais tá, de como é possível você dentro do executivo local fazer políticas concretas, estruturar uma política pra dar conta, um modelo menor para trabalhar. Nessa época eu tive contato também com as experiencias de segurança alimentar, que a gente também tinha um projeto lá em Monlevade, com outras prefeituras de modos petistas de governar, com São Paulo, Ipatinga, Porto Alegre, e aí a gente começou a ter essa experiencia.

Aline: Porto Alegre já tinha experiencias de segurança alimentar, né.

Adriana: Não, Porto Alegre não muito, tinha Santo André, Santos, Campinas teve um pouco, Porto Alegre teve também, mas iniciativas. E aí o Patrus ganha a eleição em BH em 1993 e me convida, eu vim pra cá um pouco antes da eleição para ajudar na própria campanha dele,

então eu trabalhei diretamente na campanha dele, e aí quando ele convida a Maria Regina para ser a secretária, convida o Crispim Moreira, que foi secretário em João Monlevade, convida o Altivo, que foi aluno dela lá no Cedeplar e me convida porque nós eramos quatro pessoas para criar a área social da Secretaria. E aí a gente foi ser uma diretoria dentro de uma secretaria, da SMAU, que é a secretaria de atividades urbanas, que já tinha um departamento de Abastecimento que cuidava das feiras e dos mercados que existiam na época. Então era um departamento dentro da secretaria de atividades urbanas. Esse departamento tinha 12 funcionários, então nós fomos contratados para transformar esse departamento em uma secretaria e aí a Regina economista, os outros dois engenheiros agrônomos e eu como assistente social, a Regina falou olha eu queria que você pensasse a área de com bate à fome, como nossa secretaria poderia pensar essa área. Aí eu fiquei com essa missão e foi aí que eu fui criar. E aí o que aconteceu tá, essa experiência foi o seguinte, essas experiências que eu te contei elas eram as políticas muito mais voltadas para determinadas características, ou urbanas, que era muito mais Abastecimento, ou só alimentação escolar, ou só agricultura, nós não conhecíamos uma experiência que pudesse integrar essas três áreas. E aí que foi a grande sacada e a grande diferença da Prefeitura de Belo Horizonte. Que foi integrar as três áreas de produção, consumo e comercialização, numa única secretaria, associar as três áreas numa única secretaria, e aí essa que foi a grande sacada e a grande inovação de BH frente às outras experiências que a gente tinha até então. E aí BH 90% da cidade é urbana, nós não temos produção de alimento aqui, então nós tínhamos muita resistência, então o pessoal falava que a gente tava construindo, que o Patrus queria construir o Ministério da Marinha em BH, e aí isso era muito comum, muito piada, “Abastecimento de quê? Abastecimento de água?” “Que que negócio é esse? Que que o Patrus tá querendo construir aqui?” Então teve muita resistência na época.

Aline: Então mesmo o “Abastecimento” era uma terminologia que não era muito bem compreendida.

Adriana: Não, não era compreendida, achavam que era Abastecimento de água. E aí a minha experiência foi por causa disso, eu tinha tido essa experiência anterior. E aí quando comecei, aí a gente foi começar por onde, onde que é que nós fomos em BH, nós fomos tentar mapear isso, então a gente pensou primeiro em fazer o índice de desnutrição em BH, aí nós procuramos o pessoal da Saúde, o pessoal da medicina, e aí a gente criou o inquérito nutricional, a gente aproveitou a primeira data da vacinação de BH que era o momento que

todas as crianças estariam no centro de Saúde e pensamos junto com o pessoal do Cedeplar, até o Roberto Nascimento depois inclusive foi lá né, o presidente da FJP, foi ele que ajudou a gente no inquérito, pra aproveitar que tavam todas as crianças no centro de Saúde e que era mais fácil, juntamos com o pessoal da Enfermagem da UFMG, os estagiários e rodamos os centros de Saúde para pesar e medir os meninos, tá aí nós vimos que 37% das crianças em BH tavam desnutridas. Aí nós começamos a apresentar propostas tá, na parte de Abastecimento a gente recuperou os mercados, isso se quiser me pergunte depois. Na área nossa que aconteceu, a gente foi, aí o que que a gente fez, a gente apresentou pra Saúde um projeto de fazer combate à desnutrição que a Saúde não tinha, aí eles aceitaram, aí nós começamos a fazer as primeiras experiências juntos com eles de combate à desnutrição nos centros de Saúde, depois nós começamos a fazer com creches tá, 0 a 6 anos, depois nesse processo a gente começou ah ah, a secretária de educação, numa determinação do prefeito, eh aceitou lógico a fazer a transmissão da merenda pro Abastecimento, que é também uma coisa muito bacana.

Aline: Esse é um dos pontos da minha pergunta, só fazendo um adendo, então já era muito intersetorial desde o começo, desde que a secretaria era um embrião.

Adriana: Já, na área social a gente não tinha sentido nenhum a gente criar um programa que a gente mesmo fosse fazer, só tinha sentido a gente ser um articulador, a gente não ia criar um centro de Saúde. Mesmo que a secretaria tivesse equipamentos próprios quem é de fato os condutores da Saúde, por exemplo, pra cuidar da desnutrição, saber da nutrição mesmo, da desnutrição, são os centros de Saúde, o SUS, não é a política de Abastecimento, o que a gente era, pra nós a fome era inaceitável, então a gente tinha que provocar a área sobre isso, porque na área da Saúde são tantos problemas que a fome é mais um, então cabe a uma secretaria com esse objeto colocar isso como provocador. Nós somos um provocador da área, nós não necessariamente precisamos ser o executor da área, então a gente foi quem provocou “Oh Saúde vocês têm isso, aquilo, mas vocês também têm a desnutrição”. Foi isso que a gente foi fazer, com a Educação foi a mesma coisa. O que aconteceu com a Saúde, a Saúde não se atinava pra isso, aí a gente viu quando a gente começou a desnudar a desnutrição, a gente viu que as mães trocavam receita de suco de papelão, de suco de pedra, tinha regiões em Belo Horizonte que o pessoal guardava gato pra comer em gaiola, pra comer no fim de semana. A fome aqui, a gente tem relato disso, era que nem nordeste, que nem a África, que nem o estereótipo de agora, era aqui dentro de Belo Horizonte. Quando a gente desnudou isso,

quando a gente mostrou pra Saúde, e falou “aqui oh, nós não estamos cuidando da saúde, nós não estamos fazendo a prevenção, os meninos estão com desintéria é por causa de fome, os meninos tão com pneumonia por causa de fome”. Aí na Educação, quando a gente foi lá, a merenda ia ser na gestão anterior, que era uma gestão do PSDB, a merenda ia se transformar em lanchinho, aí nós fomos convencer a Educação, porque a preocupação da Educação é com a pedagogia, mas a gente foi convencer que aquele alimento ali era quase que a única refeição dos meninos, que aquilo era muito importante para os meninos, que não podia se transformar num lanchinho, que cabia também à Educação pensar para além da educação e foi aí que nós assumimos a alimentação.

Aline: Então essa era minha outra pergunta, como foi o processo de transferência do PNAE da Secretaria de Educação para a SMAB.

Adriana: Eu adoro isso aí, adoro isso! Isso aí foi um, eu participei disso aí, foi um processo muito legal. Primeiro a gente convenceu o Patrus né, que era o prefeito, de que a gente poderia comprar por ser o órgão mais especializado em alimentação a gente tinha condição de comprar com melhor qualidade, em mais quantidade e tal e que a gente poderia focar aquilo como uma política pública, ela não ia ser diluída dentro de uma política educacional, que aquilo lá era uma política em si, não era uma política educacional, então nós temos esse convencimento, e aí quando a secretária de Educação fez esse processo, nós levamos um ano, e aí eu fui tá como responsável participar da comissão de licitação lá na Educação. Então durante um ano eu fiquei na comissão de licitação tá, como responsável, participando da comissão de licitação lá e aí eu vivi todo o processo de rejeição possível e imaginável de um ser de fora lá, e aí nesse processo tá, a decisão já tava tomada, eu fui modificando junto com eles, então, por exemplo, que que tinha, os frigoríficos eram mal acostumados, eles vendiam carnes superfaturadas, e entregavam e pronto. O que que a gente fez, eu lá era da comissão eu falei “não, como é que vocês estão comprando carne se no açougue tá 30 reais vocês tão comprando por 50 reais o quilo?” suponhamos. “Não porque a gente compra desse jeito, sob pressão, sempre foi assim, e esse é o maior fornecedor, é o único que dá conta”, eu falei “não, mas a gente que é o comprador, o dinheiro tá na nossa mão, nós que somos o comprador, nós temos poder de barganha. Então o que que nós vamos fazer, ele tem que abaixar esse preço, porque se ele é o fornecedor e nós somos o maior comprador dele ele tem que baixar o preço, e outra coisa, ele vai abaixar o preço e vai entregar na escola”. Aí o pessoal começou “não, que isso, que isso, os meninos não podem ficar sem carne não”. “Eu falei pode sim porque

tem outras fontes de proteína, nós não vamos comprar e nós vamos dar pros meninos ovo e vamos substituir por sardinha em lata, aí nós compramos outras coisas enlatadas e os meninos ficaram três meses comendo ovo, salsicha em lata, essas coisas assim que nem a gente era a favor, mas para educar os fornecedores. Menina, não e que o fornecedor foi lá abaixou o preço e começou a entregar nas escolas, aí o povo ficou bobo comigo, “Adriana, não sei o quê, não sei o quê!”. Antes a gente pagava para entregar, pagava para comprar e para entregar. Outra coisa que a gente fez, o gás a mesma coisa, o gás era caríssimo, outra coisa que a gente fez também, a gente passou a dividir por regional, não era dividido por regional não, era um único fornecedor pra todos, então nós começamos a mexer na licitação tá de uma forma que a gente pudesse, que outros fornecedores de menor porte pudessem fornecer. Então padaria, padarias regionais, a gente começou como tava associado à nossa visão de Abastecimento para incentivar o comércio local, os comerciantes locais e tal, então a gente começou a associar com o nosso projeto de melhoria do Abastecimento local. Então o que que a gente queria? A gente queria incentivar o médio produtor, o médio comerciante, também poder padarias locais, sabe, gerar renda na região, porque nós começamos a dividir em 9 regionais, a gente não dividia a licitação tá, então era concorrência do mesmo jeito, então a gente não tava cambalachando o tipo de licitação, então era o mesmo tipo de licitação, porém podia ser comprado de diferentes formas. E isso foi, e aí com quem que eu aprendi isso, lá em Monlevade, porque eu já fazia licitação em Monlevade na 2300, a primeira licitação na 8666 foi eu que fiz em BH, porque a mudança da lei caiu o Collor, e aí a gente, a primeira licitação foi a gente que fez, e eu tava na comissão. E inclusive depois a gente criou o pregão, que agora é o pregão que todo mundo usa, mas naquela época foi a gente que criou. E a gente tava substituindo também os 30%, por exemplo, de alimentos *in natura* tá, que hoje depois virou regra nacional, que depois a gente foi todo mundo pra Brasília né, todo mundo junto, com essa ideia, a gente queria acabar com os formulados, já era uma orientação nacional tá, do CONSEA nacional né, porque aí o Fernando Henrique ainda não tinha entrado, que acabou com o CONSEA, tinha o CONSEA nacional ainda, do Itamar Franco, então a gente tava acabando com os formulados. Formulados eram alimentos prontos que você só punha água e misturava, era sopa, mingau. Você sabe que os formulados na merenda escolar foi o que estimulou muito a indústria de alimentos?! Já chegava os pacotinhos prontos que você só reidrata e faz, isso é o que mais tinha na merenda escolar no Brasil, porque a merenda escolar era comprada centralmente, lá em Brasília e distribuía. Então era mais fácil para armazenar, empacotar, precisava de pouca cantineira, era a lógica de exército, para fazer os meninos comerem qualquer coisa, ruim, os meninos não comiam, que não tinha nada a ver com a

cultura alimentar, que não incentivava alimentos in natura, nem a alimentação local, que só beneficia o grande industrial. E muito da produção industrial de alimentos no Brasil foi estimulada via alimentação escolar, inclusive durante a ditadura, muito do programa de alimentação escolar no Brasil foi pra estimular a indústria de alimentos, não foi para alimentar os meninos. Que é muito comum nas áreas de alimentação.

Aline: Nas leituras que eu fiz sobre isso, o INAN trabalhava muito nesse sentido, no fomento a produzir, independente do que era.

Adriana: Muitas vacas mecânicas, de soja, para simular leite de soja. Eu nunca aceitei isso, o que a gente sofria de pressão disso... O que foi o leite em pó no Brasil?! Acabou com o aleitamento materno.

Aline: Nas leituras que eu fiz a entrada do leite em pó inclusive foi uma estratégia de regulação de mercado porque você tinha um excesso de produção no Norte que era despejada aqui, no pior sentido da palavra, para vender.

Adriana: O Programa Mundial de Alimentação surgiu por aí, eles não tinham para onde estocar o excedente dos EUA eles jogavam pro Programa Mundial de Alimentação para distribuir para os países pobres. A indústria alimentícia no Brasil não existia, o Programa Mundial de Alimentação começou a estimular as indústrias locais aqui, não existia como indústria. E Esses produtores, essas indústrias quando a gente começou a merenda escolar aqui, eles começaram a ir pressionar a gente, pra gente colocar essas coisas na merenda e a gente não quis colocar, a gente cassou muita briga. Nadamos contra uma corrente muito forte num período muito difícil, o período do neoliberalismo no Brasil, logo depois entrou o FHC, 1994. Sobre a farinha enriquecida, é o seguinte quando a gente começou o combate à desnutrição na Saúde o que eles tinham de experiência eram as Pastorais da Criança, a Pastoral da Criança estimulava o farelo, o farelo de trigo e o farelo de arroz nas comunidades carentes, aí a gente achou essa ideia, a Clara Brandão tá, que trabalhava com isso, com a Zilda Arns, nós achamos essa experiência muito bacana, porque ela estimulava as crianças, as mães a trabalhar com alimentação integral, de uma forma geral, então isso era muito mais um mote para puxar as mães para trabalhar uma alimentação melhor do que, só que rinha muito preconceito, as nutricionistas eram contra, então a gente pra não correr o risco de produzir isso deu uma forma inadequada, a gente resolver comparar isso de uma produção, então a

gente fez a mesma farinha, só que a gente começou a comprar de uma fábrica, a gente licitou a composição, em vez de produzir a gente licitou a produção, foi por isso que a gente contratou as bioquímicas, e mandamos pro ITAL, pra fazer, e a gente exigia tá pra saber se tinha, se o alimento tava apto pra consumo, pra não ter problema laudo técnico e tal, tal, tal, tal. Porque vinha casca de ovo, mandioca, folha de mandioca. E aí essa farinha era um chamarisco dos meninos, das mães irem pro centro de saúde porque tinha o quê, educação alimentar, que era o quê, tinha aquelas tabelas, não come mingau de maisena, come mingau de fubá, troca isso, semente de abóbora, foi quando a gente começou a educação alimentar, que hoje tá todo mundo comendo chique livre “ai, come semente de abóbora”, a gente fazia semente de abóbora pros meninos e hoje tá todo mundo aí copiando isso, comprando super caro aquilo que a gente fazia com a população pobre, a gente estimulava, a gente fazia isso no meio da Praça Sete, e o pessoal falava “vocês são doidos, tão incentivando o pessoal a comer semente de abóbora!”, “Nós estamos, semente de abóbora é ótimo pra saúde, entendeu, casca é muito bom”, hoje todo mundo falando “nossa, semente de abóbora é muito bom”, nós sabemos, nós temos 30 anos que nós falamos isso, só que vocês falaram que a gente tava dando resto pro pobre, nós não estávamos dando resto, estávamos dando zinco, complexo B, era isso que nós estávamos fazendo naquela época. Então é isso, então isso é preconceito porque já existia, aí tem a ver com a questão da nutrição, como existe em outras profissões, uma entrada muito grande da indústria nas profissões, que faz *lobby* na universidade, nas formações, nas diversas formações, na medicina, em todas.

Aline: Mas só pra terminar essa parte do PNAE, então teve um decreto, e essa primeira relação com a SMED, você conseguiu fazer esse diálogo, você conseguiu fazer eles compreenderem a melhoria dessas compras, mas continuou tumultuado.

Adriana: Aí veio o dia H, o dia H foi quando foi 01 de janeiro de 1994, foi quando ela foi transferida pra lá, aí nós tínhamos que trazer uma pessoa mais a equipe que fazia a gerência mais as supervisoras. Aquele tanto de gente. Tinha que vir todo mundo. Só que o seguinte, a pessoa que tava lá antes, que era chefe lá, ela simplesmente sumiu com os arquivos da merenda escolar, sumiu, escafedeu, no dia que ela ia ser transferida, sumiu ela e os arquivos. E eu lá pra assumir a merenda escolar, que as aulas iam voltar, os meninos iam voltar, sem nada, aí eu catei a número 2 que era a Terezinha e que tinha anos de merenda escolar, ela era o documento vivo da merenda escolar, e falei, “Terezinha pelo amor de Deus, você tem que ajudar a gente, você vai deixar os meninos sem comida?” Ela era super do bem, nossa sorte é

que as pessoas eram do bem, quem não era se revelou no processo. Aí a Terezinha foi com a cara e com a coragem assumir a merenda escolar, ela e a equipe lá, foi todo mundo pra lá, as doninhas, as supervisoras. E eu era uma menina, como que uma menina, e elas olhavam pra mim, era um povo super corporativo, antigo, cheio de regras, cheio de cacoetes, “como pode essa menina vir mandar na gente?” Entendeu?! E eu lá com a maior paciência, falando que eu não queria mandar em ninguém. Eu tinha 28 anos, eu era uma menina, elas tinham 50 anos. Eram 40 doninhas, 40 supervisoras. Tudo eram professoras que tinham assumido o negócio para ganhar salário e eu lá falando com elas que a gente tinha que acompanhar, que tinha que ir, que não podia ter perda. Nesse processo veio muita gente legal, porque as pessoas tinham, elas rodavam periferia, rodavam escolas, aí o que que eu apostei, eu apostei de que ali naquela equipe tá, tinha essas doninhas, porque elas não tinham sido valorizadas, tinha que valorizar elas enquanto o saber. Aí nesse processo de reunião tinha as negativas, mas as negativas saíram, elas não suportaram, tinha muito mais positivas, tinha muito mais gente a fim de melhorar a merenda escolar, e aí foi nessa turma positiva que a gente se apegou, e aí foi muito legal porque a gente fazia curso de capacitação, foi isso, foi um processo, com a Terezinha e tal. E aí um pouco antes disso, no primeiro ano, aí eu acho que é uma das perguntas que você vai fazer, aí quando a gente foi montar a equipe, nós éramos muito poucos e não tinha como fazer concurso. Aí eu falei gente eu não posso montar uma área de combate à fome sem uma nutricionista. Eu nunca vou substituir um nutricionista, entendeu?! Pra te ser muito sincera eu nunca quis ser nutricionista, nunca foi da minha coisa, e tinha uma outra coisa, acho que o fato de eu não ser nutricionista, não agora, porque agora acho que a formação agora mudou muito tá, naquela época a formação de mais de vinte anos atrás, a formação do nutricionista era outra, eu acho que o fato de eu não ser nutricionista ajudou também, por eu ter uma outra formação. Aí eu falei assim, gente olha nos precisamos de ter um geógrafo, de ter, aí foi essa vez que eu te falei, nós precisamos de ter uma equipe multidisciplinar, assistente social pra trabalhar com as pessoas que passam fome, nutricionista pra trabalhar com o cardápio da merenda escolar, com o cardápio da alimentação das crianças. Aí comecei a procurar aqui em BH não tinha curso de nutrição, aí eu descobri lá não tinha como contratar tá, aí nós descobrimos que tinha um nutricionista, aí eu fui no estado, e descobri que tinha um nutricionista no estado, que era o Ivan, e fui e apresentei pro Ivan uma proposta pro Ivan ser municipalizado, o Ivan topou, foi o primeiro nutricionista tá. E tínhamos duas nutricionistas na reserva da Saúde, aí nós chamamos as duas nutricionistas que foi a Vanessa Lauar e... acho que foi só a Vanessa que eu chamei, aí nós ficamos com uma nutricionista, a Vanessa que formou em Viçosa. Aí a Vanessa foi trabalhar com a Terezinha, ela tinha a cabeça ótima, só

que a Vanessa era muito saúde, totalmente saúde, então eu virava pra Vanessa, “Vanessa, larga essa história, você tá aqui com todo o processo de combate a fome do município de Belo Horizonte!”, “Não, porque nós temos que fazer dietoterapia”, “Não Vanessa!” E a Vanessa é ótima tá, é uma figura excelente, estou falando da formação. Ela ia de branco, ela ia de branco pro Abastecimento, ela ia toda de branquinho. E ela era muito boa, ela era muito boa, uma excelente profissional, não sei como ela está gora. “Vanessa, você está com a faca e o queijo, você é a única profissional que nós temos, é tudo seu”, “Não, Saúde!”. Aí o que aconteceu, nós conseguimos convencer o Patrus de que a gente precisava fazer concursos, pelo menos um profissional pra cada regional, ter um nutricionista pra ser coordenador de cada regional, ok. Só que a gente não tinha profissional na nossa coisa, aí nós fizemos um concurso publico junto com a Saúde, a Saúde pediu dois só, nós pedimos nove, aí foi o concurso público, passou os nove, nós chamamos, a Saúde não chamou nenhum. Só nós chamamos os nove. Menina, quando os nove entraram eles choravam, “nós queremos ir pra Saúde, nós queremos ir pra Saúde”, e eu “Ué gente, nós chamamos, não foi a Saúde que chamou não”. Só tinha nutricionista alocado na Saúde, mas quando abriu o concurso foi acertado que do concurso nove iam ser alocados no Abastecimento, porque não tinha, porque nós estávamos precisando, estava escrito lá, tava escrito, e aí os nove que foram chamados foram chamados por causa disso, senão eles não seriam chamados, igual os da Saúde não foram chamados, entendeu, infelizmente nós não temos culpa nisso, não era um problema nosso, era um problema da Saúde, não era um problema nosso. E aí nós viramos o patinho feio, porque eles olhavam pra gente e falavam assim “nós não queríamos vir pra cá, a gente queria ir pra Saúde”. Eu falei “Gente, mas vocês queriam ir pra Saúde vocês não iam ser chamados não, porque quem chamou vocês fomos nós, a Saúde não chamou não”, entendeu. Aí tudo sacanagem, eu queria que a Saúde chamasse vocês, porque eu achava que vocês precisavam tá na Saúde, eu queria que tivesse um nutricionista em cada centro de saúde, porque eu acho o profissional de nutrição é muito importante, eu brigo na Saúde para que tenha um em cada centro de saúde porque eu adoro o profissional de nutrição”. Agora aí é um problema que não é meu, o problema nosso é que gente eu também adoro o profissional de Nutrição no Abastecimento e vocês vão brigar comigo? Entendeu?! Eles tavam com raiva, aí eu convenci eles do seguinte, só que isso era um problema porque eles achavam que era um problema nosso, não era um problema nosso. Só que eles eram 4 horas, não eram 6, porque Saúde era 4, aí começou a ter problema com os outros profissionais nossos lá que eram 6 ainda. Mas aí tudo bem, mas aí nós adaptamos e tal, foi difícil, só que desse profissional aí entrou a Andréa... esse pessoal aí entrou nessa época, Shirley, Andréa, esse pessoal entrou foi nessa época, pergunta pra eles. O

Carlos Pantusa, esse pessoal todo entrou nessa época. Nossa, eu fui difícil demais com os meninos, desculpa a sinceridade minha, nossa foi muito difícil, eu adoro eles tá, eles tem uma relação super boa comigo, mas eu que valorizei. Sempre foi uma relação muito assim, hoje eu acho que eles percebem isso, hoje eles são maiores que se eles estivessem lá, mas se você pedir pra eles, conversar com eles, como foi a chegada deles lá, como se eu tivesse... eles tem uma relação comigo meio que uma relação de amor e ódio, como se eu tivesse roubado eles da Saúde, mas eles não seriam chamados, eles não entrariam na Prefeitura. Eu tô falando assim, eles acham isso, e aí imagina comigo, eles tinham ódio de mim, amor porque nós chamamos e ódio porque eu tirei eles da Saúde. Mas eu olhava pra eles, gente se a gente não tivesse chamado vocês ninguém iriam chamar. Você tá entendendo?! Mas eu não tinha culpa que a Saúde não chamou.

Aline: Então a gente falou um pouco sobre essa entrada do nutricionista.

Adriana: Você perguntou se elas foram importantes, foram fundamentais né, fundamentais porque assim as nutricionistas elas que fizeram todo o processo de cardápio, porque assim, nesse processo elas assumiram, bancaram as coisas, vestiram a camisa. A Vanessa né, o Ivan foi o primeiro nutricionista, ele assumiu todo o processo inicial, depois o Ivan adoeceu, se licenciou do Abastecimento, e a Vanessa assumiu, a Vanessa sempre foi uma pessoa muito comprometida, fez todo o cardápio e profissionalizou o cardápio da merenda escolar, formou as supervisoras, ajudou, foi super companheira da Terezinha nesse processo, então ela participava das formações e tal. Depois a gente conseguiu ter nutricionistas junto à educação alimentar, estando junto com os processos de formação, e aí nessa integração, aí eu levava também as nutricionistas junto com a gente nos processos de participação popular, para elas estarem junto com a... aí depois entrou a Shirley que foi trabalhar junto com a educação alimentar, aí assim que aconteceu, depois teve o processo do banco de alimentos, que teve a... então foi assim várias nutricionistas que entraram e começaram a se envolver com as coisas, aí foi um outro processo, e aí já foi mudando as coisas, com certeza todos ajudaram, o pessoal do armazém da merenda, tinha um nutricionista lá, no armazém da merenda, trabalhando lá com a parte do cuidado com o alimento na armazenagem, de ajudar as pessoas na armazenagem, para você ter uma ideia no armazenamento tinha gato, ficava gato lá, e isso era normal. E agora uma coisa muito interessante, era a relação, que tem a ver com aquilo que você estuda, a relação entre gestão pública e universidade, as pessoas vinham com a formação universitária muito afastada daquilo que era a gestão pública, tanto afastada da formação

daquilo que é a realidade da gestão pública, da realidade também do povo tá. Então por exemplo no armazém, quando a gente levou as pessoas para trabalhar lá, o pessoal que carregava, a gente teve que contratar gente da própria da casa. O Seu Pedro, ele tinha, o Seu Pedro que administrava o armazém antes do Maurício, o Maurício trabalhava com a gente lá dentro da Prefeitura, antes de ele ir pro armazém. O Seu Pedro ele tinha um bar, ele tinha uma cantina no Bonfim, no Cemitério do Bonfim, aí que que aconteceu, o Seu Pedro ele quando tinha algum coveiro que tinha problema aí a gente começou a contatar os coveiros, transferia para a merenda escolar, os coveiros tadinhos, eles tavam lidando com morte, era pra eles, pra eles era a melhor coisa que tinha, pra eles era sair daquela situação de lidar com morte pra lidar com vida, eles iam lidar com criança, era uma mudança de mentalidade, então pros nutricionistas isso era uma novidade, mudar isso, então foi muito legal, então a gente fez uma salada de fruta multiprofissional entendeu, pra todos nós foi muito legal.

Aline: Vocês chegaram a ver isso em algum outro lugar, teve alguma inspiração em alguma experiência anterior?

Adriana: Não, não.

Aline: Aí eu queria saber um pouco da Regina Nabuco, como que foi a presença dela na frente da pasta e como que era a relação dela com os servidores, com quem ajudou a construir.

Adriana: Olha, a Regina é uma pessoa sábia, ela é uma professora universitária com muita sabedoria, acho que a Regina ela conseguiu integrar como professora e ela tinha um pouco essa coisa professoral de tratar a gente meio que como aluno então tinha essa coisa meio de meninos não brigam, meninos, então assim é um pouco característica, mas ela era muito sábia, escutava muito, e acho que é uma característica muito bacana, no meu caso ela sempre foi muito companheira nessa área social e é isso, eu acho que o que aconteceu foi que no início, aí não e com a Regina, é uma coisa que se deu um pouco no processo, os dois primeiros anos a gente tava no lançamento da nossa secretaria, eh tudo tava pra ser criado e pra ser conquistado, esses dois primeiros anos foi muito importante pra o reconhecimento da nossa pastas, depois virou um sucesso, aí todo mundo quis ser estrela, aí eu acho que se aproximou daquele lugar pessoas que não fizeram parte do início, eu acho que assim, acho que é o que é mais comum no setor público, pessoas que não foram, que se agregam depois que o sucesso já está estabelecido tá, e vão na onda do sucesso, que não acreditam no início,

que não estavam ali amassando o barro, sentando na caixa igual a gente sentou, dividindo com um computador só, não plantaram a uva e depois vieram beber o vinho, depois de dois anos chegou muita gente querendo beber o vinho, então essas pessoas que vieram beber o vinho depois tentaram contaminar um pouco a nossa secretaria e aí eu acho que nessa história teve algumas desavenças, mas eu acho que pra mim, na minha opinião, pensando historicamente, já mais distante desse processo, eu jamais diminuiria a Regina, eu acho que ela foi importante naquele momento dado entendeu?! Ela é uma pessoa, ela é uma pessoa a frente do seu tempo, ela é uma mulher à frente do seu tempo, entendeu? Assim, ela era uma mulher moderna, ela era uma feminista entendeu, uma mulher que conseguiu assim estar à frente do seu tempo, aproveitar o melhor da sua equipe, eu acho sabe.

Aline: Ela esteve lá até quando?

Adriana: Ela esteve lá até 1996, ela saiu pra disputar a eleição que aí ela foi a candidata do Patrus a ser vice do Virgílio, que o Virgílio foi o candidato né do PT, aí nós perdemos a eleição pro Célio que era o vice do Patrus, porque na época não tinha reeleição, aí o Patrus não podia ser reeleito, e o PT não aceitou indicar alguém que não fosse do próprio PT, o que é um absurdo porque tava na cara na época, tava na cara que o Célio de Castro ia ganhar, mas nesse processo a Regina foi a indicado do Patrus e assim a Regina foi a nossa candidata a vice e aí ela não foi, ela não, o Virgílio não foi eleito.

Aline: E aí ela não voltou pra frente da pasta?

Adriana: Não, ela foi convidada, inclusive pelo Célio de Castro, porque o Célio de Castro ganhou, aí o Célio convidou ela, mas ela não quis. Mas aí eu perdi o contato com ela, eh, aí Regina ela, a Regina foi trabalhar na Católica, ela foi trabalhar como, ela era professora já da UFMG ela aposentou, e aí ela foi trabalhar no IEC, de educação continuada, no IEC e tal, pesquisadora, ela ajudou no governo paralelo lá do Lula, do Fome Zero, e quando Patrus virou ministro do Desenvolvimento Social e eu já tava com o Patrus lá, a gente convidou a Regina pra ser do CONSEA, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar, aí ela foi do CONSEA logo depois ela faleceu, aí ela estava com um câncer fulminante.

Aline: Então ela fez bastante coisa num intervalo de tempo muito curto assim, no sentido de estruturar, lançar os alicerces.

Adriana: Sim, o que que a Regina, a Regina tinha algumas qualidades. A Regina era uma pessoa. Primeiro era uma mulher super inteligente, antenada, a gente era muito divertido lá assim e ela incorporava as ideias, tudo novo, tudo né, isso. Tinha um poder de convencimento, ela ia nos outros secretários, convencia os outros secretários, netão por exemplo a gente abriu o restaurante popular, o restaurante popular foi um processo de convencimento do Patrus, o prefeito, que a gente tava estatizando um espaço, contrario ao neoliberalismo, e ela “Adriana, vão comigo”, Regina, eu fui com ela, na mesa do prefeito, então ela era assim, ao mesmo tempo, ela tinha essa simplicidade, de ser uma professora doutora, na Inglaterra, mas tacava uma aluna, no caso uma diretora dela, debaixo do braço pra ir convencer o prefeito, então ela tinha essa humildade, ela não tinha essa arrogância, entendeu. Isso pra mim eu acho uma sabedoria, uma sábia não tem essa arrogância, eu acho assim nós tivemos um problema no final do governo do Patrus, aí são as forças que disputam, aí não é um problema da Regina, aí eu acho que não é um problema da Regina. Entrou novos elementos, aí assim... entraram outros elementos lá, porque assim quando a gente já estava consolidado entrou pessoas dentro da secretaria que vieram depois, quando o treme já tava pronto, aí essas pessoas quiseram levar os louros das coisas já construídas, então por exemplo, CEVAI, foi ideias que surgiu lá com a gente, aí nós apresentamos pra Secretaria de Meio Ambiente, depois as pessoas quiseram ser pai do CEVAI, mas o CEVAI surgiu dentro da nossa secretaria, foi uma iniciativa da Secretaria de Abastecimento. Aí Direto da Roça, foi um projeto criado nosso, pra montar o quê, vir direto da roça e lá e tal, aí depois entrou outra pessoa que virou diretor lá e já quis dizer que ele que criou, mas já tava criado, aí assim isso tudo vai criando, mas acho que isso é coisa de setor publico de um modo geral, é difícil. Aí eu acho que o que aconteceu ali no final, que aí nós tínhamos uma tensão de final de mandato, não podíamos reeleger o Patrus, que não tinha reeleição, estávamos com muita aprovação tá, o PT escolheu o Virgílio que não tinha uma aprovação, tava na cara que não tinha, sabíamos por exemplo que a Regina teria, mas ela nunca tinha sido candidata entendeu, então não dava também pra apostar.

Aline: E naquela época também você lançar uma mulher talvez seria extremamente audacioso né, infelizmente. Infelizmente lançar uma mulher como candidata

Adriana: Não, eu acho que não. Mas eu acho que o Virgílio não abriria mão, aí tem uma outra questão no PT.

Aline: Eu não sabia que não tinha reeleição, eu confesso que eu não conheço tanto do rito do executivo nesse período, pra mim desde 1988 na minha cabeça sempre tinha.

Adriana: Não, não tinha, tanto é que em Monlevade nós também não nos reelegemos porque também não tinha. Erundina, esse pessoal não se reelegeu porque não tinha reeleição, passou a ter reeleição depois do Fernando Henrique Cardoso.

Aline: Agora é um dado interessante porque... em uma das dissertações que eu li o rapaz pontuou que justamente a diferença daqui pra Santos foi que aqui teve continuidade e Santos não e aqui teve continuidade mesmo tendo essa quebra, que não foi uma quebra 100% né, o Célio era ligado né, aí eu consigo entender porque que ele faz essa ponderação. Porque no meu entendimento não tinha tido quebra, tinha mantido uma mesma ideologia político partidária, e isso não aconteceu na realidade você tinha um individuo que já estava inserido naquela construção ali e aparentemente respeitou a construção.

Adriana: Aí tem uma outra história, isso é importante pra você, o Célio de Castro ele indicou a Regina, a Regina não aceitou, a Regina não aceitou porque ela era vice da chapa de oposição, aí ela indicou outra pessoa pro Célio, que foi o Múcio, que tinha sido nosso secretário, ele não topou. Aí o Célio indicou o Colombini, e aí o Colombini queria porteira fechada, queria tudo pra ele, e tentou pegar a nossa diretoria que era a principal, que era a que comprava mais, a que tava com o armazém, tudo pra ele, e tentou me degastar na época. Aí o Célio virou pra mim assim, mas a única diretoria que vai ficar, o resto você escolheu, mas a diretoria que eu vou querer manter é essa, a Adriana vai continuar, porque a Adriana é técnica. E o Célio já me conhecia, porque o Célio a filha dele inclusive chama Adriana, o Célio foi candidato e eu trabalhei na campanha também, o Célio me conhecia, aí o Célio virou pra mim e falou assim, olha “Adriana, eu quero que você continue”, então eu continuei como diretora apesar de não ter... e aí como o PT continuou na gestão do Célio, ah e eu sou concursada da Prefeitura aí eu continuei. Só que foi muito ruim porque o Colombini no início

ficou muito tensionando. Não tinha, porque o Colombini também não é um cara ruim, ele pessoalmente entendeu, só que são características, formas de fazer política muito diferentes, eles são... ele foi um cara do PMDB, uma outra linha de política. Inclusive o Colombini ele é ligado ao José de Alencar, depois ele foi pra CONAB lá em Brasília, então ele não é um cara... Então ele tinha uma visão, eu não pertencia ao grupo dele, era natural que ele quisesse ter ali todo mundo dele, só que ele ali na época dele ele não tinha força, mas depois também ele não teve orça pra segurar a secretaria, pra manter o mercado na mão dele, ele também aceitava... porque, porque essa coisa da técnica ele é um político, porque aí tem uma diferença. Não é que eu não seja política, mas eu defendo tecnicamente aquilo ali, eu sou técnica, eu também não vou colocar... Então assim, quando eles fizeram, o tempo todo eles tensionaram comigo pra aumentar o preço do restaurante popular, eu ia lá e bancava o preço do restaurante popular porque eu explicava tecnicamente porque não podia aumentar, eu não ia lá entrar em discussão, é isso, isso e isso. Oh, tinha que baixar o preço da carne, eu ia lá “não uai, porque o frigorífico não abaixe o preço da carne?”.

Aline: Como você avalia as reestruturações que ocorreram na SMAB (SMAB, SMAAB, SMPAB, SMASAN e SUSAN)?

Adriana: Acho que em relação à estruturação né, aos modelos de estruturação, as novas estruturas que foram sendo desenvolvidas e repensadas na SMAB né, eu não sei muito palpitar, mas assim eu acho que elas seguiram um pouco a lógica de estruturação da própria prefeitura. Então a primeira grande reforma da Prefeitura, foi a reforma onde que se criou a Políticas Sociais. Então quando se criou a matriz, o modelo mais matricial, quando se cria a Secretaria de Políticas Sociais e dentro dela se dá a secretaria de assistência, cultura, saúde, Abastecimento e tal, tinha uma lógica que aí eu acho que aí o Abastecimento vive seu primeiro conflito, que política que ele é? Ele é uma política mais estrutural, que estaria dentro de uma área mais urbana? Ou uma política de, econômica, que estaria mais dentro no desenvolvimento econômico da cidade? Ou seria uma política mais social e estaria junto com as políticas sociais, saúde, educação e tal? Acho que aí é o primeiro conflito técnico, de política pública, que eu acho que o Abastecimento vive em BH tá. Eu não posso dizer, mas eu tenho certeza que aí tava um ponto importante, um ponto crítico, que a gente vai ter que pesquisar um pouco sobre isso. A opção da prefeitura na época foi ter colocado na área social, talvez se outros atores estivessem, se estivessem enfrentado outras coisas estaria em outro lugar, mas de fato a política de Assistência Social e Abastecimento esteja muito mais voltadas

pras questões mais sociais do que mais economias né, mas isso não quer dizer que se não tivesse no econômico não estaria também, contribuindo com o social, porque essa contradição entre o social e o econômico, essa dicotomia eu não concordo com ela, mas aí é uma discussão longa que sai do nosso trabalho aqui. Depois as outras que tiveram eu acho que foram na minha opinião maquiagem, essa pra mim foi a grande reforma, quando ela saiu de um *status* de secretaria, mas as outras também saem do *status* de secretaria, aí eu acho que as outras foram maquiagem, mas aí teve um ponto pra mim que foi importante foi quando as outras secretarias, como a de Saúde, conseguiu sair desse guarda-chuva e o Abastecimento não conseguiu, aí foi quando demonstrou-se... saiu a Educação, saiu a Saúde, aí ali o Abastecimento demonstrou que era uma política menor porque aí se todos tivessem continuado, aí sim, fazia um sentido, mas quando as outras, Esporte saiu, aí quando as outras políticas começaram a sair e só o Abastecimento não saiu, ficou junto com a Assistência, aí ali em acho que o Abastecimento se demonstrou uma política menor, naquele momento tá, mas aí nós estamos falando de 2000 e pouco. Tá, pronto! Aí vem o governo Lula, aí já é outro momento, quando vem o governo Lula nós estávamos criando o primeiro ano do Governo Lula, o Fome Zero aí tinha três secretarias diferentes lá, quando se criou o MDS que juntou de novo essas três aéreas, tá aí eu acho que fazia sentido tá junto ali também, até pra alocação ode recursos e tal, aí eu acho que fez sentido, mas concretamente acho que essas três áreas nunca se juntaram, elas tão juntas, mas elas não são juntas, elas não conversam. Então assim eu acho que é uma estrutura maquiadora, um conflito real de que é três áreas separadas. Tanto é que quando eu tive a experiencia de retornar depois, em 2011 eu voltei pra Prefeitura né, fui pro governo federal e voltei, e fui pro Planejamento, aí fui ajudar a criar o BH Sem Miséria porque tava tendo em Brasília, já no governo da Dilma, o Brasil sem Miséria. Aí eu fui tentar fazer esse diálogo intersetorial aí eu vi como nós tínhamos dificuldade aqui de integrar as áreas, aí eu vi como é que era difícil. Aí eu vi como algumas áreas nossas... aí depois eu fui por MDA e voltei de novo, quando eu voltei, voltei pro Ministério do Planejamento, aí agora, com a atual prefeitura lá, com o Kalil, eu voltei pra SMPS, aí eu tentei, aí eu vi como que a gente ainda não tá integrado na ponta, como essa ideia de integração federal não estava na ponta. Aí falou tentativas, eu acompanhei muito o BH Cidadania, que era uma tentativa de integração, aí eu acho que a visão que se tinha no BH Cidadania da área de SAN era uma visão muito restrita, muito de hortinha, como se a gente fosse meros, como se a gente fosse de horta, sabe?... É uma visão muito, então tinha reunião onde as pessoas... E aí uma coisa completamente absurda, dentro da nossa secretaria a gente vê o pessoal, dentro da secretaria as pessoas fazem reunião com gente jovem e tal com produtos totalmente inadequados pros

jovens, lanches inadequados entendeu, então eu acho uma contradição, como que a gente tem uma secretaria que trabalha com alimentação e ao mesmo tempo a gente tem jovens em outros projetos alimentados de uma forma inadequada, totalmente fora da educação alimentar, então tem um cerne aí da integração que não foi feito né, que eu faria se eu tivesse assim podendo entrar nesse processo de integração, eu acho que um desafio é integração, até hoje, mas aí não é integração com as outras, é integração pra dentro.

Aline: Sim, integração dentro da própria, hoje SMASAC, que era Políticas Sociais.

Adriana: E acho que outro desafio é a Prefeitura parar de falar sigla, que eu acho muito engraçado, eu não consigo mais acompanhar nada, se a SMAB que era SMAB eu não acompanhava, aonde... o povo só fala sigla! Eu imagino o povão, o povão não consegue acompanhar não, sigla não. Precisa decodificar um pouco isso pro povo, a gente fica complicando pro povo, pra quê sigla?! Vão falar coisa mais assim... Sigla é pra colocar no papel pra ajudar as pessoas a simplificar pra escrever, agora pra falar, vamos falar palavras que dizem alguma coisa, entendeu. Eu tô impressionada, quando eu voltei pra Belo Horizonte eu voltei impressionada com os servidores públicos, desculpa, não é com você, é com todos. As pessoas só falam siglas, é isso, isso e isso. Eu falei gente, o que aconteceu com a Prefeitura de Belo Horizonte?! A prefeitura desumanizou na minha opinião. Antes as pessoas falavam nome, quase citavam o nome das pessoas e o nome do local, hoje é sigla, a Prefeitura se transformou em sigla, sabe assim perdeu a humanidade da Prefeitura. Agora em relação ao Abastecimento, o que foi, o Fome Zero, o que eu achei é o seguinte, a nossa experiência ela serviu muito para a experiência do Fome Zero, depois quando o Patrus virou o ministro tá, ele levou pra lá toda essa experiência nossa aqui, então assim tudo que foi, tudo que a gente conseguiu colocar de 2004 pra frente foi muito baseado nessa experiência, então os restaurantes populares, o Estado como estimulador, fomentador, então os restaurantes populares, o investimento do governo federal pras prefeituras criarem os projetos tá, então aquilo que não teve com a gente né, a gente financiou a construção dos restaurantes populares, financiamos a possibilidade das pessoas comprarem equipamentos né, bancos de alimentos, isso não existia, então isso foi muito legal e foi baseado na experiência de Belo Horizonte, a agricultura urbana. Eu acho que Belo Horizonte foi referência não só pras experiências nacionais, mas como também para experiências de outros países, até hoje a gente é citado, a gente vê várias coisas, que deram frutos e esses frutos deram outras coisas, que vieram dessas ideias.

Integra da entrevista com Andréa da Silva Queiroz

Belo Horizonte, 24 de abril de 2019

Aline: Como foi o início da sua trajetória profissional na SMAB?

Andréa: Fiz concurso para atuar na Secretaria Municipal de Saúde (SMSA), no entanto, em função da criação da Secretaria de Abastecimento (SMAB) em 1993, a nomeação da maioria dos concursados se deu para atender a mesma. Para mim foi uma surpresa, embora fosse saúde pública, não esperava atuar em uma Secretaria de Abastecimento e com uma proposta inovadora. Inovadora porque a proposta era trabalhar políticas de abastecimento em um município sem produção agrícola, com problemas relacionados ao acesso aos alimentos, segundo os preceitos da Segurança Alimentar e Nutricional, que já eram discutidos e permeavam nossas ações. Um município com um percentual considerável de crianças desnutridas, sem políticas municipais expressivas na área de alimentação e nutrição voltadas para grupos de interesse como: crianças de 0 a 6 anos, abrigos para crianças e adolescentes, projetos para crianças de 6 a 14 anos, idosos e poucas ações voltadas para a educação alimentar e nutricional. A partir de 1994, através de uma parceria com a Secretaria Municipal de Educação (SMED), a SMAB assumiu a gestão compartilhada do Programa de Alimentação Escolar Municipal (PAE) e amplia outras parcerias com a Saúde e a Assistência Social na perspectiva de atendimento de seus públicos.

Aline: Em que vertentes da política local de segurança alimentar você atuou?

Andréa: Iniciei a minha atuação através da parceria com a SMSA voltada para o atendimento de crianças desnutridas e suas famílias, no “Projeto de Prevenção e Combate à Desnutrição” (PPCD). Colaborávamos com as equipes de saúde realizando palestras, oficinas de alimentação, inclusive disponibilizando os gêneros alimentícios para o preparo das receitas, incentivando as hortas domiciliares e um aproveitamento mais adequado dos alimentos, além de cursos promovidos em parceria com a Maternidade Odete Valadares na formação dos profissionais de saúde de nível médio e superior no incentivo ao aleitamento materno. O maior desafio nessa época foi trabalhar com a multimistura que foi adotada pela SMAB/SMSA no atendimento as famílias de desnutridos. Foi um trabalho iniciado pela médica Clara Brandão no norte do País e pela Igreja Católica através da Pastoral da Criança. A Farinha Enriquecida, como era designado esse complemento alimentar, foi incorporada às

ações do PPCD da Prefeitura de Belo Horizonte. Tínhamos poucos estudos científicos a respeito da utilização, eram baseados em relatos positivos da população que fazia uso e existiam muitos questionamentos sobre o uso em função de sua composição. Realizamos um cálculo estimado da composição nutricional, baseado nas tabelas de composição de alimentos e orientamos a utilização como um complemento alimentar e em quantidades que não comprometessem a qualidade das preparações que a utilizassem e adequando a ingestão de fibras. Em uma segunda etapa do programa realizamos o enriquecimento da mesma com leite em pó e avaliamos a ação das farinhas enriquecidas com a ajuda da UFMG. Mais adiante, assumi junto com outros nutricionistas o planejamento do programa de alimentação e nutrição para atender a rede de creches conveniadas, início de uma política mais voltada para a criança de 0 a 6 anos de idade. Na época, não tínhamos equipamentos públicos para atender especificamente a educação infantil e as creches eram conveniadas com a Assistência Social. Elaboramos o primeiro curso para manipuladores de alimentos com apoio da primeira turma de estagiários de Nutrição da UFOP. Sentimos a necessidade de trabalhar as questões sanitárias e nutricionais com os responsáveis pelo preparo dos alimentos nas instituições. Depois, assumi o planejamento do programa de alimentação e nutrição que atenderia as ILPI (asilos) em parceria com a Assistência Social. A Assistência Social, através de seus técnicos, trouxe para a SMAB a discussão sobre a insegurança alimentar nesse público, em função da baixa renda e a maior necessidade de medicamentos, alimentação controlada e cuidados básicos, nesse período da vida. Fui a primeira nutricionista a assumir uma gerência na Secretaria, fui convidada a assumir a gerência de Planejamento e Avaliação Nutricional, pós 2ª reforma administrativa. Essa gerência passou a assumir a gestão de todos os programas, incluindo a Alimentação Escolar, que até então tinha uma gerência específica em função do montante de recurso federal utilizado em sua execução. Algum tempo depois assumi a responsabilidade técnica pelo Programa de Alimentação Escolar no município.

Aline: A SMAB teve como característica a formação de uma equipe com profissionais de múltiplas formações. Como era a convivência e qual a importância de integrar uma equipe multidisciplinar?

Andréa: Foi enriquecedora e ao mesmo tempo difícil. A Nutrição não era tão conhecida e reconhecida. Tínhamos somente duas universidades em Minas Gerais que formavam profissionais nessa área: Viçosa e Ouro Preto. Poucos concursos na área de saúde pública. Os programas sociais eram coordenados, em sua grande maioria, por assistentes sociais,

enfermeiros, médicos e na educação pelos professores. A nossa chegada à PBH coincidiu com uma divulgação maior da profissão, já existiam exigências quanto à responsabilidade técnica por um nutricionista em algumas ações, como na alimentação escolar. As discussões sobre segurança alimentar colaboraram para demonstrar a importância de um profissional com a formação do nutricionista em suas ações. Tivemos alguns conflitos relacionados ao fato de estarmos assumindo ações em função da habilitação e competência técnica e que eram realizadas por outros profissionais pela ausência do nutricionista na equipe técnica. Ao mesmo tempo, tivemos muitas experiências ricas envolvendo troca de conhecimentos, parcerias e construção de ações com vários olhares. Se pensarmos nas ações desenvolvidas pela Secretaria, foi essencial em função da nossa habilitação e competência para atuar nas ações propostas e desenvolvidas pela mesma, o respaldo técnico da política.

Aline: Como você avalia a escolha pela execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) pela Segurança Alimentar e não por meio da Secretaria Municipal de Educação (SMED)?

Andréa: Em BH foi e tem sido uma experiência exitosa pelo que a Segurança Alimentar proporcionou e proporciona com a sua equipe técnica, no que diz respeito ao respaldo técnico (alimentação mais balanceada e adequada às recomendações nutricionais), na organização (abastecimento das instituições), na formação dos funcionários das cozinhas das escolas (melhoria das questões sanitárias e nutricionais), no acompanhamento das instituições (supervisão alimentar, com suporte técnico *in loco*), no trabalho junto aos educadores (educação alimentar) e, ao mesmo tempo, se tornou mais complexa em função de decisões que deveriam ser tomadas conjuntamente e muitas vezes não são e que acabam comprometendo em alguns aspectos a execução.

Aline: Como foi a experiência de atuar no PNAE como RT do município?

Andréa: Foi desafiadora, se avaliarmos que em BH temos uma equipe interdisciplinar que responde pela gestão através de uma parceria entre duas Secretarias, Educação e Segurança Alimentar, e, somado a isso, as interfaces com a Secretaria de Saúde (PPCD, Saúde na Escola, Programas de Complementação Alimentar) e a dimensão do nosso atendimento, é impossível exercer as atribuições do RT. Entendo inclusive que esse modelo de um RT por município

deveria ser repensado, se avaliarmos as atribuições e os modelos de gestão, pode ser viável o compartilhamento das responsabilidades.

Aline: Como você avalia a inserção do nutricionista nas políticas públicas a partir da sua experiência como servidora na Prefeitura de Belo Horizonte?

Andréa: Essencial. Principalmente em áreas voltadas para a saúde e segurança alimentar.

Aline: Que habilidades e competências um nutricionista deve desenvolver para atuar no contexto das políticas públicas?

Andréa: Atualizado, ético, proativo, habilidades na comunicação incluindo uma boa escuta, articulador, inovador.

Aline: Enquanto servidora, como você avalia as reestruturações que ocorreram na SMAB (SMAB, SMAAB, SMPAB, SMASAN e SUSAN)?

Andréa: Em toda reestruturação temos pontos positivos e negativos, entendo que temos que ter sensibilidade para não retrocedermos. Sou grande defensora da valorização da história. Valorizo muito a compreensão do trabalho e seus referenciais para termos continuidade e avançarmos. Avançar no sentido de corrigir falhas, melhorar os instrumentos e utilizar novas tecnologias. O maior desafio que vejo nas reestruturações do serviço público está ligado às questões políticas e pessoais, normalmente, se valoriza mais o político em detrimento do técnico.

Aline: Quais os desafios atuais da Segurança Alimentar e Nutricional em Belo Horizonte?

Andréa: Percebo uma perda de status da Segurança Alimentar e Nutricional desde a sua criação até os tempos atuais. Não que tenha perdido em importância, enquanto política pública e sim na importância dentro das ações. Temos que resgatar a nossa autonomia enquanto Secretaria para alcançar a eficiência e a eficácia em nossas ações.